



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 043.3.55.O

DATA: 22/03/17

TURNO: Vespertino

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 15h41min

TÉRMINO: 20h45min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

Ata da 43ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 22 de março de 2017.

Presidência dos Srs.:

Rodrigo Maia, Presidente.

Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.

Sergio Zveiter, Beto Mansur, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

ÀS 15 HORAS E 41 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

Rômulo Gouveia

Dagoberto

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 449 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II - LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se às

IV - BREVES COMUNICAÇÕES



O SR. ENIO VERRI (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Solicito a abertura de um novo painel, Presidente.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Novo painel, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Um novo painel será aberto.

O Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero orientar a Oposição a não marcar presença, porque será um grande prejuízo para os trabalhadores brasileiros se a base do Governo ilegítimo de Temer conseguir aprovar esse projeto de precarização das condições de trabalho. *(Palmas.)*

Eu dizia antes e digo ao Presidente Rodrigo Maia, que agora não está na Presidência, se nós colocarmos um intermediário a contratar um trabalhador, esse intermediário não vai trabalhar de graça, Deputado Caetano. Se esse intermediário quer ganhar uma parte daquele contrato que é feito pelo trabalhador, isso vai diminuir o salário do trabalhador. Isso é evidente. É uma regra básica do capitalismo. Se há um intermediário que está cobrando para contratar aquela mão de obra, ele vai diminuir o salário do trabalhador.

A outra questão é a seguinte: será que alguns dos Deputados que estão querendo apoiar esse projeto preferem, por exemplo, se o seu filho estivesse trabalhando numa empresa com carteira assinada e contrato direto, que ele seja demitido da empresa com contrato direto e passe para uma terceirizada? Jamais o emprego na terceirizada é melhor do que...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

Peço só um minutinho. O Deputado Henrique Fontana usou o Regimento Interno, está coberto de razão, não marque presença quem quiser obstrução. Agora,



nós temos duas opções: ou o Deputado marca presença e fala ou o Deputado fala e vai marcar presença.

O SR. ARTHUR LIRA - O Deputado Henrique Fontana tem que marcar a presença dele.

O SR. HENRIQUE FONTANA - O Presidente tem toda a razão, eu vou ter que marcar presença.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Então, nós já vamos colocar V.Exa...

O SR. HENRIQUE FONTANA - Aproveito para pedir ao pessoal que a registre bem devagarinho, inclusive alguns da base do Governo que sabem que votar um projeto como esse é muito negativo. Não deem presença agora. Nós podemos ganhar um tempo e não ter essa votação hoje, que é o melhor para o Brasil, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. tem razão, concordo com V.Exa., mas nós temos que fazer um acordo. O Deputado fala e marca presença ou marca presença e fala. Está combinado? Assim todo mundo é educado com todo mundo.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Leo de Brito, para fazer uma questão de ordem.

O SR. LEO DE BRITO - Uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Uma reclamação. Art. 95?

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Reclamação. Sem revisão do orador.) - Art. 71.

Art. 71. A sessão da Câmara só poderá ser levantada, antes do prazo previsto para o término dos seus trabalhos, no caso de:

I - tumulto grave;

II - falecimento de congressista da legislatura, de Chefe de um dos Poderes da República ou quando for decretado luto oficial;

III - presença nos debates de menos de um décimo do número total de Deputados — 52 Deputados.

Infelizmente, o Presidente desta Casa, na última sessão, finalizou a sessão sem que uma dessas situações tivesse acontecido.

Então, quero registrar este protesto, porque nós da Oposição fomos prejudicados no nosso direito de fazer obstrução e de fazer orientação. A Minoria ia fazer orientação naquele momento. Quero deixar registrada esta reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Nobre Deputado, respondo a V.Exa. Nós temos um painel aqui que indica quanto tempo falta para o término da sessão, certo? O painel indicava que faltava 1 minuto. Ele começou a ler o encerramento, passou desse 1 minuto e encerrou a sessão.



O SR. LEO DE BRITO - Na verdade, faltavam 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não. Não. Não. Eu tenho aqui registrado. O seu assessor está falando de boca. Eu tenho aqui registrado no painel. Ele viu que faltava 1 minuto, começou a ler, ultrapassou 1 minuto e encerrou a sessão.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - É matéria vencida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Está feita a reclamação, mas não procede.



O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicitamos aos Srs. e Sras. Parlamentares que venham ao plenário marcar presença. Temos uma matéria importante a ser votada na tarde e na noite de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - É regimental pedir isso.



O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com a mesma atitude do Deputado Henrique Fontana, o Deputado Leo de Brito teria que registrar presença.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Ele vai registrar.

O SR. ARTHUR LIRA - Quero convidar os Deputados do PP a virem marcar presença no plenário.



O SR. JONY MARCOS (PRB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só para justificar: o Deputado Jony Marcos, do PRB de Sergipe, votou com o partido. Quero justificar isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Aproveite e marque presença.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Caetano.
S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. CAETANO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Juiz do Trabalho Hugo Melo Filho, Presidente da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho — ALJT, disse que a terceirização das atividades-fim elevará, no Brasil, o número de trabalhadores terceirizados de 13 milhões para 52 milhões. As empresas ficarão sem empregados.

Eu quero deixar claro o que todos já estão sabendo: a terceirização é a precarização da mão de obra do trabalhador. (*Palmas nas galerias.*)

Nós vamos ficar aqui resistindo e obstruindo esta sessão, porque entendemos que hoje não deve ser votado este projeto. É preciso aprofundar sua discussão. É preciso deixar claro para o Brasil que o Governo Temer quer acabar com a classe trabalhadora, quer aumentar o desemprego, a fome e a miséria neste País. (*Palmas nas galerias.*)



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha, por 1 minuto.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, podemos observar que as vozes que se levantam contra a terceirização hoje são as mesmas vozes que se levantaram contra a legislação da criação das microempresas no passado. E hoje podemos observar que 27% do PIB brasileiro procedem das pequenas e microempresas e que 52% dos trabalhadores com carteira assinada estão nas microempresas.

Então, essa não é uma defesa do trabalhador. Trata-se da defesa das centrais sindicais, que pensam que, no momento em que houver o trabalho terceirizado, esses trabalhadores irão contribuir para outro sindicato. A contribuição não vai mais ser para o sindicato dos metalúrgicos; vai ser lá para o sindicato dos trabalhadores em pinos. Eles estão preocupados é com o rendimento anual das centrais sindicais. Isso não tem nada a ver com defesa do trabalhador, até porque, quando estiveram no Governo, o que fizeram foi aumentar a quantidade de desempregados, e hoje nós temos 13 milhões de desempregados no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu gostaria de agradecer ao Deputado Leo de Brito, que cumpriu o acordo e registrou a presença, e de dizer ao nobre Deputado Caetano que ele ainda não o cumpriu, porque ainda não registrou a presença.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este projeto é um projeto que já estava morto. Este projeto é um cadáver que cheira mal, já estava podre. Tanto é verdade, Sr. Presidente, que o Deputado Sandro Mabel, em 2004, apareceu com o Projeto nº 4.330, que era uma nova versão do Projeto nº 4.302, de 1998.

Tentar votar este projeto neste momento é um golpe. Há uma reforma trabalhista tramitando na Casa. É um projeto que pretende atingir a livre organização dos trabalhadores, o movimento sindical, a sua capacidade de luta e de resistência.

Este projeto é para pagar a conta da FIESP, a conta do golpe. (*Manifestação nas galerias.*) E é por isso que V.Exa. deve tirar este projeto da pauta. Não ao PL 4.302!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Enio Verri, V.Exa. vai querer usar o tempo da Liderança da Minoria?

O SR. ENIO VERRI - Depois, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tudo bem.

Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Carlos Manato, eu gostaria de dizer o seguinte: na época que nós estamos vivendo, o que mais acontece é a terceirização. Na construção de um edifício, tudo é terceirizado, desde a chegada do concreto, a colocação dos ferros, das janelas, do sistema elétrico, da rede de gás e da rede de água quente. Hoje as especialidades na medicina são diversas. Em oficina mecânica é a mesma coisa.

Aqui nós estamos é regulamentando a terceirização, dando mais uma opção para que o trabalhador possa trabalhar com dignidade. *(Apupos nas galerias.)*

Agora, eu concordo com o pessoal da CUT e da CTB e de outras entidades sindicais. Eles estão preocupados mesmo é com o ganho que podem perder, porque, no momento que a pessoa puder trabalhar, o que eles vão... *(Apupos nas galerias.)*

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. ALEXANDRE LEITE - Sr. Presidente, retome a ordem das galerias ou as esvazie.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Arthur Lira.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. fez o encaminhamento de que os Deputados que fossem falar tinham que marcar presença, e isso não está acontecendo. Nós iremos alcançar o quórum muito em breve. Eu peço a V.Exa. que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O Deputado Leo de Brito marcou a presença.

O SR. ARTHUR LIRA - Mas o Deputado Paulo Pimenta não a marcou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - A presença dele está registrada lá no painel. O único que ainda não a marcou é o Deputado Caetano, que não estou vendo aqui.



O SR. CAETANO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para marcar a presença, eu estou esperando V.Exa. me dar a palavra para que eu possa concluir o meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. já falou 1 minuto!

O SR. CAETANO - Mas não conclui o meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O acordo é 1 minuto.

O SR. CAETANO - Ah! Daqui a pouco V.Exa. me dá a palavra, então eu falo e marco a presença.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Está bem.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu marquei a presença, mas queria pedir aos Líderes do Governo Temer que deem o quórum aqui, porque quem quer votar esse projeto da precarização das condições de trabalho são eles. Nós não podemos dar quórum para eles votarem! Nós somos contra esse projeto! (*Manifestação nas galerias.*)

Parece que o Líder do Governo não consegue chamar a base do Governo, e quer que a Oposição dê o quórum para eles votarem. É inacreditável o que está acontecendo aqui no plenário! (*Manifestação nas galerias.*)

O SR. ARTHUR LIRA - Não, não quero que V.Exa. dê quórum, não. Eu quero que V.Exa. não fale se não der presença, somente. Eu não quero que V.Exa. dê quórum, não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deixe-me falar às galerias. Para nós, é uma honra muito grande tê-los aí. Eu me lembro que, quando cheguei aqui em 2003, havia um vidro aí. E nós mandamos tirar o vidro. Certo?

O Líder pediu que vocês estivessem aí, e nós concordamos. É um prazer vocês estarem aí. Então, se quiserem se manifestar, o façam com o braço. Nós não vamos admitir nem aplauso nem vaia. Se vocês insistirem, infelizmente nós vamos esvaziar as galerias.

Então, façam assim com o braço, mostrem cartazes, mas respeitem os Parlamentares, para que possam ficar aqui.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga, por 1 minuto.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Governo ilegítimo mudou a sua tática. Eles sentiram que não iam conseguir aprovar a reforma da Previdência, pelas mobilizações populares em todo o Brasil, e começaram a fazer uma alteração de pauta, para ver se isso cola.

Ocorre que a própria base do Governo ilegítimo está, na verdade, constrangida com essa matéria — não quer votar isso! —, porque isso não é garantir direito de trabalhador terceirizado; é terceirizar toda e qualquer atividade do mundo do trabalho, precarizando as relações de trabalho e precarizando direitos.

É exatamente por esse motivo que nós da bancada do PSOL vamos obstruir, junto com os demais partidos de oposição, até a hora que for necessária para que essa matéria não seja votada e aprovada.

Não à terceirização e à precarização!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Laercio Oliveira.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria convidar os Deputados da bancada para virem ao plenário a fim de darmos sequência e acabarmos logo a votação.

Por favor, Deputados da bancada do Governo, venham ao plenário!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Dr. Sinval Malheiros.

O SR. DR. SINVAL MALHEIROS (Bloco/PTN-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Dr. Sinval Malheiros, do PTN, votou pelo partido e pelo bem do povo. Achamos que há necessidade. Temos sobre as nossas costas uma importância vital para o povo trabalhador.

Não podemos fazer nada que prejudique os nossos trabalhadores. É difícil a vida deles, são muito penalizados. Temos como compromisso votar a favor do povo brasileiro.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Afonso Motta.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas fazer uma correção. O querido Deputado Hildo Rocha, a quem tenho o maior respeito, generalizou ao dizer que os que hoje se opõem a este projeto são os mesmos que votaram contra a pequena e a microempresa.

O PDT, que hoje vota contra esta proposta, deu uma contribuição muito importante na aprovação do conjunto de regulamentos que beneficiaram a pequena e a microempresa. Eu, inclusive, tive uma grande participação em nome da bancada.

Então, não é verdade o que disse S.Exa.; não são todos. Nós estamos colocando aqui que esse debate não é só sobre a terceirização, mas também sobre as relações sociais. Eu duvido que haja um Parlamentar que abra mão de proteger as relações sociais entre capital e trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Laercio Oliveira.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu ouvi aqui no começo da tarde de hoje ameaças, principalmente da Oposição, dizendo: *“Olhem, cuidado com 2018! O ano de 2018 vai chegar! E é muito importante estarem atentos. Os Deputados irão votar aqui esse projeto”*. Essa ameaça, pelo contrário, beneficia a Situação e prejudica a Oposição.

Por quê? Com a aprovação desse projeto e a consequente modernização da lei de terceirização e do trabalho temporário, nós teremos um novo ambiente de emprego no País, porque isso vai trazer geração de emprego. Quando chegar 2018, nas eleições, o ambiente de trabalho no Brasil será muito melhor do que é hoje.

Por isso, vamos avançar para votar, para vencer e para concluir esse assunto hoje.

Obrigado.



O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Na votação anterior, Sr. Presidente, o Deputado Pompeo de Mattos votou com a bancada, na sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Caetano, por 1 minuto.

O SR. CAETANO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas concluir meu raciocínio.

Povo brasileiro, não acredite em nada que o Governo Temer diz! Eles dizem que estão retomando a economia. O Meirelles todos os dias vem à mídia e diz que agora a coisa está melhorando. Mas, hoje à tarde, aparece o Governo na imprensa nacional e diz que a previsão de crescimento do PIB para 2017, que era de 1%, agora caiu para 0,5%.

Então, quando eles dizem que a terceirização é boa, sabe-se que não presta. Quando eles dizem que é preciso fazer a reforma tributária, a reforma trabalhista e a reforma previdenciária para gerar emprego e renda, sabe-se que é mentira. Quando eles vão à televisão e dizem que a Previdência é deficitária, estão mentindo, porque nos últimos 10 anos a Previdência foi superavitária.

Não à terceirização!



O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o Deputado Carlos Bezerra, do PMDB, votou com o partido na última votação.

O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sergio Zveiter, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Sergio Zveiter) - O nosso querido Deputado Pompeo de Mattos tem 1 minuto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aqui reafirmar o meu compromisso com a filantropia no nosso País. Há gente desvirtuando aquilo que é uma virtude dos nossos hospitais, das nossas escolas comunitárias, das nossas universidades comunitárias.

Eu dou testemunho e fé, até porque, honrosamente, fui administrador da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade Escola Cenecista Padre Anchieta, na minha cidade, Santo Augusto, por 10 anos. A filantropia foi fundamental para a manutenção da escola, como é fundamental para a manutenção dos nossos hospitais, das universidades comunitárias, das escolas comunitárias, das nossas APAEs.

Então, é um equívoco, Sr. Presidente, atirar pedra na filantropia. Se em alguma entidade filantrópica há problema, vamos apurar, fiscalizar e punir, mas não se pode, a pretexto de um ou outro problema, fazer a generalização. A filantropia é financiada, sim, pelo setor social, mas essa filantropia dá uma resposta social, porque forma alunos, salva vidas.

Cada aluno que a filantropia forma, Presidente, trabalha e contribui para a Previdência Social. Isso evita que, lá no fim da vida, ele seja alguém que vai ser beneficiado pela Previdência Social sem ter contribuído.

Se nós não dermos a filantropia agora para formarmos alunos e trabalhadores, no fim da vida, nós vamos ter pessoas totalmente dependentes da Previdência Social.

Então, alto lá, devagar, que o santo é de barro! É bom para a filantropia.



O SR. PRESIDENTE (Sergio Zveiter) - Apenas para nos organizarmos, informo que estão inscritos o Deputado Rocha, o Deputado Alfredo Kaefer, o Deputado Silvio Costa, a Deputada Erika Kokay e o Deputado Nelson Pellegrino.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, meu nome havia sido anunciado.

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente, o Deputado Silvio Costa, para ajudar, vai abrir mão.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, houve um anúncio feito anteriormente pelo Deputado Carlos Manato.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Zveiter) - Então, peço permissão aos Deputados para prestigiarmos primeiro a Deputada Maria do Rosário. Depois, falará a Deputada Soraya Santos e, então, voltamos à ordem de inscrição.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Muito bem, Sr. Presidente.

O SR. BENJAMIN MARANHÃO (SD-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só registrar que eu, Deputado Benjamin Maranhão, votei com o Solidariedade nas votações anteriores.



O SR. PRESIDENTE (Sergio Zveiter) - Tem a palavra a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu me inscrevi para destacar a relação direta que há entre terceirização e precarização do trabalho.

Nós vamos votar aqui, se for aprovada esta matéria, a retirada dos direitos fundamentais de pessoas que labutam ao longo de toda a sua vida. E destaco isso sublinhando o seguinte aspecto: das ações judiciais na Justiça do Trabalho brasileira, grande parte são relativas a empresas terceirizadas, que fecham suas portas e abandonam os trabalhadores.

Essa matéria não resolve isso. Pelo contrário, ela vai ampliar o problema ao fazer com que em toda atividade produtiva possa haver terceirização.

Destaco ainda que, no Brasil de hoje, já há cerca de 12,7 milhões de trabalhadores e trabalhadoras terceirizados e que 4 a cada 5 acidentes de trabalho — alguns resultando em morte — ocorre com trabalhadores e trabalhadoras de empresas terceirizadas e postos em condição precária de trabalho. Esses trabalhadores, portanto, são os mais sujeitos a serem afastados por acidentes de trabalho. A rotatividade é ainda maior entre aqueles que estão na produção.

Volto a dizer que as mulheres serão as mais atingidas, porque recebem menor remuneração, exercem trabalhos menos valorizados e têm mais dificuldade de acesso ao mercado de trabalho.

Obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Sergio Zveiter) - Concedo a palavra à Deputada Soraya Santos.

A SRA. SORAYA SANTOS (PMDB-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu não podia me calar, diante das palavras do Deputado Pompeo de Mattos. Nós temos que ter muita atenção com as entidades filantrópicas do País. Nós temos que parar com as ideias de acabarmos com as boas iniciativas e de não investirmos em fiscalização, como é nosso dever.

A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade tem mais de 80 anos e, como bem citou o Deputado Pompeo de Mattos, é a entidade educacional mais antiga do País. Ela é responsável pela interiorização do ensino de segundo grau em todo o Brasil. O que dizer das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAEs, das Associações Pestalozzi, das associações de reabilitação e dos hospitais de referência de todo o País?

Nós não podemos tirar todas as isenções, todas as contribuições, porque temos um dever com essas entidades, que foram precursoras dos bons trabalhos na área da saúde e da educação, molas mestras e pilares da construção do País.

Então, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de colocar, ombro a ombro, junto com o Deputado Pompeo de Mattos, minhas palavras para chamar a atenção desta Casa.

Deputado Pompeo de Mattos, é nosso dever cívico reconhecer o papel, na construção do País, das entidades mais antigas representadas tanto na educação quanto na saúde.

Temos que dizer não a essa iniciativa. Trata-se de uma vergonha nacional.
(Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Sergio Zveiter) - Concedo a palavra ao Deputado Rocha.

O SR. ROCHA (PSDB-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer o registro de uma representação que encaminhei ao Procurador-Geral da República, denunciando a suposta prática de ilícito atribuída ao hoje réu e ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que, em clara afronta à legislação eleitoral, promoveu um megacomício para reinaugar uma obra já inaugurada pelo Presidente Michel Temer. *(Manifestação no plenário.)*

Mais do que isso, Sr. Presidente, o ex-Presidente se arvora a fazer comícios em uma obra que não conseguiu inaugurar, durante os 13 anos de gestão do PT, pela prática de superfaturamento e por uma série de irregularidades que foram apontadas pelo Tribunal de Contas da União.

Então, Sr. Presidente, nós queremos que o Ministério Público Eleitoral determine a apuração de uma campanha antecipada e, mais do que isso, que esclareça de onde saíram os recursos para patrocinar esse megacomício, de onde saíram os recursos para bancar as caravanas de dezenas de ônibus que para lá se deslocaram, de onde saíram os recursos para pagar o jatinho do ex-Presidente Lula, assim como a alimentação para todas aquelas pessoas.

Quero finalizar, Sr. Presidente, dizendo que, no discurso que fez no comício, o ex-Presidente Lula, hoje réu, disse que era pai, filho e irmão da obra de transposição que estava sendo inaugurada, como se uma obra pública fosse de uma pessoa. Talvez esse sentimento tenha sido o que motivou os petistas a se apoderarem, a surrupiarem os recursos da PETROBRAS, dos fundos de pensão, do BNDES e de tantas outras instituições públicas brasileiras.



Sr. Presidente, faço este registro e peço a V.Exa. a divulgação nos meios de comunicação desta Casa.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Sergio Zveiter) - Concedo a palavra ao Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. ALFREDO KAEFER (Bloco/PSL-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, falarei sobre a terceirização. O Brasil está longe de mudar de um capitalismo de Estado para um capitalismo de mercado, mas há avanços. E a terceirização, que, na prática, ocorre na maioria dos lugares do mundo, torna-se realidade aqui. Aliás, já é realidade; apenas precisa ser normatizada.

Não há atividade econômica empresarial que não conte com a terceirização. O que acontece é que muitas terceirizações são feitas via mercado, via fornecimento, via elaboração de produtos de terceiros, e não de forma direta. Nós precisamos, sim, aprovar o projeto de lei que trata da terceirização.

E eu digo aos Deputados que se preocupam com as eleições do próximo ano — em especial ao Deputado Laercio Oliveira, Relator dessa importante matéria — que, certamente, muitos irão angariar votos daqueles desempregados de hoje, os quais vão parabenizar os Deputados e dizer o seguinte: *“Graças à aprovação da terceirização, eu arrumei uma vaga de trabalho, consegui o meu santo e sagrado emprego para o sustento da minha família”*.

O sujeito que está desempregado não quer saber qual o nome do patrão dele, não quer saber se o emprego dele é direto ou indireto; ele quer saber mesmo é de ter o emprego. O maior concorrente do salário e da renda não é a terceirização, mas a crise econômica, que nós temos que debelar, e um dos fatores é a volta do emprego, dando-se liberdade a todos os trabalhadores, tanto em atividades-meio como em atividades-fim.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. ANDRÉ AMARAL (PMDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, votei com o meu partido nas últimas votações.



O SR. PRESIDENTE (Sergio Zveiter) - Com a palavra o Deputado Luís Tibé.

O SR. LUIS TIBÉ (Bloco/PTdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o Deputado Luís Tibé votou com o partido na última votação.



O SR. PRESIDENTE (Sergio Zveiter) - Tem a palavra o Deputado Lincoln Portela.

O SR. LINCOLN PORTELA (PRB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, desejo somente registrar que, nas votações passadas, eu votei “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Sergio Zveiter) - Concedo a palavra ao Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje o Presidente da PETROBRAS, Sr. Pedro Parente, anuncia que o seu feirão, a “Black Friday” que ele está produzindo, quer arrecadar algo em torno de 8 bilhões de reais.

Desta tribuna já demonstrei que as 22 empresas que estão para ser desestatizadas somam um patrimônio de mais de 200 bilhões de reais. Isso é 20 vezes o que foi apurado pela Lava-Jato e gerado com a crise no setor.

E o que é pior: agora acaba de ser anunciado que a PETROBRAS deu prejuízo. É claro! Com essa gestão, ela só poderia dar prejuízo. Nessa gestão, desfizeram-se ativos importantes, quebrou-se o conceito de uma empresa de energia, a cadeia produtiva da empresa, transformando-se uma empresa de petróleo em empresa de energia. Isso só pode dar prejuízo.

E há mais: Pedro Parente disse que os investimentos só vão voltar ao Brasil se acabar a exigência de conteúdo local. Isso é lamentável! É lamentável que o Presidente da PETROBRAS tenha a coragem de dizer que os investimentos vão voltar se acabar o conteúdo local. Ele está falando de investimento onde? Em Singapura? No Japão? Nos países que vão produzir esses equipamentos? Se não houver conteúdo local, esses equipamentos não serão produzidos no Brasil, prejudicando a indústria brasileira.

No dia 30 de março será realizada nesta Casa uma Comissão Geral para discutir o tema. Setores importantes do empresariado brasileiro estão denunciando essa política criminoso da PETROBRAS de não respeitar o que está determinado



nos editais do pré-sal, que estabelecem um conteúdo mínimo de produção local. E nos futuros editais ele não quer incluir o conteúdo local.

É por isso que nós temos hoje 7 milhões de desempregados no Brasil, 1 milhão de desempregados na indústria de petróleo. E esse desemprego só aumentará, porque, com terceirizações, precarizações, destruição da cadeia produtiva brasileira, o Brasil vai continuar do jeito que está, infelizmente.



O SR. LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente, eu e alguns Parlamentares estamos com um problema aqui. Peço a ajuda de V.Exa. Serei rápido.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Zveiter) - Pois não.

O SR. LINCOLN PORTELA (PRB-MG. Sem revisão do orador.) - Foi dado prazo para que as emendas referentes à reforma trabalhista fossem apresentadas na sessão de hoje — o prazo foi prorrogado de ontem para hoje. Quando terminou a primeira sessão de hoje — nós entramos agora na segunda — a Câmara dos Deputados não aceitou mais as emendas, mesmo nós estando com sessão em andamento.

Gostaria que V.Exa. procurasse saber, por favor, qual foi o critério. O Deputado Carlos Manato está aí, assim com demais companheiros da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Zveiter) - Deputado Lincoln Portela, vou responder a V.Exa. em 5 minutos.

O SR. LINCOLN PORTELA - O.k. Muito obrigado, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Sergio Zveiter) - Concedo a palavra ao Deputado Laercio Oliveira.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço um apelo aos Deputados da bancada do Governo para que venham, por gentileza, rapidamente ao plenário. Temos uma votação para realizar e precisamos da presença de todos os Deputados da base do Governo. Conto com a presença de todos, para que reiniciemos os trabalhos.

Sr. Presidente, eu tenho acompanhado esta discussão e ouvi um relato sobre as mulheres, no sentido de que elas serão as mais prejudicadas com a terceirização de serviços. Deixe-me apresentar um dado a todos os Deputados e Deputadas aqui presentes. No setor de asseio e conservação, nas empresas de todo o País, há preponderância de mão de obra terceirizada. São mais de 2 milhões de trabalhadores terceirizados, e a metade deles são mulheres. Sem as empresas de prestação de serviço, essas mulheres dificilmente teriam uma colocação em um emprego formal. Por quê? Porque para esse tipo de atividade, quase sempre, não é exigido um nível alto de escolaridade.

E, hoje, Sr. Presidente, para quem não tem escolaridade, fica difícil o emprego formal no mercado de trabalho. O que nós estamos fazendo aqui? Nós estamos aprovando uma lei que vai exatamente formalizar esse tipo de atividade. A terceirização serve para trazer segurança jurídica para essa relação. *(Apupos nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Depois vocês vão reclamar, vão dizer que nós somos ditadores. Eu já pedi a vocês para fazerem gestos com o braço,



vocês são fortes. Vamos respeitar os oradores, senão vou pedir para as galerias serem esvaziadas.

Recuperem o tempo do Deputado Laercio Oliveira.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA - Outro assunto que foi apontado aqui, Presidente, diz respeito aos acidentes de trabalho com os terceirizados. Ora, vou trazer um exemplo, e isso serve como informação para todos os Deputados e Deputadas aqui presentes. O acidente de trabalho numa empresa de energia elétrica acontece porque todo o trabalho na linha de produção é exercido por trabalhadores terceirizados. Logo, o acidente só acontece com um terceirizado, porque só ele está trabalhando na linha viva. O dado trazido, baseado em uma pesquisa, não procede, porque não traz essa explicação.

E, finalmente, eu continuo aguardando algum Parlamentar se manifestar aqui para me dizer, com o projeto que nós estamos aprovando hoje, o que o trabalhador perde. Até agora, ninguém me disse. Estou esperando.

Durante o discurso do Sr. Laercio Oliveira, o Sr. Sergio Zveiter, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado André Amaral. (*Pausa.*)

O SR. ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente, por gentileza. É um assunto importante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado, V.Exa. falou por 3 minutos.

O SR. ALFREDO KAEFER (Bloco/PSL-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não, não é sobre o tema. Eu só queria aqui me manifestar sobre o seguinte: há vários Deputados que entendiam que o prazo de entrega de emendas para o projeto da reforma trabalhista venceria no final do expediente.

Vários Deputados protocolaram a entrega de emendas — estão com os protocolos —, e a Secretaria não mais aceitou isso. Mas se achava que o prazo era o final do expediente.

Eu queria que a Presidência estendesse o prazo de entrega para o final do expediente de hoje, para que vários Deputados... Eu, por exemplo, sou subscritor de várias emendas por indicação da Confederação Nacional da Indústria, e não vou poder exercer a minha prerrogativa de entregar diversas emendas que eu ia protocolar.

Peço deferimento, por favor, para que se estenda esse prazo até o final do expediente parlamentar de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O acordo era exato: até a sessão. E a sessão acabou no horário. O que aconteceu foi que não houve a prorrogação de 1 hora.

Eu não estou conseguindo falar com o Presidente. Então, vamos fazer um acordo: como ela ia ser prorrogada por 1 hora, eu vou dar até as 17 horas. Está combinado? Até as 17 horas.



O SR. LINCOLN PORTELA - Muito bem, Sr. Presidente. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Então, como haveria mais 1 hora de sessão, que era a prorrogação, as pessoas acreditaram nessa hora. Eu acho que não custa dar 40 minutos para que todo mundo... Então, o prazo está estendido até as 17 horas. Combinado?

O SR. ALFREDO KAEFER - Muito obrigado. Muito obrigado mesmo, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado João Daniel, por 1 minuto.

O SR. HENRIQUE FONTANA - O Deputado João Daniel cedeu o tempo a mim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como?

O SR. HENRIQUE FONTANA - O Deputado João Daniel cederá o tempo a mim, se V.Exa. permitir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não é preciso. Depois eu concedo a palavra a V.Exa.

Deputado João Daniel, pode falar por 1 minuto. *(Pausa.)*

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado João Daniel não quer registrar presença porque ele está participando da obstrução, que objetiva impedir que este projeto, que vai prejudicar muito o trabalhador brasileiro, seja votado aqui hoje.

A despeito da decisão de V.Exa., que deu 1 hora à base do Governo para atingimento do quórum — temos que respeitar a decisão de V.Exa. —, parece que a base governista não quer votar este projeto. Ela sabe que ele causa um prejuízo muito grande para o mundo do trabalho, porque este projeto não vai proteger nenhum trabalhador terceirizado, não vai melhorar em nada a situação de quem já é terceirizado. Só vai empurrar para a demissão aqueles que hoje, Deputado João Daniel, Deputado Prascidelli, têm vínculo empregatício direto com o empregador, um emprego em condições mais seguras, com todos os direitos respeitados, para que eles retornem, numa empresa terceirizada, com um salário menor, Deputado Décio Lima, sem a estabilidade que tinham no emprego anterior.

É isto que querem fazer aqui hoje: precarizar o mundo do trabalho no Brasil.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Na minha lista tem os Deputados Leo de Brito, Delegado Edson Moreira, Carmen Zanotto, Assis Melo e Valdir Colatto.

Concedo a palavra ao Deputado Leo de Brito, por 1 minuto.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho absolutamente natural que venha um Parlamentar do PSDB aqui extremamente incomodado com mais de 100 mil pessoas que receberam o ex-Presidente Lula e a ex-Presidenta Dilma lá na Paraíba para inaugurar a transposição do Rio São Francisco, porque sem Lula e sem Dilma não teria saído a transposição.

É claro que o incômodo é grande, porque eles foram derrotados em quatro eleições. Perderam a eleição e tiveram que ir para o tapetão, tiveram que criar um caos no Brasil para dar o golpe na Presidenta Dilma, e está aí o resultado na economia: retração de 3,8%, em 2015, de 3,6%, em 2016, e 13 milhões de desempregados, que são fruto dessa crise política que eles criaram. Então, é natural que S.Exas. estejam fazendo isso.

Agora, o Presidente Lula não tirou nenhum direito do trabalhador para criar 22 milhões de empregos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira.

V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho a esta tribuna hoje agradecer a V.Exa. o adiamento da votação do projeto de terceirização.

No nosso entendimento, a matéria necessita um pouco mais de negociação junto aos partidos que compõem a base do Governo do Presidente Michel Temer.

Nós, os partidos que dão sustentação política ao Governo Michel Temer, temos que conhecer a fundo o texto apresentado pelo novo Relator. Precisamos discutir com a maioria da bancada os temas que afetam os trabalhadores brasileiros.

Por todos esses motivos, deixo aqui minha satisfação com o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, e, se necessário for, deixaremos a votação para a próxima terça-feira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Assis Melo.

O SR. ASSIS MELO (PCdoB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, volto a falar sobre a questão da terceirização. O Relator, o Deputado Laercio Oliveira, que é do segmento empresarial, do setor de serviços, é quem, na verdade, vai se beneficiar com essa terceirização.

No meu entendimento, ele desconhece a realidade do sistema capitalista no País, ele desconhece a tecnologia hoje existente. O trabalho terceirizado é o trabalho mais precarizado. Como liberar a terceirização vai qualificar o trabalho?

Sinceramente, o Relator Laercio diz uma coisa e faz outra! Não há como liberar a terceirização indiscriminada, valorizar trabalho e garantir o desenvolvimento do próprio capital.

Por isso, nós insistimos em dizer: não acabem com o direito dos trabalhadores, porque isso não é desenvolvimento, e, sim, precarização e retrocesso dos direitos trabalhistas.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero registrar aqui a nossa preocupação, que se agrava, dia a dia, com a questão dos frigoríficos, da nossa carne, dessa denúncia vazia e sem fundamento técnico que foi feita e que se generalizou para toda a produção do agronegócio.

Quero ainda dizer que nós estamos tendo grandes prejuízos. O Brasil exportava 60 milhões de dólares por dia, mas ontem passou a exportar só 74 mil dólares!

Os frangos, os suínos, Sr. Presidente, só esperam 7 dias para serem abatidos depois de prontos. Com isso, está havendo um caos nesse processo.

Os funcionários do IBAMA instalaram um processo de interdição de frigoríficos em fazendas no Estado do Pará, porque dizem que há gado em áreas desmatadas. Isso é um absurdo!

Em Santa Catarina, estão fechando o Porto de Itajaí com greve. A CUT e aqueles desocupados que querem acabar com o Brasil estão por trás disso, com certeza.

Sr. Presidente, quem está por trás disso? Isso é coisa planejada, montada para acabar com a única área que está dando certo no Brasil.

Mas espero que amanhã essas pessoas não se arrependam, porque vai faltar comida na mesa, com certeza. Aí o brasileiro saberá cobrar de quem é a responsabilidade por criar essa parafernália do setor agropecuário. Se acabarem



com esse setor, acabam com a economia do Brasil. E eu acho que é isso que as pessoas querem.

“Quanto pior, melhor” não é o caminho. Nós precisamos denunciar isso à Nação brasileira, porque há muita gente trabalhando contra o Brasil, contra o produtor, contra quem emprega, quem trabalha.

Por isso, com certeza, nós temos que fazer com que o trabalhador tenha a opção de buscar o seu emprego, seja o emprego normal — CLT, seja a terceirização. Esse é o caminho para o Brasil fazer com que os trabalhadores voltem ao trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu tenho a lista de inscrição aqui: Deputados Francisco Floriano, Rocha, José Guimarães e Mandetta. Tranquilamente todos vão falar.

Concedo a palavra ao Deputado Francisco Floriano. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, V.Exa. me inscreveu?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Já coloquei o seu nome aqui.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Na verdade, eu não ia fazer uma fala, mas um apelo a V.Exa., se o nobre orador permitir.

O SR. FRANCISCO FLORIANO - À vontade, Líder.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - É uma solicitação a V.Exa. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Uma solicitação?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Um pedido a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Se estiver ao meu alcance, Deputado, será um prazer.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, com certeza está, porque a Casa é presidencialista, e V.Exa. conduz muito bem a sessão.

Sr. Presidente, V.Exa. tem tido uma postura de muito diálogo quando preside os trabalhos. E é visível que os Parlamentares dos diversos partidos não querem votar esse projeto hoje. Então, apresento uma sugestão a V.Exa.: faça história e cancele esse item da pauta, porque é melhor para o Brasil e é melhor para todos nós aqui. Isso é para fazermos o quê? Dialogarmos até a próxima semana, começarmos a discutir e a procurar todo o mundo.



Na vida pública, Sr. Presidente, há momentos em que precisamos ousar. Penso que V.Exa. poderia agora anunciar uma posição ousada, sem desrespeitar ninguém, olhando para o Brasil, olhando para o futuro, e dar um tempo para discutirmos melhor esta matéria. Tenho certeza de que V.Exa., se tomar essa decisão, receberá o reconhecimento do Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.



O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Esperidião Amin votou “sim” nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Se estivesse aqui, teria votado “sim”.

(Riso.)



O SR. JORGE BOEIRA (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, estão presentes na Câmara dos Deputados o Vice-Prefeito de Biguaçu e uma delegação de Vereadores desse importante Município do Estado de Santa Catarina.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Francisco Floriano.

O SR. JOÃO MARCELO SOUZA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado João Marcelo Souza votou conforme a orientação do partido na votação anterior.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu gostaria que os Deputados respeitassem a ordem de inscrição. Vamos conceder a palavra a todos.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Francisco Floriano.

O SR. FRANCISCO FLORIANO (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é assustador o desrespeito com a saúde das pessoas, que podem sofrer consequências sérias com intoxicação alimentar se consumirem alimentos fora do prazo de validade. Fiquei chocado com o que revelou a Operação Carne Fraca, deflagrada pela Polícia Federal.

Acabo de dar entrada a dois projetos de lei, o Projeto de Lei nº 7.185, de 2017, e o Projeto de Lei nº 7.186, de 2017, movido pelo sentimento de indignação e pelo senso de responsabilidade como legislador. Está na Constituição Federal, nos arts. 196 e 197: *“A saúde é direito de todos e dever do Estado”*.

Percebi falta de humanidade e até uma atitude perversa desses frigoríficos quando oferecem ao consumidor, sem nenhum pesar, carnes vencidas. O que encoraja essa atitude repugnante é a sanção branda de detenção apenas.

Contudo, a partir de hoje, com a ajuda dos colegas, vamos aprovar, de forma eficaz e previdente, a penalidade correta: reclusão, sim, pois crime contra a vida, tal como o crime doloso, deve ter pena de reclusão sem fiança.

A ideia é endurecer as penas para aquelas pessoas que dolosamente colocam a saúde dos consumidores em risco, utilizando práticas proibidas pela lei e pelos órgãos de vigilância sanitária.

Vamos em frente, Brasil! Estamos aqui atentos, legislando por vocês, e eles não ficarão impunes.

Parabéns à Operação! Vamos juntos construir um País com saúde!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Rocha.

O SR. ROCHA (PSDB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agora há pouco eu registrei uma representação que enviei ao Procurador-Geral da República sobre suposta prática de crime pelo réu e ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que promoveu megacomício na Paraíba para inauguração de uma obra que já havia sido inaugurada.

Tão logo fiz esse registro, minha representação foi questionada por um Parlamentar do PT. Eu quero lembrar aos Parlamentares do Partido dos Trabalhadores que o Brasil é um Estado de Direito em que temos de obedecer à legislação. A Lei nº 9.504, de 1997, em seu art. 36, proíbe a campanha antecipada.

Se os petistas fossem dados a cumprir a legislação, a cumprir as leis, talvez o Lula não fosse réu hoje, talvez a Dilma não fosse ré hoje, e Palocci, José Dirceu, Vaccari, Delúbio e tantos outros petistas não teriam sido condenados. O fato é que vivemos num Estado de Direito, e até o ex-Presidente Lula tem de cumprir a legislação.

Sr. Presidente, nós queremos saber quem patrocinou aquele megacomício, quem pagou o jatinho, quem pagou as dezenas de ônibus e quem patrocinou a alimentação de todas aquelas pessoas.

Quero fazer mais uma vez este registro e dizer que o Brasil é um Estado de Direito e que a legislação precisa ser respeitada.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. a divulgação do meu pronunciamento pelos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Gostaria de fazer a contradita ao que disse o nobre Líder do PSDB. O problema é o seguinte: o Governador de São Paulo foi lá olhar a obra da transposição do Rio São Francisco e tentou mobilizar a população, mas não foi uma pessoa.

O Lula foi lá e reuniu 100 mil pessoas. Este é o problema. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado José Guimarães, nós fizemos um acordo aqui com a Oposição, aliás, com todo mundo. V.Exa. tem duas opções: ou fala e marca presença ou marca presença e fala. V.Exa. falou duas vezes e não marcou. Eu peço a V.Exa. que registre presença.

Este foi o acordo, Deputado.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Não há problema.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Mandetta.

O SR. MANDETTA (DEM-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Mato Grosso do Sul está extremamente impactado, preocupado com a crise da carne, que afeta aquele Estado, porque nós viemos da pecuária.

Nossa vida econômica é um exemplo de pecuária moderna. Cito o Projeto Novilho Precoce, a entrada do Brasil no mercado de carne nobre de exportação, as grandes plantas de exportação da melhor carne brasileira em Mato Grosso do Sul. Essa crise nos preocupa demais.

Dentre as preocupações está a forma como a Polícia Federal vem batizando suas operações. Ela poderia ter batizado de mal fiscal, fiscal que corrompe, mas ela foi ao produto e batizou de Carne Fraca. E produz hoje uma grande crise de arrecadação e política na pecuária brasileira.

Fica aqui o apoio a todos os produtores de carne de Mato Grosso do Sul.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Laercio Oliveira.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa., na condição de Presidente da Câmara, fizesse um apelo aos Deputados que estão nos gabinetes, para que venham ao plenário, a fim de que possamos avançar em nosso trabalho.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Peço à Deputada Maria do Rosário e ao Deputado Assis Carvalho que registrem presença. Esses Deputados falaram.

Deputada Maria do Rosário, V.Exa. não registrou presença. V.Exa. falou, mas não registrou a presença.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, que gentileza me lembrar desse detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. sabe que o meu carinho por V.Exa. é muito grande. V.Exa. quer falar mais 1 minuto?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, eu registrarei presença, como é regimental, mas V.Exa. sabe que eu participo de um movimento forte de obstrução à votação deste projeto de lei, que é uma verdadeira múmia saída dos armários mais terríveis desta Câmara dos Deputados.

Essa é uma matéria que vem do período do Governo Fernando Henrique Cardoso, é uma matéria que vem do auge do projeto neoliberal.

Como é triste ver o Brasil, que se desenvolveu e viveu oportunidades, agora, após o golpe que foi desferido aqui neste plenário em nome da ganância pelo poder por Michel Temer, ter retrocessos em todas as áreas.

Eu me dirijo a todos os trabalhadores e trabalhadoras, aos meus colegas professores, professoras, trabalhadores em educação, aos que trabalham aqui na Câmara dos Deputados, todos e todas que estão aqui.

A precarização das relações de trabalho que existe hoje naquelas áreas em que a terceirização prevalece será imposta, neste momento de desemprego, para todo brasileiro e toda brasileira.



Chega a ser cínico ouvir determinados colegas aqui, que usam a palavra dizendo que um trabalhador, Deputado Prascidelli, agradeceu por conseguir trabalho em uma empresa terceirizada. É cínico dizer isso, quando, na verdade, a pessoa individualmente abre mão tantas e tantas vezes do seu direito, porque não está encontrando o que era o seu direito: um trabalho formal, adequado, protegido, com a carteira assinada.

Além de tudo, querem fazer o quê? Querem estabelecer 49 anos de contribuições e 65 anos de idade para a aposentadoria. É um golpe atrás do outro nos trabalhadores e trabalhadoras, e quem votar a favor disso não vai voltar a ser Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputada Maria do Rosário. Eu agradeço pela sua presença.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, falo só para fazer um chamamento e para entendermos melhor a natureza deste debate que está sendo feito aqui sobre a terceirização.

Não é verdade que aqui se esteja fazendo um debate entre quem admite terceirizar e quem não admite terceirizar. Esse debate já foi feito em 2015. Esta Casa, inclusive, já encaminhou a aprovação de uma matéria que admite a terceirização em atividade meio e em algumas atividades fins.

Não há porque uma universidade se preocupar diretamente com problema de limpeza, de vigilância. Isso pode ser praticado por outro ente empresarial que não está na atividade finalística da universidade. Isso foi pacificado nesta Casa, mesmo com a controvérsia da matéria.

É estranho que haja agora, depois de essa matéria estar sendo apreciada no Senado, depois da discussão da reforma da legislação trabalhista — na minha opinião, ela precisa ser atualizada; nós vamos debater o mérito disso —, de repente, seja descavado um projeto de 2002, atropelando esse debate de forma extemporânea, ao nosso ver.

O que acontece com o problema da responsabilidade da empresa contratante, se é solidária ou subsidiária? O que isso representa objetivamente? Representa que, se alguém que é contratado por uma terceirizada, e essa terceirizada quebra, ele não pode acionar o ente originário. Ele tem que esgotar a demanda judicial com essa que precarizou para poder fazer a escolha que, na



responsabilidade solidaria, é possível. Isso evidentemente vai precarizar direitos na ponta.

A empresa multinacional que terceiriza o trabalho de confecções no Brasil, com a denúncia de trabalho escravo, se acha isenta de qualquer responsabilidade. Não, a legislação, a jurisprudência, o *modus operandi* jurídico no Brasil já implica, já impõe a sua responsabilidade. Nós estamos acabando com isso, por meio desse projeto.

Portanto, acho que nós precisamos ter mais cautela. Não se está discutindo aqui a possibilidade de terceirizar. Isso já está legislado nesta Casa. Em 2015 nós aprovamos isso, e temos agora que concluir a votação no Senado.

Por isso, a nossa posição, a posição da bancada do PPS é contrária ao mérito desta matéria, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Afonso Hamm.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Manato, queria fazer um posicionamento que julgo importante, relacionado à crise pela qual passa, neste momento, a cadeia produtiva ligada à pecuária brasileira, chegando ao produto final, a carne.

Nós lamentamos a condição a que o País está submetendo um segmento econômico tão importante. É importante na vida da pecuária familiar, da pequena pecuária e da pecuária empresarial de todas as Unidades da Federação do País. Nós lamentamos que precisemos agora dar explicações sobre a importância de garantir qualidade aos produtos destinados ao consumidor brasileiro e também aos produtos para exportação.

Somente o meu Estado, o Rio Grande do Sul, exporta mais de 1 milhão de toneladas de carne bovina, carne de frango e carne suína. São milhares de empregos nas agroindústrias, nos frigoríficos, tanto na cadeia produtiva do meio rural quanto na cidade. Temos todo um fluxo de distribuição no País inteiro.

Na verdade, afirmo a importância da atuação do Ministro da Agricultura Blairo Maggi neste momento. Os fiscais federais sanitários são competentes. São exceção aqueles que demonstraram problemas. Eles vão ser penalizados.

Os esclarecimentos e a transparência são necessários. Isso deve ser feito de imediato, para garantir condições de atuação a um setor tão importante do Brasil.

Peço a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.



PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos últimos dias fomos surpreendidos com as denúncias da Operação Carne Fraca, desencadeada pela Polícia Federal, que aponta irregularidades encontradas em 21 frigoríficos do País.

Sabemos que o Brasil é um dos maiores produtores de carne do mundo e que toda essa repercussão trará graves prejuízos ao setor agropecuário, embora os casos levantados sejam pontuais e não representem um mau funcionamento generalizado do sistema de integridade sanitária brasileiro.

O Estado do Rio Grande do Sul, que somente no ano passado exportou 1 milhão de toneladas de carne para destinos como União Europeia, Arábia Saudita, Rússia e China, apesar de não ter nenhum envolvimento com essa operação, certamente sentirá os reflexos dela.

Em 2016, as transações do mercado gaúcho renderam 2 bilhões de dólares, o equivalente a 13% do faturamento das exportações brasileiras do produto no período.

Neste ano, após as denúncias da Polícia Federal, para que seja possível manter os mesmos índices de consumo, precisaremos reconstruir nossa imagem para recuperarmos a confiança perante os parceiros externos.

Em menos de 1 semana, oito países impuseram restrições temporárias às importações de carne brasileira, aumentando a perspectiva de queda nas receitas, em um momento em que o Brasil enfrenta uma grave crise que cada dia mais compromete a saúde econômica do País.

O Ministério da Agricultura, através do Ministro Blairo Maggi, está atuando de forma incansável desde a última sexta-feira para conter os estragos no que diz



respeito à reputação da carne brasileira, estragos que podem provocar redução de 10% a 15% no volume de vendas ao exterior.

Defendemos que as investigações da Polícia Federal avancem e que a fiscalização seja redobrada, para evitarmos novas fraudes que possam lesar ou comprometer a saúde dos consumidores. No entanto, exigimos bom senso das autoridades para que a grande maioria dos produtores, que são os que realmente sustentam a cadeia da carne, não sejam ainda mais prejudicados.

Era o que eu tinha a manifestar.

Peço a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.



V - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 259 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Passa-se à Ordem do Dia.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

PROJETO DE LEI Nº 4.302-B, de 1998

(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302-B, de 1998, que altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros; tendo parecer proferido em Plenário pelas Comissões: de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação deste; pela rejeição do § 2º do art. 19-A, constante do art. 2º; e pela rejeição da supressão constante do § 2º do art. 9º da Lei nº 6.019, de 1974, constante do art. 2º do texto da Câmara dos Deputados (Relator: Deputado Laércio Oliveira); e de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com exceção do § 2º do art. 19-A, constante do art. 2º do Substitutivo do Senado Federal (Relator: Deputado Laércio Oliveira).



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Sobre a mesa requerimento de retirada de pauta:

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do parágrafo único art. 83 do Regimento Interno, a retirada do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, constante da pauta da presente sessão.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra, para falar a favor da matéria, ao nobre Deputado Henrique Fontana. V.Exa. tem 3 minutos.

Quero dizer a V.Exas. que teremos, daqui a pouco, uma votação nominal. Na hora da votação nominal, terei o maior prazer em seguir a lista: Creuza Pereira, Janete Capiberibe, Domingos Sávio, João Daniel, Severino Ninho, todo mundo. Mas agora nós vamos seguir com a Ordem do Dia. Muito obrigado pela compreensão de todos.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos aqui pedindo votos para retirar de pauta uma lei que, se aprovada, gerará o maior ataque aos direitos do trabalhador das últimas décadas no País.

Nós estamos aqui disputando aquilo que foi conquistado, com muitas e muitas décadas de luta, para civilizar e qualificar as relações entre o capital e o trabalho no País. Nós estamos aqui para evitar que aumente o trabalho escravo, para evitar que as pessoas acordem um dia de manhã, Deputado Daniel, e sejam informadas de que aquela empresa terceirizada, por meio da qual elas haviam sido contratadas, fechou as portas, não há ninguém para responder, e elas não terão para quem reclamar os seus direitos trabalhistas legítimos.

E o Governo usa aquela tribuna para mentir descaradamente. O Governo diz que esse projeto seria para gerar empregos. Mas desde quando precarizar um emprego direto, trocá-lo por um emprego terceirizado, gera um emprego novo? Não gera nenhum emprego. Esse projeto só transforma empregos de maior solidez, empregos de maior qualidade, em empregos precarizados, com salários menores, com direitos que não serão recolhidos, e é por isso que nós devermos acordar.



Eu só vejo algumas entidades empresarias atrasadas — esta é a verdade — que querem ampliar a precarização do trabalhador que constitui o comprador dos seus produtos.

Sr. Presidente, preciso dizer desta tribuna, até anotei para não esquecer: algum Deputado aqui subiria num avião se todos os pilotos da TAM, da Gol, da Azul fossem terceirizados pela empresa de contratação de mão de obra de pilotos São José não sei das quantas? É óbvio que não! Isso mostra que esse trabalho precarizado não serve para aquilo de que precisamos.

Nós precisamos de um país que respeite os seus trabalhadores, que valorize uma carteira assinada. Vão dizer no Japão, por exemplo, à Mitsubishi que não contrate o trabalhador diretamente e terceirize tudo, vão montar o Frigorífico JBS, da marca Friboi, só com terceirizados e, assim, o produto vai melhorar que vamos consumir. Isso é uma piada!

Este projeto prejudica os trabalhadores, prejudica a economia brasileira, prejudica a imagem do nosso País no exterior, incentiva o trabalho escravo, corta direitos que tornaram mais civilizadas as relações de trabalho.

Pelo amor de Deus, retirem este projeto e vamos debater na Comissão da Antirreforma Trabalhista.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Para orientação de bancada, tem a palavra o nosso Líder do PP, Deputado Arthur Lira.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco PP/PTN/PHS/PTdoB indica o voto “não” e pede para toda a base acompanhar a orientação. Toda a base vota “não”, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PMDB, Deputado Mauro Pereira?

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB orienta o voto “não”, porque nós temos a convicção e a certeza, ao contrário do que a Oposição fala, PT e PCdoB, de que esse projeto regulamenta a terceirização. Ele aumenta o direito dos trabalhadores terceirizados. E os empreendedores vão ser solidários ao projeto.

Uma coisa é certa: quem vai perder realmente são os sindicatos, a Central Única dos Trabalhadores — CUT e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil — CTB.

Nós orientamos o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PT?

O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse projeto estava enterrado. O Governo, não satisfeito com o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, aprovado por esta Casa contra o nosso voto, que trata da terceirização, da precarização do trabalho e está no Senado, resolveu desenterrar mais esse defunto.

Esse projeto é pior do que aquele que foi votado aqui, porque, além de tratar da terceirização, da precarização do trabalho, trata da prorrogação dos contratos temporários de 90 dias para 180 dias com mais 90 dias.

Nós não podemos admitir que o trabalhador brasileiro, após conquistar vários avanços, tenha a sua condição de trabalho precarizada neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O PT vota “sim”.

Como vota o PDT, Deputado Afonso Motta?



O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acho que há um lado interessante. Já foram usados aqui todos os argumentos. A nossa bancada do PDT se posiciona contra esse projeto. Mas o fato de esse substitutivo vir do Senado Federal — é claro que ele tem um patrocínio aqui, conforme o relatório — causa mais uma perplexidade nessa relação entre a Câmara Federal e o Senado Federal.

Essa não é a primeira vez que tomamos decisões que chegam à Casa Revisora e voltam muito piores. Há pouco, nós tivemos que lidar aqui, na questão da repatriação, com a inclusão dos parentes dos políticos, que nós suprimimos aqui. E foi uma luta para se aprovar essa matéria na revisão lá no Senado, porque queriam reintroduzir essa cláusula. Agora, mais uma vez, pioraram a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado. O PDT vota “sim”.

Como vota o PCdoB, Deputado Daniel Almeida?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB encaminha o voto “sim”. É fundamental que esse projeto seja retirado de pauta. É uma grande e grosseira mentira afirmar que esse projeto, se aprovado, gerará empregos. Os trabalhadores não são analfabetos; sabem ler! Quem lê esse projeto percebe claramente que ele prejudica os trabalhadores. Essa experiência já foi feita em outros países: México, Argentina, Espanha. Não deu certo! Só maltratou os trabalhadores. Por que repeti-la agora?

Há outras razões, Sr. Presidente. Nós tratamos desse assunto, aqui, durante os últimos 2 anos, no Projeto de Lei ^o 4.330, que está no Senado. Agora, estamos debatendo numa Comissão Especial a reforma trabalhista, que pode tratar desse tema. O Governo está tratando com as centrais através do Ministério do Trabalho.



Trazer um projeto que estava arquivado há 20 anos é um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Para orientar, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy, do PPS.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós voltamos a insistir na necessidade de adiar este debate e aprofundar esta discussão. Recentemente, esta Casa apreciou este tema. Esta matéria está tramitando no Senado da República, e nós permitimos a terceirização para a atividade meio, aquela em que não há objetivo finalístico.

O que nós não podemos aceitar — o que agrava neste projeto — é retirar do contratante a responsabilidade solidária em substituição à responsabilidade subsidiária. Isso fragiliza aqueles que podem responder pelas coisas a que nós assistimos na precarização do mercado do trabalho e da atividade do trabalho.

Permitir, neste projeto, que o mesmo grupo seja prestador do serviço terceiro, o que havia sido vetado naquele projeto anterior, é a mesma coisa que autorizar a fraude, é a mesma coisa que estimular a fraude.

A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED (PR-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PR retira a orientação de bancada. Estamos em negociação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O PPS vota “sim”.

Como vota o PSOL, Deputado Glauber Braga?

A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED - Sr. Presidente, repito: o PR retira a orientação de bancada — nem “sim” nem “não”. Nós estamos em negociação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O PR libera a bancada?



A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED - Nós não liberamos a bancada. Retiramos a orientação e queremos deixá-la em branco, estamos em negociação.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é "sim" o voto do PR, pelo encaminhamento da Líder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não, ela foi muito clara: é para ficar em branco.

Com a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para deixar claro, nós temos de votar esta matéria no que diz respeito ao requerimento de retirada de pauta.

Quem é contra a votação deste projeto, como nós do PSOL, tem que votar "sim" à retirada de pauta, porque o voto "sim" ou "não" à matéria, de qualquer maneira, leva à sanção presidencial.

Então, regimentalmente, quem é contra a precarização das relações de trabalho, contra a terceirização total e irrestrita, que tira os direitos dos trabalhadores brasileiros, contra essa escalada que retira direitos nas mais variadas reformas, que são na verdade desmontes, seja da Previdência, seja da CLT, das relações do mundo do trabalho, vota "sim", pela retirada de pauta, para que esta matéria não seja votada.

O PSOL vota "sim".

O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Para nós da Rede, é uma precipitação votar esta matéria. Há aspectos que não estão examinados, inclusive prejuízos eventuais a consumidores, riscos pessoais àqueles que viajam de avião ou ônibus. Tudo precisa ser criteriosamente avaliado.

Portanto, não se justifica essa pressa. Podemos chegar a um termo mais adequado aos interesses dos trabalhadores e dos consumidores de um modo geral.

Então, votamos "sim" à retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sempre fui contra a precarização dos serviços e terceirização das relações de trabalho.

Como Deputado Estadual, lutei junto com o SINDIELETRO contra a terceirização na CEMIG, que, por falta de preparo, já levou à morte dezenas de trabalhadores.

Tenho claro também o posicionamento que eu registrei, inclusive, em cartório, antes de ser candidato a Deputado Federal, de que eu não voto em prejuízo ao conjunto dos trabalhadores, não voto contra os trabalhadores, contra os servidores públicos, nem por aumento de imposto. Foi dessa maneira que eu votei no ajuste fiscal em 2015 e mantenho a mesma coerência.

Por isso, o PMB vai encaminhar "sim", pela retirada de pauta. Quero deixar o nosso posicionamento contra a terceirização. Somos contra também a reforma da Previdência.



Este é o posicionamento do PMB: contra a terceirização e a reforma da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, na verdade, eu quero me dirigir aos Líderes do PP, do PMDB, do PSDB e do DEM. É evidente que esta discussão sobre esta matéria nós temos que fazer, Deputado Arthur Lira.

O que eu quero ponderar a V.Exa. é que isso não é um problema de Governo e Oposição. Deveria ser uma questão que envolvesse todo o Parlamento.

Ouviu, Deputado Laercio Oliveira, V.Exa. que foi Relator? V.Exa. me conhece porque eu já fui Líder do Governo aqui. Quantas vezes nós negociávamos aqui? Por que tem que votar hoje e não pode esperar a tramitação do PL 4.330, que vem do Senado, para aperfeiçoarmos, discutirmos, sentarmos e dialogarmos?

Não é razoável isso para o Parlamento, Presidente Rodrigo Maia. Eu sei que V.Exa. sabe, porque eu já fiz todos os apelos a V.Exa. Cheguei a dizer que V.Exa. tem se comportado na Câmara como Presidente, com diálogo e com transparência na relação conosco da Oposição.

Precisávamos agora dar uma demonstração de diálogo, não forçar a barra para votar isso. Há vários Deputados dos partidos da chamada base que querem discutir a matéria. Portanto, o apelo que eu faço a V.Exa. é que se retire esta matéria de pauta para que nós possamos abrir formalmente o diálogo com todos os Líderes para discutir em outro momento o PL 4.330, que é o que votamos aqui e que foi para o Senado.

Por isso, a Minoria encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE) - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC) - Verificação conjunta.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL) - Verificação conjunta.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS) - Verificação conjunta, Presidente.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC). Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT muda a orientação para obstrução.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA). Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB altera o posicionamento para obstrução.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ). Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL está em obstrução.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.



O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT muda a orientação para obstrução.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT está em obstrução.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há um acordo do Deputado Carlos Manato que vou cumprir.

Concedo a palavra à Deputada Creuza Pereira. *(Pausa.)*

O SR. LUIZ COUTO - Sr. Presidente, eu queria dar como lido este pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, faço uma reflexão homenageando também aqueles que criaram o Dia Mundial da Água e todos aqueles que cuidam para que a água seja, cada vez mais, tratada como o elemento importante na vida do nosso povo.

Sr. Presidente, peço a publicação do pronunciamento nos meios de comunicação da Casa, inclusive sua divulgação pelo programa *A Voz do Brasil*

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 22 de março, celebra-se o Dia Mundial da Água, e neste 2017 o tema escolhido foi *Por que desperdiçar água?* — *Why waste water?*, no original.



O desenvolvimento econômico e social dos países é objetivo de todos. Afinal, ele redundará em melhoria da qualidade de vida das pessoas. Mas é preciso reconhecer que o processo de industrialização e a rápida urbanização, a par das alterações climáticas e da crescente demanda por alimentos, têm seus efeitos nefastos sobre os recursos naturais, notadamente a água.

Desse modo, o correto manejo dos recursos hídricos é inegociável condição para que o crescimento das nações não enverede por caminhos que levem não à paz e à segurança, mas a crises de desabastecimento.

A discussão, que há muito ganhou contorno internacional, chega a números alarmantes. Com a estimativa de que, em 2025 — menos de 10 anos! —, a escassez de água deverá castigar mais de 3 bilhões de pessoas, é urgente buscar soluções para frear o esgotamento das fontes.

E a demanda pelo trabalho conjunto dos países ganha melhor compreensão quando consideramos a realidade de que os cursos de água atravessam as fronteiras territoriais, sendo de todos, sem distinção, a responsabilidade pela sua salvaguarda e conservação.

No caso do Brasil, detentor da maior reserva de água doce subterrânea do mundo, o encargo é por demais acrescido, e o papel estratégico que lhe é imposto deve se revelar bastante significativo em futuro próximo.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, 12% de toda a água doce do planeta se encontra em nosso território, o que nos obriga ao debate de políticas ambientais que de fato levem à melhor utilização dos recursos hídricos.



Sras. e Srs. Deputados, apesar de toda essa grandiosidade, infelizmente o País tem sido submetido a racionamentos de água em várias regiões, não mais apenas no Nordeste, tradicionalmente castigado pelas secas. Cidades como a próspera São Paulo e a imponente Capital da República têm sentido os duros efeitos da mistura de falta de chuvas, falhas na distribuição e ausência de conscientização das populações para o consumo inteligente da água.

A racionalização do uso e iniciativas de reuso são táticas óbvias para poupar os mananciais, como também o são o cessar de desmatamentos e o diminuir dos níveis de poluição. É preciso também fazer uso das novas tecnologias, de modo a prover o gerenciamento de recursos naturais, materiais e humanos com ferramentas atualizadas e eficientes.

Contudo, não menos importante, é fundamental compreender que a educação das pessoas para as novas realidades, entre elas a escassez de água, constitui estratégia das mais eficazes para a preservação desse importante elemento da natureza. Sem isso, o melhor planejamento em estratégia e tecnologia estará simplesmente fadado a retumbante fracasso.

Para 2018, as expectativas sobre o Brasil restarão aumentadas, tendo em vista que Brasília sediará o Fórum Mundial da Água, cujo tema, já escolhido, será *Compartilhando Água*.

Maior evento sobre o assunto, o fórum deverá reunir cerca de 30 mil representantes de 100 países, e a principal discussão será a crise hídrica que afeta diversas regiões do planeta.



Sr. Presidente, Sras. e Srs; Deputados, a celebração do Dia Mundial da Água, pois, é da maior importância, e esperamos que ações se realizem de modo efetivo a prestigiar as causas ambientais, especialmente a preservação da água.

Era o que tinha a dizer.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra a Deputada Creuza Pereira.

A SRA. CREUZA PEREIRA (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, eu queria dar como lido pronunciamento sobre o falecimento do Sr. Olímpio de Souza, o pioneiro da comunicação em Salgueiro, Pernambuco.

Ele fez curso por correspondência na área de eletrônica, experimentou vários inventos e montou nossa primeira rádio AM. Seu filho, mais tarde, adquiriu uma empresa de comunicação, a *Rádio Talismã FM*.

Sua epopeia encantou outras pessoas que acompanharam seu trabalho em Salgueiro pela comunicação. Ele é de fato um pioneiro e merece nossas homenagens.

À família do Sr. Olímpio de Souza nossos sentimentos pelo passamento.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na data de ontem faleceu em Salgueiro, aos 88 anos de idade, o Sr. Olímpio de Souza, figura popular e reconhecida como o pioneiro do rádio em Salgueiro, Pernambuco.



Eis como ele narra sua estória com o rádio: *“Eu fiz um curso de eletrônica por correspondência em 1958. Quando foi 1960, que eu conclui, inventei de montar um amplificador, e mais tarde a vontade de montar um microfone para os meninos cantar... Tudo pequeno. Montei e deu certo”*

Assim ele conseguiu com os conhecimentos tecnológicos que adquiriu e suas tentativas que o som de sua difusora, que era amplificado por cometas colocadas nos postes da cidade, fosse captado pelos aparelhos de rádios locais. Ele batizou esse seu empreendimento como Miramar Publicidades.

Era época do regime militar e a sua Miramar, que não tinha licença de funcionamento, e nem ele dispunha de recursos para regularizar a situação da mesma e ela não caísse nas malhas da fiscalização do Governo.

Mas ele não desistiu de trabalhar em comunicação. Equipou uma Rural com serviço de som e passou a fazer propaganda volante, animar festas e comícios, desta vez com o nome de “Olímpio de Souza Propaganda”.

Em dezembro de 1964, um grupo de empresários e mais a Igreja Católica formaram um grupo para montar uma rádio AM. E foi exatamente o Sr. Olímpio de Souza quem montou e deu assistência técnica à rádio por longo tempo.

Esse seu amor à comunicação ele transmitiu ao seu filho, Ailtom Souza, hoje proprietário da rádio *Talismã FM*, que realizou assim o sonho do seu velho pai.

A sua contribuição à comunicação em Salgueiro é incontestável.

No momento que em que ele nos deixa, homenageamos sua memória e apresentamos a toda a família os nossos sentimentos e o reconhecimento pelo seu trabalho.



O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, o PPS está em obstrução também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra a Deputada Janete Capiberibe. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, colegas Parlamentares, enquanto os demais colegas vêm votar este requerimento para que nós possamos dar sequência à apreciação desta matéria, eu aproveito para registrar minha preocupação não só com a forma como o noticiário conduziu, mas também com os desdobramentos da operação denominada Carne Fraca, desencadeada pela Polícia Federal.

Primeiro, é óbvio que toda ação da Polícia Federal para combater a corrupção e preservar o cumprimento da lei tem que ser aplaudida. Agora, em razão da maneira como essa operação foi conduzida e dos desdobramentos, fica evidente, nesse caso, que é preciso ter cuidado para não generalizar as coisas. A tendência que nós vivemos hoje no Brasil de se generalizarem os conceitos, fazendo com que os bons paguem pelos maus, é algo que destrói não só a democracia. Não se pode generalizar que todo político é bandido, que todo empresário é desonesto, nem que todo funcionário público comete ilícito.

O Ministério da Agricultura possui milhares e milhares de servidores. Eu sou médico veterinário e sei que, em sua ampla maioria, eles são profissionais sérios. Prova disso é que a inspeção sanitária no Brasil é uma das mais respeitadas no mundo. Agora, de repente, porque alguns cometeram um ilícito, jogam todo mundo na vala comum e prejudicam a economia brasileira. É preciso ter cuidado.



Nós sabemos que a produção de alimentos no Brasil, uma das melhores do mundo, tem um papel fundamental para a população brasileira e para a exportação. Temos motivo para nos orgulhar dela.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Deputado, assine a nossa CPI!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado João Daniel.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar como lido meu discurso sobre o Dia Mundial da Água.

Parabenizo as manifestações realizadas em todo o Brasil, em especial em Sergipe. Parabenizo também todos os funcionários da Companhia de Saneamento de Sergipe — DESO, do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgotos e Recursos Hídricos do Estado de Sergipe — SINDISAN e dos movimentos sociais que lutam em defesa dessa empresa pública, cuja privatização nós lamentamos que o Governo Federal queira impor. É uma empresa fundamental para a saúde pública do povo sergipano. Água é vida! Saneamento é saúde!

Parabéns! Com certeza, vamos estar ao lado dos que lutam em defesa da DESO contra sua privatização, junto com os movimentos sociais, o movimento sindical e todos aqueles que querem uma empresa pública forte. A DESO é uma empresa fundamental para Sergipe.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero parabenizar os rodoviários de Brasília, que iniciaram uma greve contra este projeto nocivo, que só quer levar mais lucro, mais dinheiro para os patrões, que quer ver os trabalhadores como escravos. (*Palmas nas galerias.*) Parabéns às categorias e às centrais sindicais que estão nas ruas, nestas galerias, na defesa dos direitos da classe trabalhadora!



Não a este projeto! Pela sua retirada de pauta! Pela defesa das conquistas históricas do povo brasileiro e da classe trabalhadora! (*Palmas.*)

Parabéns, rodoviários do Brasil inteiro, em especial de Brasília, que fecham neste momento a rodoviária da cidade!

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje é o Dia Mundial da Água. Comemorado pela primeira vez em 22 de março 1993, foi criado pela ONU, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida em 1992.

Na ocasião de sua criação a ONU também emitiu a Declaração Universal dos Direitos da Água, estabelecendo, entre outras coisas, que a *“água faz parte do patrimônio do planeta”* e que *“sua proteção constitui uma necessidade vital, assim como a obrigação moral do homem para com as gerações presentes e futuras”*.

Portanto, neste dia cabem algumas reflexões.

Primeira, como estamos cuidando desse patrimônio, como estamos cuidando dos nossos mananciais e como estamos promovendo ações de recuperação e revitalização dos nossos rios.

Depois, cabe pensarmos em como garantir a universalização dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto para toda a população.

Na contramão dessa preocupação desse propósito, o Brasil assiste hoje a uma nova retomada de privatizações, fruto de um pretense ajuste fiscal do Governo



golpista Temer, que vem acabando com todo o patrimônio público construído por décadas.

Voltando à era das privatizações do Governo FHC, está sendo também incluída na agenda neoliberal a venda das empresas de saneamento.

Em Sergipe, essa onda também atinge a nossa Companhia de Saneamento de Sergipe — DESO que, sob a mesma batuta e com o apoio do BNDES, está sendo posta à venda.

Todos sabem da experiência de privatizações do setor no Brasil. Algumas empresas vendidas a estatais estrangeiras redundam em aumento de tarifa, precarizam as condições de trabalho e impõem a queda na qualidade dos serviços, além, claro, de comprometer a universalização do atendimento, uma vez que a lógica que passa a prevalecer é a do lucro, em detrimento do aspecto social que deve nortear esses serviços.

Privatizar a DESO é impor um grave prejuízo aos sergipanos. Por isso, fazemos coro com os funcionários daquela empresa e com o Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgotos e Recursos Hídricos do Estado de Sergipe — SINDISAN contra essa privatização e pela integridade dos serviços e o respeito a todo o povo de Sergipe.

A DESO atua em 73 dos Municípios, inclusive Aracaju, e todos sabem que, sendo privatizada, quem a comprar só irá operar aqueles que operem com lucro.

Na defesa da DESO e também em comemoração ao Dia Mundial da Água foi feita uma concentração hoje pela manhã com os trabalhadores da empresa, com apoio da categoria dos professores e dos movimentos sociais, que fizeram uma caminhada até o prédio da Assembleia Legislativa de Sergipe, onde entregaram aos



Deputados um manifesto contra a privatização, construído pelo SINDSAN, com o apoio de 30 entidades.

Comemoremos o dia mundial da água abraçando também essa causa.

Durante o discurso do Sr. João Daniel, o Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu fiz um acordo e voltei para cumprilo.

A Deputada Creuza Pereira já falou? *(Pausa.)*

A Deputada Janete Capiberibe já falou? *(Pausa.)*

A ordem de Deputados é: Domingos Sávio, João Daniel, que já falou, Mauro Pereira, Leo de Brito, Adérmis Marini, Marcon, Rodrigo de Castro, Jorge Solla e Paulo Pimenta. Se mais alguém quiser falar, vou incluir os nomes na lista. Vamos cumprir o acordo. Todo mundo vai falar.

Deputado Domingos Sávio já falou? *(Pausa.)*

O SR. PAULO PIMENTA - Foi o último a falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O Deputado João Daniel já falou, o Deputado Mauro Pereira também.

Tem a palavra o Deputado Leo de Brito, por 1 minuto.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também quero registrar o Dia Mundial da Água. A água é um recurso de grande importância para a vida no nosso planeta.



Faço um alerta muito importante neste momento: depois da rejeição do Projeto de Lei Complementar nº 257, de 2016, um conjunto de imposições extremamente leoninas, o Governo pretende apresentar um novo projeto de renegociação das dívidas dos Estados, impondo restrições, aumento de contribuições previdenciárias e privatização de empresas públicas estaduais.

Faço este alerta porque as principais empresas que o Governo pretende que sejam privatizadas são exatamente as relacionadas à água. Não podemos fazer com que esse recurso, que é um bem social, seja transformado em mercadoria.

Fazemos este alerta e pedimos seu registro no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos divulgá-lo no programa *A Voz do Brasil*.

Eu gostaria de comunicar aos Parlamentares que todas as votações nominais têm efeito administrativo. Deixo isso claro para depois não reclamarem com o Presidente.

Tem a palavra o Deputado Adérmis Marini, por 1 minuto.

O SR. ADÉRMIS MARINI (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, estamos recebendo meus colegas da Câmara de Vereadores de Franca, Arroizinho, Donizete e Claudinei da Rocha, que vieram dar apoio a este projeto da terceirização.

Claudinei da Rocha representa as bancas de pesponto. Hoje a planta do setor calçadista de Franca depende bastante da terceirização. Ela já é uma realidade. Eles estão aqui não só para buscar recursos para a nossa cidade, mas também para apoiar este projeto.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Marcon.

O SR. MARCON (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu vejo este projeto, que faz aniversário de 20 anos logo ali na frente nesta Câmara, nós não podemos tirar da geladeira. Precisamos arquivar de uma vez por todas.

Outra questão, o que mais me dá nojo são os representantes dos empresários que estão aqui. Não falo dos empresários, mas dos representantes dos empresários, que são financiados para estar aqui e votar contra os trabalhadores neste projeto da terceirização.

Temos várias experiências negativas de que as empresas terceirizadas não terminam seu trabalho e vão cobrar depois daqueles que estão executando. Por isso eu vejo que tem que se retirar este projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo de Castro por 1 minuto.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero registrar aqui que teremos um encontro na cidade de Ouro Branco, nesta sexta-feira, coordenado pelo Prefeito Hélio, que faz um grande trabalho naquela cidade.

O Prefeito Hélio Campos realmente já tem uma grande experiência administrativa, como grande Prefeito que foi de Ouro Branco, em outro tempo, passou por vários cargos importantes no Governo do Estado de Minas Gerais e, agora, mesmo tendo uma grande dificuldade neste início de caminhada, pois sabemos que o dinheiro está curto para todas as cidades, com muito dinamismo e muito trabalho, ele realmente conseguiu montar uma equipe boa para cidade.



Nós estivemos juntos na semana passada no Ministério da Saúde, para buscar recursos para a saúde de Ouro Branco.

Ouro Branco pode contar com o meu trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla.

O SR. JORGE SOLLA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o momento que o País está vivendo com este Governo golpista é um negócio escandaloso. Ou se acaba com esse golpe, ou esse golpe acaba com o Brasil, porque estão destruindo a economia e desempregando milhões de brasileiros. E quais são as respostas que eles nos dão e querem que acreditemos? Que tal solução vai resolver o problema da destruição da economia por eles causada.

Querem acabar com os direitos dos trabalhadores e criar um exército de reserva para além dos desempregados. O sonho deles é ser como os Estados Unidos, que podem pegar o trabalhador que passa fome e pagar uma hora de trabalho e dispensar sem nenhum problema. Esse é o sonho de consumo deles.

Querem rasgar a CLT, feita na época de Getúlio; rasgar os direitos trabalhistas; acabar a previdência. É isso que esse Governo golpista quer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Pimenta por 1 minuto.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Aproveito que chegou à Mesa o Presidente Rodrigo Maia: vamos retirar esse projeto da pauta, Presidente! Esse projeto vai provocar o caos no País. Já não basta a



reforma da previdência? Brasília está parada. Os rodoviários pararam. A rodoviária está parada. Os acessos à rodoviária estão parados. O Brasil inteiro vai parar! Este Governo golpista sem legitimidade não pode achar que vai destruir a previdência e os direitos trabalhistas e regulamentar a terceirização dessa forma sem reação. Retire esse projeto da pauta, Presidente! V.Exa. está levando este País ao caos. Faça esse apelo a V.Exa.

O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, eu estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Depois do Deputado Luiz Couto. Eu me esqueci de inscrever V.Exa.

Com a palavra o Deputado Luiz Couto. Depois, falarão os Deputados Pompeo de Mattos e Alan Rick.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este PL 4.302 esteve ano passado na Comissão de Justiça, e nós obstruímos e não votamos, porque ele é um prejuízo para as relações de trabalho. Isso vai impedir que o terceirizado possa se aposentar. É uma maldade, é uma crueldade que estão fazendo com o trabalhador, com a trabalhadora. Por isso, nós não podemos votar este projeto. Ele tem que ser retirado de pauta. Temos que esperar que o projeto que está no Senado seja votado, resultado de uma ampla discussão aqui. A votação não pode acontecer.



Nesse sentido, votaremos contra esse projeto. Não o votamos na Comissão de Justiça e, se lá estive agora, se a Comissão estivesse funcionando, nós iríamos votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero falar sobre a Operação Carne Fraca, essa ação contra a carne podre no Brasil. Os responsáveis têm que ser punidos exemplarmente. E, se isso é verdade, não é menos verdade, Sr. Presidente, que não dá para se generalizar, como estão fazendo, causando um prejuízo enorme para o setor da carne, para o País, para as exportações, gerando demissões. Agora mesmo, dezenas, centenas de pessoas estão sendo demitidas.

É preciso dar nome aos bois, sim, mas separar o joio do trigo, ver quem é quem. Nós já vimos ativismo sindical, já vimos ativismo político. Agora, estamos assistindo ao ativismo judicial e ao ativismo policial. Não é esse o jeito. Se existe alguém com problema, que seja punido. Mas não façam alarmes para constranger todo o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Décio Lima.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este projeto da terceirização que hoje está na pauta desta Casa é um ataque frontal às conquistas dos trabalhadores; conquistas que levaram décadas; conquistas que têm um marco regulatório na Consolidação das Leis do Trabalho;



conquistas que permitiram aos trabalhadores do campo e da cidade se organizarem em seus movimentos, nas suas entidades e nas suas centrais.

O mundo todo discute o contrário, discute a melhoria da distribuição da renda, o enriquecimento de valores da classe trabalhadora, e não o que nós estamos fazendo aqui, um verdadeiro retrocesso. Levar o País a uma agenda de subdesenvolvimento é o que representa a terceirização.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, manifesto aqui meu voto contrário à terceirização e à precarização do trabalho. Repudio que em pleno século XXI, época em que a lógica seria pelo avanço do Estado Democrático de Direito, tenhamos que conviver com tamanhos retrocessos apresentados pelo Governo Michel Temer, do PMDB e PSDB.

Muitos de nós achávamos que a democracia já estava consolidada, que as garantias de proteção social e dos trabalhadores estavam firmadas, no entanto, em 1 ano retrocedemos 50 anos. Como bem disse nossa Presidente legítima Dilma Rousseff, todo dia é dia de lutar pela democracia.

Sou contrário ao desmonte da aposentadoria, contrário à reforma trabalhista e voto “não” à terceirização.

Eu rogo a V.Exa., portanto, que dê divulgação a este pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo Michel, ilegítimo, inseguro e subalterno, tem o perfil adequado para as intenções do conglomerado de forças que impetrou a quebra da normalidade democrática em nosso País.

De fato, os grupos de justiceiros acometidos de surto messiânico, de corruptos em busca de valhacouto, de membros de partidos obcecados pelo poder a qualquer custo e ainda de determinada elite equivocada e de mente colonizada que se mancomunaram para impetrar verdadeiros crimes de lesa-pátria se comprazem a cada episódio tragicômico apresentado pelo Governo Federal.

A última patacoada, a Operação Carne Fraca, em evidência em todos os meios de comunicação, até no exterior — e na vergonha nacional —, vai muito além de mais uma midiática operação da Política Federal, ultrapassa a questão dos prejuízos bilionários na dimensão econômica, transcende a agressão quase irreparável à imagem do País e serve como uma luva aos interesses do acima mencionado conglomerado de forças espúrias.

Ao mesmo tempo em que, nas rodas de conversa, nas entrevistas, nas reportagens, nos artigos e em outras manifestações, a mídia fala do absurdo e canhestro churrasco de carne importada do caricato Presidente Michel Temer, oferecido a convivas para “resgatar” a credibilidade da nossa pecuária, na Câmara corre com celeridade e sem pudor mais uma tentativa de ataque aos direitos do trabalhador. Trata-se da terceirização ampla geral e irrestrita, ataque frontal à CLT já tentado no passado, mediante o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, no Governo FHC, com o apoio do PMDB e do PSDB.



A coisa toda, em outro período obscuro da nossa história, inspirou o genial Chico Buarque, que na canção *Vai Passar* alertava: “*Dormia a nossa pátria-mãe tão distraída, sem perceber que era subtraída em tenebrosas transações*”.

Para que o “vai passar” se concretize, para que o vilipêndio à Nação seja barrado, não podemos nos distrair ou ser ingênuos. A operação de desmonte do Estado Democrático de Direito, os ataques ao patrimônio nacional e aos mais diferentes interesses do trabalhador foram muito bem arquitetados e vêm sendo implementados com rapidez, para serem consumados antes que o País acorde, e com eficácia, amarrados em emendas à Constituição, de modo a não serem facilmente desfeitos, quando o País voltar à normalidade democrática.

São muitas as frentes de luta. Assim, por exemplo, enquanto estamos engajados na defesa das aposentadorias, eles agem nas Comissões do Congresso, procurando evitar o Plenário, para remendar a legislação trabalhista; enquanto os setores progressistas buscam motivar o povo para as manifestações, eles vão tentar evitar eleições diretas.

Não tenham dúvida de que, sistematicamente derrotados nas urnas, os partidos que se associaram à quebra da normalidade democrática, em especial o PMDB e o PSDB, não terão pejo em modificar a legislação eleitoral para adequá-la à sua feição e aos seus interesses.

As ações do conglomerado ilegítimo que governa direta e indiretamente o País são praticadas com base na lógica que Max Weber designava como *Zweckrationalität*, ou racionalidade das consequências, ou ainda razão objetiva, típica do mercado, onde quem pode tem, e quem não pode fica sem. E por isso são tão ardilosas. Referem-se, portanto, a uma crença — quase uma religião — de que o



mercado e sua lógica são a melhor forma de perceber e de agir no mundo. Sequer percebem que se trata de postura absolutamente responsável pela crua realidade mundial na qual 1% da população detém 50% da riqueza produzida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (PRB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a terceirização é uma realidade mundial e brasileira e atende a 15 milhões de trabalhadores no País. Isso é fato. O setor produtivo, o setor industrial e o setor comercial querem a regulamentação da terceirização.

No entanto, o texto do PL 4.302 não é o texto que esta Casa aprovou em 2015. O que aconteceu? O texto aprovado aqui foi para o Senado, os Senadores sentaram em cima, votaram o que eles quiseram e jogaram a batata quente para a Câmara. Deixo aqui o meu repúdio a isso, Sr. Presidente.

Sobre este texto, é de suma importância debatê-lo melhor e, se possível, recuperar o texto do Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, que está no Senado. Podem votá-lo lá, em regime de urgência, e mandá-lo para cá.

Quero também registrar a nossa participação no seminário do Dia Mundial da Água no Ministério do Meio Ambiente e a nossa parceria com o Governo de Israel na vinda do Dr. Oded Distel, Diretor do Programa Nacional de Água e Energia Renovável de Israel.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, além de também fazer um apelo para que este projeto seja retirado da



pauta, quero chamar a atenção para um tema de que pouco se falou aqui, o vínculo do projeto de terceirização com a proposta de reforma previdenciária. Sobre isso quero dizer o seguinte: terceirizado não vai se aposentar.

Quem está contratado de forma permanente hoje já vai ter que comprovar 49 anos de trabalho para se aposentar. Mas normalmente não se tem 49 anos seguidos de carteira assinada. A pessoa pode ficar desempregada por 3 meses, por 6 meses. Então, o trabalhador terá que ter 60 anos, ao menos, de atividade, para chegar aos 49 anos de contribuição.

Mas para o terceirizado é pior. O terceirizado vai ser contratado por 3 meses e ficar 9 meses desempregado. Aí é contratado por 4 meses e fica outro tempo desempregado. Então, o terceirizado não vai se aposentar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Robinson Almeida.

O SR. ROBINSON ALMEIDA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria aqui me congratular com os trabalhadores do Município de Paripiranga, que, no dia de ontem, praticamente paralisaram todas as atividades na cidade em protesto contra a reforma da previdência, a reforma trabalhista e este projeto de terceirização que tramita nesta Casa.

Os agricultores, os professores, os servidores públicos, as mulheres, os estudantes fizeram uma bela audiência pública, em que ficou revelada a inconformidade da população com essas medidas nocivas que atacam os direitos do povo.



Quero parabenizar em especial o Vereador Wilson, do PT, pela audiência pública, o Prefeito Justino, o Vice-Prefeito Marcelo e todo o povo de Paripiranga, no Sertão da Bahia.

Nos quatro cantos do Brasil, as manifestações são expressivas, e esta Casa tem que ouvir a vontade do povo. O povo não quer a reforma da previdência, não quer a reforma trabalhista e não quer a terceirização, que ataca os seus direitos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Laercio Oliveira.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o sempre Líder José Guimarães fez uma intervenção aqui e disse que nós poderíamos discutir um pouco mais e retirar de pauta este projeto. Nós ficamos 18 anos discutindo este projeto. Então, respeitosamente, eu quero dizer ao Líder que esta é hora de nós o votarmos.

Uma população de mais de 20 milhões de brasileiros desempregados está esperando a aprovação deste projeto hoje para que renasça nela a esperança do emprego. Quando a terceirização virar lei, vai ser bom para esses desempregados e também para os terceirizados. Por quê? Porque até hoje eles não têm uma lei que regule sua atividade. Ninguém perguntou a um terceirizado se ele gostaria que houvesse uma lei que regesse o seu tipo de serviço.

É por isso que nós vamos votar o projeto e aprová-lo hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Alfredo Kaefer.



O SR. ALFREDO KAEFER (Bloco/PSL-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a história circunstancialmente está escrevendo certo por linhas tortas.

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, que foi ao Senado Federal. O Senador Paulo Paim, do PT, quis fazer o serviço a favor da classe dele e se sentou em cima do projeto. Graças a essa circunstância, nós recuperamos aqui um projeto de 1998 ou 1999, terminativo, e vamos colocar a terceirização para funcionar.

Na verdade, trata-se de uma regulamentação do setor. Não existe nenhuma atividade econômica que funcione sem a terceirização, de forma direta ou indireta. E nós teremos a chance, a oportunidade, agora sim, de possibilitar a existência de terceirizados em todas as áreas devidamente...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós sabemos que, em 2012, houve antecipação na renovação das concessões para algumas empresas de transmissão de energia elétrica. Elas alegam prejuízo de 62,2 bilhões de reais.

O Ministério de Minas e Energia, com base na Portaria nº 120, de 2016, autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, resolveu repassar essa dívida, em tese, reivindicada pelas empresas, para o bolso, em prejuízo dos cidadãos brasileiros.



Somente este ano, seriam 11 bilhões de reais, ou mais ou menos 7,5% de aumento real nas tarifas de energia elétrica. É um abuso do Ministério! Por isso, dei entrada a um PDC para barrar essa decisão. Espero contar com a solidariedade dos Deputados e Deputadas brasileiros.

Isso não é admissível, pois com o valor apenas deste ano daria para construir 25 mil quilômetros...

(Desligamento automático do microfone.)

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último mês, a Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL autorizou aumento nas contas de luz que, se aplicado de uma vez só, representaria 45% de acréscimo.

Por meio da Portaria nº 120, de 2016, o Ministério de Minas e Energia que joga para as contas dos consumidores a responsabilidade de indenizar 9 empresas transmissoras de energia elétrica que renovaram suas concessões antecipadamente em 2012. Para que o montante reivindicado pelas empresas, que totaliza 62,2 bilhões reais, não seja pago pelos consumidores, eu protocolei no último dia 16 um projeto de decreto legislativo que susta essa portaria.

Esse montante será cobrado do bolso do povo brasileiro através das contas de energia elétrica nos próximos 8 anos, com aumentos parcelados até 2024. Em 2017, poderão ser cobrados cerca de 11 bilhões de reais, o que significaria aumento médio de 7,17% nas tarifas. Com esse valor, seria possível construir cerca de 25 mil quilômetros de linhas de transmissão totalmente novas, com base no leilão



realizado em julho de 2015 pela ANEEL de 2.550 quilômetros de linhas para escoar a energia de Belo Monte ao centro do País, a um custo total de 7 bilhões de reais.

Protocoliei esse PDC porque essa portaria viola os direitos dos consumidores, por ser entendida como prática abusiva. Entendemos estar evidenciado que o Ministério de Minas e Energia exorbitou seu poder regulamentar ao autorizar que os valores de determinados ativos *“passem a compor a Base de Remuneração Regulatória”* e que o custo de capital seja *“adicionado às Receitas Anuais Permitidas”*, repassando para os consumidores mais esse encargo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PR-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR entra em obstrução.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 40;

NÃO: 213;

ABSTENÇÃO: 4;

TOTAL: 257

FOI REJEITADO O REQUERIMENTO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Estão prejudicados os requerimentos de adiamento de discussão.



A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só um minutinho.

Estão indeferidos dois requerimentos de discussão da proposição, um por grupos de artigos, e o outro, artigo por artigo.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à discussão.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base no art. 114.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem V.Exa. a palavra

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o art. 114, efetivamente, ao tratar de despachos sujeitos apenas à apreciação do Presidente, indica que é prerrogativa exclusiva de V.Exa. deferir ou não deferir determinadas matérias.

Reconhecendo, Presidente, sua prerrogativa de deferir ou não, eu queria destacar, na questão de ordem que faço, o parágrafo único, que diz:

Parágrafo único. Em caso de indeferimento e a pedido do Autor — e eu sou a autora de um dos requerimentos —, o Plenário será consultado, sem discussão nem encaminhamento de votação, que será feita pelo processo simbólico.

Então eu lhe pediria a possibilidade de V.Exa. fazer essa consulta, ainda que pelo processo simbólico, de acordo com o parágrafo único do art. 114.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu consulto o Plenário sobre se gostaria de votar os requerimentos que foram apresentados pelo Partido dos Trabalhadores e foram indeferidos. *(Pausa.)*

Rejeitados.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado André Figueiredo, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui falar em nome do PDT, mas também em nome de todos aqueles que verdadeiramente não querem o fim dos direitos dos trabalhadores no Brasil.

Sabemos muito bem a tentativa do atual Governo de rasgar por completo a CLT, de acabar com o direito dos aposentados e pensionistas do Brasil, sem critérios. Lucros de bancos? Não, esses são imexíveis. Mas direitos de quem já não tem, aí sim, pode-se tirar à vontade. Para mim isso está muito claro.

Eu quero responder ao meu querido amigo e irmão Relator desta matéria, o Deputado Laercio Oliveira, que, por diversas vezes, veio ao microfone dizer que desafiava algum Parlamentar a mostrar onde o trabalhador estava sendo prejudicado.

Pois bem, vamos lá! Este projeto foi votado na Câmara no ano 2000 e voltou do Senado em 2002, muito pior do que era. No texto aprovado na Câmara, a responsabilidade era solidária. O Senado mudou para responsabilidade subsidiária, tanto no contrato temporário quanto no contrato de terceirização.

O que é responsabilidade subsidiária? Vou explicar para o telespectador que talvez não entenda essa denominação.

Se a empresa contratante não assumir solidariamente a responsabilidade pelo trabalhador, e a empresa contratada, que, diga-se de passagem, pode ter um capital social de 100 mil até 250 mil reais, vier a quebrar, o trabalhador que vá atrás de seus direitos. E a possibilidade neste projeto não é apenas de terceirização; é de



“quarteirização” e de uma sucessão infundável de empresas: uma terceirizada pode contratar outra, que pode contratar outra, que pode contratar outra. O trabalhador lá na ponta que está prestando serviços a uma empresa não sabe a quem recorrer, se aquela empresa que efetivamente o contratou vier a quebrar. Isso é responsabilidade subsidiária. Isso é “quarteirização”.

O contrato temporário de serviços hoje é permitido por até 3 meses. Estamos estendendo esse prazo para 6 meses, prorrogáveis por mais 3 meses. E, se a convenção coletiva de trabalho assim o permitir, pode se dar por prazo indeterminado. Isso é o fim do contrato permanente de trabalho!

Terceirização de atividade-fim. Minha gente, nós estamos acabando com a carteira de trabalho no Brasil! Nós vamos possibilitar a pejetização, que é a prática de se demitir um trabalhador e depois contratá-lo como empresa, como microempreendedor individual, sem pagar a ele direitos como 13º salário, FGTS, nada. É isso que nós queremos?

Este projeto que foi aprovado em 2015 na Câmara dos Deputados era ruim, mas, pelo menos, impunha um espaço de tempo para que a empresa que demitiu pudesse recontratar. Agora, não, a pejetização é indiscriminada.

E há mais: é permitido contratar trabalhadores de forma temporária no caso de greve, se assim uma lei estabelecer. Ora, do jeito como estamos aqui, vai ser muito fácil aprovarmos um projeto de lei para permitir o que antes era vedado expressamente. Agora abrimos um espaço também para a lei determinar em que condições, no caso de greve, se pode contratar trabalhador para substituir aquele que estiver exercendo o direito sagrado de greve que tem o trabalhador brasileiro.



E não para por aí. Poderemos também ter trabalho temporário na zona rural. Vamos ter anistia de penalidades. Enfim, são inúmeras as razões que nós do PDT, nós que defendemos os direitos dos trabalhadores e dos aposentados, temos para vir aqui denunciar mais esta grande manobra.

Depois dessa terceirização indiscriminada, do contrato temporário sem critérios, certamente vamos votar aqui a reforma trabalhista. Enquanto isso, a reforma previdenciária segue a passos largos, para também acabar com direitos dos aposentados no Brasil.

Quero fazer um apelo aqui, não à bancada de defesa dos direitos dos trabalhadores — esta está mobilizada —, mas à bancada que defende o setor patronal consciente, a economia produtiva: vamos brigar contra os bancos! Vamos brigar contra quem já suga a economia produtiva com juros extorsivos, e não tirar direitos de quem já tem pouco e de quem verdadeiramente constrói a riqueza do Brasil.

Por isso, o PDT está junto contra a terceirização!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Prorrogo o prazo de apresentação de emendas na Comissão da Reforma Trabalhista até às 18h30min.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Muito obrigada a V.Exa.

O SR. FLAVIANO MELO (PMDB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Flaviano Melo votou com seu partido, o PMDB, na votação anterior.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Alice Portugal, para uma Comunicação de Liderança, pelo PCdoB.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, em primeiro lugar, eu quero agradecer às representações partidárias a presença no ato que comemorou os 95 anos do PCdoB.

No evento, a Deputada Luciana Santos, nossa Presidenta nacional, fez um pronunciamento sobre a linha de ação do nosso partido, que tem com muita clareza a busca pela retomada da democracia no Brasil, pela garantia dos direitos que estão sendo neste momento agredidos através das reformas ultraliberais do Governo usurpador do Sr. Michel Temer e, acima de tudo, pelo reconhecimento e valorização do voto popular, por meio de diretas já.

Quero agradecer ao Presidente da Casa e aos demais Líderes partidários a presença nesse momento tão importante para o nosso partido, o mais antigo em exercício no Brasil.

Sobre o projeto em tela, Sr. Presidente, estivemos trabalhando até agora com o Deputado Daniel Almeida e com o Deputado Assis sobre este projeto.

Vamos às considerações preliminares.

O Senado da República não analisou o projeto e joga para a Câmara dos Deputados o trabalho sujo. A que trabalho sujo eu me refiro? Refiro-me a um projeto com 18 anos na Casa, um projeto anacrônico.

Quando foi utilizado o termo “terceirização”, medida de precarização da mão de obra na Europa, no auge do neoliberalismo, só prejuízos levou aos trabalhadores e à economia dos países europeus.



Eu quero dizer que o PL 4.330, a que somos contrários e a que votamos contra, era um projeto menos nocivo, menos cruel do que este que desengavetaram de última hora para impedir a mobilização dos trabalhadores brasileiros neste momento.

Em primeiro lugar, este projeto garante terceirização para a atividade-fim e é omissivo em relação ao setor público, possibilitando que também seja ampliada a terceirização que já existe no setor público para atingir a atividade-fim das carreiras públicas.

Em segundo lugar, este projeto troca o conceito de trabalho temporário, que hoje é compreendido para a exigência do acréscimo extraordinário de serviço, pelo conceito de demanda complementar de serviços, ou seja, usa um sofisma. É um sofisma! Com uma terminologia abrangente abre-se a possibilidade para tudo virar trabalho, lamentavelmente, precário, considerado extraordinário, temporário.

Por último, Sr. Presidente, no minuto que me resta, quero dizer que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico — OCDE, em seu relatório de 2015, alertou para o fato de que, entre 1995 e 2013, mais da metade de todos os empregos criados nos países-membros da Organização eram temporários, em regime parcial. Ainda se constatou que os trabalhadores pouco qualificados com trabalho temporário, em particular, têm rendimentos muito mais baixos e mais instáveis do que os trabalhadores permanentes.

É isso que querem votar aqui. A vocês que nos veem pela *TV Câmara*, a você, povo brasileiro, trabalhador brasileiro que nos acompanha nas redes sociais quero dizer que é isso que o Governo quer aprovar na noite de hoje. Ele quer virar a noite para aprovar a redução do emprego permanente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Peço que encerre, Deputada.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Finalizo, Sr. Presidente, pedindo que não votemos esta matéria hoje e que exijamos do Senado que ele aprecie o que está em pauta, para que nós possamos discutir melhor e não prejudicar a vida dos nossos trabalhadores.

Muito obrigada.



O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Francischini votou com o partido na última votação.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Leonardo Quintão votou com o PMDB nas duas últimas votações.

O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, eu queria fazer uso da palavra, em nome da Liderança do PSOL.

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Liderança do PSOL está com a palavra.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar a presença do companheiro Vagner Freitas, Presidente da CUT, que veio aqui efetivamente trabalhar pelos menos favorecidos e ajudar o trabalhador brasileiro.

Enquanto a base de Michel Temer definitivamente quer tirar direito de trabalhador, ainda bem que temos aqui o companheiro Vagner Freitas, conversando com todos nós para garantir os direitos dos trabalhadores.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL, tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos os que acompanham a sessão aqui das galerias e todos os que acompanham a sessão de casa, a votação desta matéria é mais um item de uma estratégia que quer retirar direitos da forma mais rápida possível.

Porém o Governo Federal, o governo ilegítimo de Temer, já viu que a reforma da previdência não será aprovada. Ontem eles deram a primeira marcha a ré, pela pressão, pela mobilização dos trabalhadores em todo o Brasil, no dia 15 de março. Sabendo o Governo que não tinha maioria para aprovar esta matéria no plenário da Câmara dos Deputados, recuou. E vai recuar mais, porque não tem legitimidade para colocar em votação esse tipo de matéria.

O Governo quer terceirizar toda e qualquer atividade do mundo do trabalho e privilegiar a pejetização. E não é nem terceirização, mas “quarteirização”. É isso que esta proposta permite.

Nós não podemos aceitar isso como fato consumado. Os Deputados que estão me ouvindo neste momento sabem o desgaste por que passaram nos seus Municípios, quando votaram o projeto de terceirização no período de Eduardo Cunha. A pressão agora vai ser maior, porque os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiras já estão mobilizados em relação à reforma da previdência e, logicamente, vão exercer a pressão legítima sobre os seus representantes nos Municípios brasileiros.



Aqui estamos vendo que o quórum está demorando a ser alcançado, demonstrando claramente que mesmo os Parlamentares da base do Governo estão constrangidos. Isso ficou claro na reunião do Colégio de Líderes. Não há por que esta matéria ser votada no dia de hoje.

Por isso, a bancada do PSOL está em obstrução. Vamos manter a obstrução até que a matéria seja retirada da pauta. Nós não aceitamos a retirada de direitos históricos dos trabalhadores. E o que este projeto faz, de maneira danosa, é exatamente isso. Não se trata de regularizar direito de quem já é terceirizado. Trata-se de terceirizar toda e qualquer atividade do mundo do trabalho.

Nós votamos “não”.



O SR. PAULÃO (PT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Paulão votou com o partido na última votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Discussão da matéria.

Para falar contra, tem a palavra o Deputado Marcon. *(Pausa.)*

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Evair votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla. *(Pausa.)*

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, gostaria de saber como será a pauta da sessão do plenário, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Amanhã haverá sessão até as 14 horas.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - A sessão será às 14 horas?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Haverá sessão extraordinária pela manhã, com painel. Haverá eleição das Comissões.

Depois, a sessão ordinária, às 14 horas, é o que vale para a presença.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - O.k. Obrigado.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Como é, Sr. Presidente? Amanhã haverá votação à tarde?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não. Para garantir o quórum para a eleição das Comissões, eu coloco a presença como registro administrativo de 14 horas. Com isso, garantimos que todas as Comissões estarão instaladas amanhã.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - É preciso isso, Sr. Presidente?



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É preciso, porque nós nos atrasamos na construção das Comissões, e, se perdermos mais 1 semana, eu acho que não fica bom para a Casa. Então, garantiremos quórum até 14 horas e, com isso, todas as Comissões estarão instaladas amanhã.

O SR. SILVIO COSTA - O.k.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - Srs. Deputados, aqueles que viajarão amanhã, só viajem à noite, porque à tarde haverá sessão com efeito administrativo.

É isso?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Até 14 horas. A presença das 14 horas resolve.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla.

O SR. JORGE Solla (PT-BA. Sem revisão do orador.) - É importante entendermos o que está em jogo com esta votação. Essa turma do golpe, que derrubou uma Presidente honesta para botar um Governo corrupto, preparou a destruição da base econômica deste País.

Eles destruíram a economia deste País, arrasaram a economia deste País, desempregaram milhões de trabalhadores e agora estão trabalhando para pagar a conta do golpe, para pagar quem financiou o golpe.

E têm que pagar três contas. A primeira eles já entregaram: aprovaram a emenda constitucional que vai congelar o financiamento das políticas sociais por 20 anos, para garantir o pagamento dos banqueiros, para garantir mais lucros para a FEBRABAN — Federação Brasileira de Bancos, para garantir o pagamento dos rentistas.



A segunda conta que quem financiou o golpe está cobrando dos golpistas, e eles estão suando para pagar, é destruir a previdência pública para aumentar o mercado da previdência privada, para dar mais lucro às seguradoras, para dar mais lucro aos setores que atuam nessa área. Essa conta vocês não vão conseguir pagar. Não vão entregar o que prometeram, porque o povo brasileiro já disse que não vai permitir isso.

A terceira conta que eles têm que pagar é destruir os direitos trabalhistas, arrasar a garantia que os trabalhadores brasileiros têm de não serem demitidos de qualquer jeito, de qualquer forma, sem receber compensações. Querem acabar com a CLT — Consolidação das Leis do Trabalho, querem acabar com os direitos dos trabalhadores. Para quê? E ainda vêm para cá mentir. Vejam que absurdo: estão dizendo que querem acabar com os direitos dos trabalhadores para aumentar os postos de trabalho, como se a destruição dos direitos dos trabalhadores fosse aumentar o número de postos de trabalho. Isso é mentira! Eles querem é fazer com que a mão de obra do trabalhador seja mais barata ainda neste País, para garantir mais lucro aos empresários.

Eu vou fazer um desafio aqui. Está cheio de representantes dos empresários neste plenário. São muito poucos os representantes dos trabalhadores aqui. Eu desafio os representantes dos empresários, inclusive quem é dono de empresa de terceirização aqui, a daqui 1 ano aumentarem os postos de trabalho. Vocês não vão fazer isso, não. Vocês vão é terceirizar a contratação terceirizada, para ganharem mais em cima dos trabalhadores. Vocês vão é quarteirizar a contratação de trabalhadores de limpeza, para garantir mais lucros.



Vocês não estão aqui representando os trabalhadores, não. Vocês estão representando os empresários que deram o golpe e querem acabar o direito dos trabalhadores.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer uma sugestão a V.Exa.

Como a eleição das Comissões será às 9h30min, 10h, V.Exa. poderia autorizar a abertura do painel ao meio-dia, o que resolveria todos os problemas e não prejudicaria nenhum Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, eu vou autorizar a abertura às 12 horas e 30 minutos, porque parte das Comissões terá sessão às 11h30min.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Está bem. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira, para falar a favor da matéria.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é importante analisar bem esse projeto.

Primeiro, já existe um projeto de terceirização no Senado, que está aguardando a votação dos Senadores. E esse projeto poderia muito bem ser emendado no Senado, se os Senadores votassem o projeto de terceirização já aprovada na Câmara.

Segundo, é importante resguardar direitos, desde que haja trabalho. Com 3 milhões de desempregados, quem vai resguardar os direitos dos desempregados e dos trabalhadores terceirizados no interior?



Portanto, é de suma importância que seja acelerada, com esse projeto, a criação de novos empregos, para que o trabalhador tenha emprego para ter a garantia de seus direitos.

Sr. Presidente, não adianta nada ter direitos, mas não ter emprego. Que direito é que se vai garantir? Por isso é que nós somos favoráveis ao projeto da terceirização.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar contra o projeto, concedo a palavra ao Deputado Wadih Damous.

O SR. WADIH DAMOUS (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esse projeto de lei, que estabelece a terceirização da relação de emprego ampla, geral e irrestrita, é parte da estratégia que alguns autores chamam de capitalismo do desastre.

Primeiro, dá-se um golpe, atenta-se contra as instituições do Estado Democrático de Direito. Depois, se implementa um programa de desmanche de direitos neoliberal. É disso que trata este projeto.

Aprovar este projeto hoje vai significar um crime contra a classe trabalhadora brasileira. O emprego, como nós o conhecemos hoje, deixa de existir; o empregado não vai mais saber quem é o seu empregador.

Nós já sabemos, com a experiência — ainda que limitada — da terceirização ao longo dos anos, que os trabalhadores terceirizados ganham menos do que os trabalhadores contratados. Normalmente, segundo cálculos do DIEESE — Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, ganham pelo menos 24% menos em relação ao trabalhador contratado.



Normalmente, os trabalhadores temporários são as maiores vítimas de acidente do trabalho no Brasil, basta pegar os dados da PETROBRAS. Ao longo de 20 anos, 30 anos, 80% dos trabalhadores acidentados que prestam serviços à PETROBRAS são trabalhadores terceirizados.

E mais: este projeto contém imoralidades, estabelece anistia a empresas acusadas da prática de trabalho escravo por conta da terceirização da atividade-fim. Porque até a atividade-fim, neste projeto maldito, poderá ser terceirizada.

Então, Sr. Presidente, faça um favor ao Brasil, faça um favor à classe trabalhadora: retire este projeto, vamos debater melhor esse assunto. Este projeto, juntamente com outros projetos em curso nesta Casa, como o de reforma trabalhista, vai trazer miséria, vai trazer tensão social, vai trazer convulsão, vai levar à miséria e à barbárie milhões de trabalhadores brasileiros!

Não cometamos esse crime contra a classe trabalhadora brasileira, Sr. Presidente. É isso que querem os trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Manato, para falar a favor da matéria.

O SR. CARLOS MANATO (SD-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta matéria está aqui desde 1998, mas em 2003 o Presidente Lula a retirou. Ela tem sido debatida nos últimos anos com todos os segmentos — empresários e trabalhadores.

Num País em que há 12 milhões de desempregados, não podemos abrir mão de ter regras mais flexíveis e de ter a terceirização. Nos países de primeiro mundo, Sr. Presidente, não se usa os termos “primário”, “terciário”, “atividade-meio”,



“atividade-fim”. Estamos numa fase de modernização. A Federação apoia, os trabalhadores apoiam, e há muita gente apoiando este projeto.

Então, nós somos favoráveis à matéria e achamos que ela deve ser aprovada hoje, Sr. Presidente. Estamos juntos e, com certeza, vamos aprová-la.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Leo de Brito, para falar contra a matéria.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esses dias eu estava conversando com alguns Deputados que fazem parte da base governista e estava difícil de eles compreenderem. Nós votamos aqui, naquele momento, o PL 4.330, que tratava das terceirizações. Por que um projeto desse, de 1998, vem novamente à pauta? Com todas as modificações que nós fizemos naquele momento aqui no plenário, o projeto saiu razoavelmente bom.

Agora, o que os Deputados da base governista têm que entender, os que estão querendo votar agora o Projeto de Lei nº 4.302, é que este é muito pior do que aquele que foi aprovado aqui e que agora está em apreciação no Senado.

Nós estamos falando em terceirização de atividade-meio e atividade-fim. Estamos falando que até motorista de ônibus, piloto de avião, professor, médico, cirurgião que vai fazer cirurgias nos filhos de vocês, nas pessoas que estão doentes, em vocês que estão aqui, poderão ser terceirizados. Nós estamos falando de uma lacuna que há neste projeto que permite inclusive que haja terceirização indiscriminada e irrestrita no serviço público, o que vai fazer com que sejam feitos menos concursos públicos.



Vai haver uma terceirização geral. Esse projeto não tem nenhum freio nem mesmo em relação ao serviço público. Nós estamos falando nesse projeto da ampliação do contrato de trabalho temporário por até 9 meses, o que vai ser a regra agora, precarizando também os direitos ao se contratarem trabalhadores temporários e não trabalhadores por tempo indeterminado.

Nós estamos falando de quarteirização. Uma empresa contrata outra empresa terceirizada, que contrata outra, que pode contratar outra, que pode contratar outra, indefinidamente.

Então, são muitas coisas, a “pejotização”, a dificuldade que os trabalhadores vão ter de se sindicalizar.

E é um ataque aos direitos sim, Sr. Relator, porque nós estamos falando de precarização de direitos em relação aos acidentes de trabalho, que são maiores nas empresas terceirizadas, das mortes por acidente de trabalho, da remuneração inferior, do nível de rotatividade. Todas essas são perdas da classe trabalhadora.

O Governo Temer hoje já é conhecido como um governo inimigo do trabalhador. Espero que os Srs. Deputados também não sejam reconhecidos do mesmo jeito.

O SR. PADRE JOÃO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, eu, Deputado Padre João, votei com o partido, “sim” à retirada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É só votar na próxima votação, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris.



O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos agora num momento definitivo que sugere uma modificação na legislação trabalhista capaz de recuperar a autoestima do povo brasileiro, principalmente no que diz respeito ao emprego, e de estimular quem produz a estar presente para poder enfrentar uma legislação que não seja opressora como esta que nós temos hoje.

O mundo mudou. O Brasil também precisa mudar. Da mesma forma, precisa acompanhar a nova realidade. É isso que não está acontecendo com aqueles que, até o presente momento, nesses últimos 13 anos, dominaram este País e não se preocuparam com esses quase 13 milhões de terceirizados, que estão aí sem regulamentação de suas atividades. E pior, vêm aqui pedindo tempo para estudar, vêm aqui pedindo tempo para avaliar uma coisa que eles sabem que existe há muitos anos e com a qual não se preocuparam, vêm agora dar sua presença para resolver esse problema dos trabalhadores terceirizados.

É imprescindível também modernizar essa legislação para que nós possamos iniciar um processo de recuperação dos empregos. Aliás, esse processo já se iniciou; de maneira acanhada ainda, mas já se iniciou, com uma mudança do rumo da economia que seja capaz de garantir o seu crescimento com mais empregos. Essa legislação vai ajudar nessa direção.

Regulamentar a terceirização é colocar o País em pé de igualdade com o cenário internacional. O Brasil é um dos poucos países que está atrasado, é arcaico; na verdade, precisamos, sim, modernizar essa legislação — é preciso evoluir nas relações de trabalho.



Por isso, Sr. Presidente, esta lei que vamos votar daqui a pouco, com certeza, haverá de contribuir, e muito, com aquilo que não fizeram nesses últimos 13 anos, mas que faz este Governo de transição do Presidente Michel Temer, para que possamos efetivamente dar seguimento ao crescimento econômico no nosso País.

Vamos aprovar essa legislação, vamos dar aos trabalhadores terceirizados uma regulamentação digna, porque ela não vai retirar direito, como dizem aqueles que são contra essa proposta.

Nós haveremos de estar juntos, de mãos dadas, com os trabalhadores brasileiros, com esses 13 milhões de desempregados, que precisam de uma alternativa de emprego. Este é o momento, esta é a forma que nós entendemos que seja a melhor para...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Requerimento de encerramento de discussão e encaminhamento de votação:

Sr. Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 178, caput, combinado com os arts. 157, § 3º, e 117, inciso XI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o encerramento da discussão e o encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que retorna do Senado Federal com substitutivo.

Sala das Sessões, em 22 de março de 2017



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar contra, concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós somos contra este projeto.

Eu ouvi há pouco a fala de um dos Líderes da base do Governo ilegítimo e golpista de Temer, e ele dizia o seguinte: *“Quem se preocupa com os 13 milhões de terceirizados hoje?”* Eu respondo: este projeto não se preocupa em melhorar a vida dos 13 milhões de terceirizados hoje. O que ele quer é pegar os 40 milhões que ainda têm um trabalho direto, formal, em que conhecem o seu empregador, com salários e condições de trabalho melhores, e, num ambiente de recessão, Deputado Chico, fazer com que eles sejam demitidos, obrigando-os a virarem terceirizados, com condições de trabalho absolutamente precarizadas. Este projeto é contra todos os trabalhadores.

Perguntem a um terceirizado que presta serviço na nossa Câmara se ele prefere trabalhar como terceirizado ou se ele gostaria de ser um trabalhador efetivo da Câmara. Pergunte ao terceirizado que sobe de elevador conosco quanto é o salário dele, Deputado Ninho. E, depois, pergunte ao Presidente Rodrigo Maia quanto a Câmara paga à empresa que quer terceirizar o trabalho dele. Vão botar um intermediário para ganhar o dinheiro que deveria servir para valorizar o salário do trabalhador. É muita mentira! É muita manipulação! É muito ataque ao mundo do trabalho!

Pelo amor de Deus! Os trabalhadores não são o problema das condições econômicas do Brasil. O trabalhador é a solução para economia brasileira. Mas eu estou vendo que alguns querem defender o capitalismo do século passado aqui, o



capitalismo que levava as pessoas a condições de quase escravidão e precarização do trabalho.

Pergunto aos Deputados que querem votar daqui a pouco: V.Exas. querem que seus filhos trabalhem em uma empresa terceirizada ou querem que seus filhos trabalhem em um emprego formal, com carteira assinada e com todos os direitos garantidos?

Eu peço só 1 minuto para concluir, Sr. Presidente.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Julio Lopes, para falar a favor do requerimento. *(Pausa.)*

O SR. ANDRÉ ABDON (Bloco/PP-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado André Abdon votou com o partido na última votação.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Felipe Maia votou com o seu partido na última votação, Sr. Presidente.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero trazer uma reflexão a esta Casa, que diz respeito a 47% da população trabalhadora que não estão nem aí para o que estamos discutindo aqui nesta Casa.

São brasileiros e brasileiras que trabalham na informalidade, dentro dos quase 17% da economia brasileira que são informais. É uma economia, Deputado Silvio, maior que a da Argentina e que funciona totalmente à parte do Congresso Nacional, à parte dos discursos do Deputado Fontana, à parte dos discursos de qualquer Deputado.



Na realidade, esses brasileiros estão se virando, tentando e conquistando o seu dia a dia a duras penas, fora da proteção do Ministério do Trabalho, fora da proteção da Previdência Social. São autônomos: lutam nas ruas todos os dias para sobreviver. E estão fora da jurisdição da Previdência Social e do Ministério do Trabalho.

É com esses brasileiros que nós temos que nos preocupar. E é exatamente por isso, Sr. Presidente, que estamos tratando do projeto de lei sobre a terceirização, que permite que se flexibilize um pouco a enrijecida e antiquada legislação trabalhista que temos, que onera o posto do trabalho em 28% do custo direto do trabalhador, que não flexibiliza a negociação entre empregados e empregadores, que custa demais ao trabalho formal, que expulsa da legalidade e da formalidade metade da população brasileira trabalhadora.

Temos que fazer um convite para que esses brasileiros venham ser formalizados, para que esses brasileiros venham contribuir para a Previdência Social, para que esses brasileiros sejam finalmente incluídos no Ministério do Trabalho e tenham os instrumentos de proteção social que os demais brasileiros trabalhadores têm.

E, para isso, o Presidente Temer teve a coragem, e nós estamos aqui com essa coragem, de enfrentar o tema da terceirização, que é absolutamente fundamental para o avanço do emprego formal no Brasil, para criarmos uma nova perspectiva de empregabilidade e de prosperidade para o País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lembrem-se de que 47% dos trabalhadores brasileiros não gozam dos benefícios nem dos auspícios daquilo que aqui é discutido, falado ou lembrado.



Tenham uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passamos à orientação das bancadas.

Como vota o Bloco do PP?

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pela base, todos votam “não”, isto é, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Todos “sim”.

Como vota o PT?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, o PT vota “não”.

E por que nós votamos “não”? Encerrar a discussão aqui é o maior símbolo de que essa discussão está sendo encerrada para o povo trabalhador lá fora, que está sendo feito de pato, como a FIESP anunciou para o Brasil. Nós não podemos aceitar a votação de um projeto sobre terceirizações que retira o décimo terceiro salário, as férias, o descanso remunerado, que impossibilita direitos, porque ninguém se responsabilizará!

O povo não é pato. É isso o que nós queremos simbolizar. O povo não vai pagar o pato, que V.Exas., do Governo Temer, querem impor à população.

O Governo Temer tenha vergonha e venha a este plenário para debater!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, encerrar a discussão é mais uma demonstração clara de que ao atual Governo e à sua base não interessa discutir projetos que — todos eles sabem — são extremamente prejudiciais ao trabalhador no Brasil.



A CLT foi duramente golpeada dentro desse projeto e será mais ainda na reforma trabalhista. Aliás, golpe é algo que está muito comum no Brasil, mas nós resistiremos.

Nós temos absoluta convicção de que cabe à população brasileira se mobilizar, porque a probabilidade deste projeto ser aprovado hoje é muito grande, apesar de termos inclusive entrado com mandado de segurança questionando o regime de urgência deste projeto, uma vez que só foi aprovado no ano 2000 e, portanto, não valeria sua tramitação.

O PDT não tem dúvida: o PDT é contra o encerramento da discussão, o PDT quer discutir a matéria para o bem do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Abaixem as faixas para que eu possa olhar o plenário, por favor.

Como vota o PCdoB?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro quero anunciar que aqui no nosso plenário encontra-se o Governador do Maranhão, o ex-Deputado Flávio Dino, que muito colaborou para a afirmação das políticas públicas. S.Exa. está redimindo o Maranhão das escolas de palha e, sem dúvida, honra o Brasil e o PCdoB.

Segundo, Sr. Presidente, sob o argumento de criar mais empregos, faz-se uma mentira quando se quer fazer do trabalho temporário a regra do jogo, para contratar de forma precária, instável e passageira os trabalhadores brasileiros.

O Sr. Temer, advogado constitucionalista, quer acabar com a CLT e com a Justiça do Trabalho. Nós não vamos permitir isso.

Queremos discutir o assunto. O PCdoB vota “não”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL? (*Pausa.*)

Está sendo contado o prazo. (*Manifestação no plenário: Não, não, não à terceirização.*)

Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL está aqui um pouco afogado por essa conjunção de patos da FIESP — o pato corrupto, o pato golpista, o pato nutrido pela exploração do trabalhador, o pato antipato, com todo respeito aos patinhos do País.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - “Sim”, “sim”, “sim”.

O SR. CHICO ALENCAR - Manifestamo-nos com um “não” ao encerramento do debate. Há mais de 20 Parlamentares inscritos, e há aqueles que querem dar um golpe nos direitos dos trabalhadores, terceirizando generalizadamente uma relação que tem que ser primordial, não terceirizada e nem “quarteirizada”.

Nós queremos continuar debatendo a matéria, portanto, nosso voto é “não”.

Paulo Skaf, que vergonha esse pato!

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Presidente, estou sem som aqui.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar. Vamos votar. “Sim”, aprova.

O SR. ALIEL MACHADO - Presidente, orientação pela Rede.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Presidente, a Minoria vai encaminhar o voto.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Abre o painel para votação.

O SR. ALIEL MACHADO - Presidente, encaminhamento pela Rede.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - É importante dizer para os partidos agora, Sr. Presidente, que o voto “não” da Minoria é para homenagear aquele que foi o criador do pato, o Skaf, em São Paulo. O pato



aqui é uma manifestação daqueles que inventaram o pato e estão pagando o pato nas costas dos trabalhadores. Por isso, nós encaminhamos o voto “não”.

Não à terceirização.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

O SR. ALIEL MACHADO (Rede-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Rede faz o encaminhamento pelo voto “não”. Essa é uma maneira que nós temos de defender dentro da sociedade e dentro do Congresso...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vamos deixar os Parlamentares usarem a palavra. Por favor, vamos respeitar a palavra do Parlamentar.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - “Sim”, “sim”, “sim”. (*Manifestação no plenário.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Aliel.

O SR. ALIEL MACHADO - Sr. Presidente, nós defendemos “não” ao encerramento da discussão, pois entendemos que existem muitas dúvidas ainda. Muitos Parlamentares não entenderam o que significa a precarização do trabalhador. Basta nós olharmos para a Casa em que atuamos. Pergunte aos funcionários terceirizados aqui nesta Casa o quanto eles ganham e o quanto a empresa lucra em cima deles. Nós temos que defender o trabalhador brasileiro, e não vamos aceitar a precarização do trabalho. A Rede faz o encaminhamento “não” e solicita decência desses Parlamentares, defendendo “não” à terceirização.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADO.



O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar, vamos votar!

O SR. MARCO MAIA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não, faltam 11 minutos.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Requerimento de quebra de interstício.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do art. 185, § 4,º do Regimento Interno, a quebra de interstício para votação nominal do requerimento que solicita adiamento da votação por 2 sessões.

Sala das Sessões, 22/03/17



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor do requerimento, concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Arquiva, arquiva!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O cronômetro está andando.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar.

O SR. PAULO PIMENTA - Retire a quebra. *(Manifestação no plenário: 1, 2, 3, 4, 5 mil, ou tiram o PL ou paramos o Brasil!*

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar, vamos votar. “Sim”, “sim”, “sim”.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós somos a favor da quebra do interstício.

Eu vou usar a tribuna. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, neste momento de gravidade por que nós estamos passando, o Temer mandou um projeto para esta Casa ressuscitando o Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, da época de Fernando Henrique Cardoso. Infelizmente, com a reforma trabalhista e com a reforma previdenciária, estão sendo rasgados dois legados importantes neste País. O primeiro legado é de Getúlio Vargas: a CLT. O segundo legado é de Ulysses Guimarães: a Constituição de 1988.

Sim, o que o Temer está fazendo, junto com o PSDB e com os demais partidos, é impor nessa votação de hoje que o terceirizado, na atividade fim, receba menos salário.

Vai haver mais acidente de trabalho, vai haver mais mortes causadas pela terceirização.



Nós estamos numa situação em que os trabalhadores vão, sim, pagar o pato daqueles empresários que financiaram o golpe neste País. Não era para afastar uma Presidenta honesta, como a Presidenta Dilma. O golpe foi votado para maquiar uma estrutura neste País, para não se investigar mais a corrupção, para entregar as nossas empresas e para prejudicar os trabalhadores. Não é por nada que o desemprego está crescendo, não é por nada que a vida do trabalhador brasileiro está cada vez mais difícil e não é por nada que há cortes nos investimentos do País.

Por isso que nós estamos aqui, juntos com as centrais sindicais, com as pastorais do País, pedindo que este projeto não seja votado no dia de hoje, porque quem vai pagar o pato serão os trabalhadores e quem vai ficar cada vez mais rico é quem vai contratar, de forma fragilizada ou até mesmo análoga à escravidão, os trabalhadores do País.

Nós queremos que haja mais discussão, que a votação seja feita ponto por ponto e não, de supetão, a fim de não retirar direitos do povo trabalhador.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pela Liderança do PT, tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini. *(Pausa.) (Manifestação nas galerias: Não, não, não à terceirização!)*

O SR. LINCOLN PORTELA (PRB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Lincoln Portela votou "sim".

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar! Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O tempo da Comunicação de Liderança do PT já está contando. *(Manifestação nas galerias: Não, não, não à terceirização!)*

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Sim, sim, sim!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pela Liderança do PT, tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, trouxemos aqui hoje o pato devorador de direitos, o pato da FIESP, o pato que está promovendo essa verdadeira destruição das leis do trabalho em nosso País, o pato da FIESP, dos patrões, que está acabando com os direitos dos trabalhadores, que quer promover a terceirização, o aumento do trabalho temporário, o trabalho parcial, a flexibilização de direitos na reforma trabalhista. *(Manifestação nas galerias: Não, não, não à terceirização!)*

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Sim, sim, sim! Vamos votar!

O SR. CARLOS ZARATTINI - Srs. Deputados, eu queria falar aqui sobre uma questão importante. O Governo quer votar a qualquer custo esse Projeto de Lei nº 4.302 porque ele é muito mais rigoroso, é muito mais pernicioso aos direitos dos trabalhadores do que o Projeto de Lei nº 4.330, que foi votado nesta Casa há 2 anos.

Todos nós aqui votamos o PL 4.330, um projeto que foi encaminhado ao Senado, onde está sendo discutido na CCJ e pode ser votado a qualquer momento. Mas o Governo quer que os Deputados da base votem num projeto que foi feito em 1998, foi examinado nesta Casa em 1999, foi votado no Senado em 2002. É um projeto do século passado, é um projeto antiquado.

Aí o Governo propõe que os trabalhadores, através de suas centrais sindicais, façam um acordo: aprova-se aqui tudo de ruim que existe no PL 4.302; depois se



vota o PL 4.330 no Senado; e aí as centrais sindicais fazem uma proposta de veto sobre o PL 4.330.

A Central Única dos Trabalhadores não aceitou esse acordo. A Central de Trabalhadores e Trabalhadores do Brasil — CTB não aceitou esse acordo. Por quê? Porque esse acordo significa negociar os direitos dos trabalhadores, que são inegociáveis!

Nós aqui queremos dizer da nossa oposição radical a esse projeto.
(Manifestação nas galerias: Não, não, não à terceirização!)

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar, vamos votar!

O SR. CARLOS ZARATTINI - Queremos dizer claramente que nós do PT condenamos essa votação. E queremos dizer aos Srs. Deputados dos partidos da base que essa votação é muito perigosa para os direitos dos trabalhadores. O movimento sindical — digo aos senhores — não vai aceitar isso, porque não vai gerar nenhum emprego. O que gera emprego na economia é aumentar o salário mínimo, o que gera emprego é aumentar as aposentadorias, o que gera emprego é aumentar o crédito para as pequenas e microempresas.

É isso o que gera emprego, não esse projeto que vai, ao contrário, reduzir a renda do trabalhador, o qual vai consumir menos. E, com o trabalhador consumindo menos, vai se gerar mais desemprego em nosso País. Os únicos que vão ganhar vão ser os grandes empresários, que vão ter aumentada a sua taxa de lucro. Esses, sim, serão beneficiados.

Por isso, Srs. Deputados, ponham a mão na consciência. Vamos votar corretamente. Não vamos votar contra o trabalhador aqui nesta Casa, porque votar



contra o trabalhador é votar contra o eleitor. E o eleitor, no ano que vem, vai dar o troco

Esse não é um projeto de modernização da economia. Esse é um projeto de retirada de direitos. É por isso que estamos aqui com os patos da FIESP, que, nesse caso, estão devorando o emprego do trabalhador, a jornada de trabalho, a garantia de direitos, a negociação coletiva dos sindicatos.

É preciso que aquilo que o trabalhador conquistou através das suas campanhas salariais seja garantido, seja mantido. Precisamos melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, e não piorar a qualidade de vida, e não deteriorar as condições de trabalho.

Quero dizer às Sras. Deputadas, que tanto lutam pelos direitos das mulheres, que esse projeto vai fazer com que as mulheres sejam ainda mais discriminadas. Quero saber o que vai acontecer quando uma mulher jovem se casar e, recém-casada, provavelmente engravidar. O que vai acontecer? Essa mulher será contratada temporariamente ou será contratada através de uma empresa terceirizada.

Esse projeto reduz os direitos das mulheres que conquistamos em nosso País. Esse projeto, ao permitir a terceirização, reduz esses direitos que são fundamentais.

Os empresários não aceitam o afastamento da mulher por licença-maternidade. Eles vão ter oportunidade, com esse tipo de jornada parcial, com a contratação temporária e a terceirização, de afastar a mulher jovem do mercado de trabalho — porque a mulher de mais idade já está afastada mesmo, pelo desemprego.



Por isso, temos que impedir que esse projeto seja aprovado. As mulheres do Brasil têm que abrir os olhos para o que está sendo votado aqui. E, mais do que isso, estamos na última votação desse projeto, que vai para a sanção presidencial. Quero saber se alguém aqui acredita que Michel Temer e Meirelles — esses dois golpistas que comandam o País — vão ter dó, vão ter pena do trabalhador e da trabalhadora e vão vetar algum artigo que prejudique o povo.

Nenhum artigo será vetado. O que eles farão é exatamente garantir que os empresários possam, em condições legais, explorar os trabalhadores mais do que já os exploram.

Metade do povo brasileiro não tem carteira registrada. O Governo proibiu que fosse divulgada a lista de empresas acusadas de trabalho escravo. É isso que fazem neste País: extinguem o direito dos trabalhadores. *(Manifestação nas galerias: Não, não, não à terceirização!)*



O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Pedro Fernandes votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à orientação de bancada.

Como vota a base? *(Pausa.)*

O requerimento está prejudicado. *(Manifestação nas galerias: Ou tira esse projeto ou paramos o Brasil!)*



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do Artigo 193 do Regimento Interno, o adiamento da votação do PL 4.302/98 por 2 sessões.

Sala das Sessões,

Dep. Luiz Couto



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o requerimento de adiamento de votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos dos arts. 117, X, c/c 101, I, a, 3; 83, § único, II, "b" e 193 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o adiamento da votação do PL 4.302/98, por 01 sessão.

Sala das Sessões, em 21/3/2017

Deputado Weverton Rocha

Líder do PDT



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Verificação concedida.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar “sim”!

O SR. REGINALDO LOPES (PT-MG) - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Verificação conjunta.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados que tomem seus lugares... *(Apupos e manifestação nas galerias: Ou tira esse projeto ou paramos o Brasil!)*

O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, espere um pouco. Temos que orientar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Foram V.Exas. que os botaram aqui. Agora ou vão ficar calados ou vão ficar no atropelo. Ou vão respeitar o Plenário ou vão ficar no atropelo.

A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados...

A SRA. ALICE PORTUGAL - Orientação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Quando ficarem em silêncio, cumprimos a regra.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Nós queremos orientar a bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu chamei, e ninguém ouviu.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Siga o Regimento! Nós queremos orientar a bancada! *(Manifestação nas galerias.)*



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e a todos os Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A base vota “não”, por orientação do Deputado Darcísio Perondi.

O painel está aberto. Como vota o PT? *(Apupos e manifestação nas galerias.)*

O SR. HENRIQUE FONTANA - Será que agora vão rasgar o Regimento?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Enquanto o Parlamentar estiver falando, as galerias não podem se manifestar. Enquanto continuar essa vaia, vamos trabalhar dessa forma.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. está perdendo a cabeça, está atropelando o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu?

O SR. HENRIQUE FONTANA - Nós estamos aqui debatendo a Consolidação das Leis do Trabalho deste País. Nós estamos debatendo 40 milhões de empregos. Nós estamos debatendo o direito de os trabalhadores terem reconhecido o emprego formal, com direito a 13º salário, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, férias.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Estão é com gritaria. Não estão debatendo nada. Querem o caos. Querem gritaria, querem desavença, querem caos.

O SR. HENRIQUE FONTANA - V.Exas. querem terceirizar todo o mercado de trabalho do Brasil e estão atropelando o Regimento desta Casa.

O SR. NILSON LEITÃO - Eles não estão debatendo nada!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vamos respeitar!

O SR. HENRIQUE FONTANA - E não ficam nem vermelhos com isso.

Sr. Presidente, somos contra este projeto...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. DARCÍSIO PERONDI - V.Exas. são contra o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL, Deputado Chico Alencar?

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT está em obstrução.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL apoia o adiamento da votação por uma sessão.

Em primeiro lugar, generalizar as possibilidades da terceirização é uma agressão à própria relação capital e trabalho. A classe trabalhadora neste País, herdeira de um regime cruel de escravidão, tem lutado, ao longo do século XX, para ter seus direitos mínimos garantidos.

É um absurdo que este Governo, que já é retrógrado nas suas práticas políticas, esteja com que cada Ministério, como acontece com o Ministério da Agricultura, tenha as suas superintendências e delegacias regionais a soldo da política mais atrasada e, como se vê, corrompida. Por isso, o Ministro da Agricultura agora anda sumido, é um Ministro fantasma.

O nosso voto é...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PDT está em obstrução.

Como vota o PRB?

O SR. CHICO ALENCAR - O PSOL está em obstrução.



O SR. JONY MARCOS (PRB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de enunciar o voto, preciso dar um recado. Estive agora com o Ministro Blairo Maggi, quando terminou a audiência lá no Senado. O Governo Federal havia anunciado, no dia 15 de fevereiro, que iria enviar para o Nordeste do Brasil 200 mil toneladas de milho, para salvar o nosso rebanho de gado leiteiro e gado de corte. E o Ministro Blairo Maggi acabou de me dizer agora que o Governo recuou, que o Ministro Meirelles não vai pagar essa conta.

Estão tirando onda com o povo do Nordeste, Sr. Presidente. Preciso mandar esse recado! Para que fazer evento no Palácio do Planalto? Para que chamar os Governadores do Nordeste? Para que chamar os Deputados e Senadores e anunciar esse envio de 200 mil toneladas de milho?

O nosso povo lá do Nordeste está aguardando o milho subsidiado da CONAB, que vai sair lá do Mato Grosso e irá até o Nordeste, para salvar o nosso rebanho de gado.

Presidente Temer, Ministro Meirelles, não mintam para o povo do Nordeste! Cumpram a promessa que os senhores fizeram e mandem o milho, porque o povo está morrendo, o gado está morrendo! E nós estamos revoltados!

Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade.

O PRB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o DEM? (*Pausa.*)

O SR. ALEXANDRE LEITE - O DEM já foi orientado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para uma Comunicação de Liderança, pelo DEM, tem a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos promovendo uma batalha do nada. Não existe, em nenhum lugar civilizado do planeta, esta criação absurda do nosso Tribunal Superior do Trabalho, tentando definir, na vida moderna, algo da época pré-industrial.

Sr. Relator Laercio Oliveira, parabéns pelo seu relatório. V.Exa. prestou mais um serviço ao Brasil, mesmo com essa nossa Oposição, que concorda com isso. Eles concordam com a terceirização. (*Manifestação nas galerias: Não, não, não à terceirização!*)

Nenhum deles foi à tribuna para dizer ou negar que o Governador da Bahia não tenha terceirizado, com uma grande empresa especializada em radiologia, todo o serviço de radiologia dos hospitais públicos da Bahia. Isso é ou não atividade-fim?

Estamos votando isso para corrigir um erro do Tribunal Superior do Trabalho. Esta é uma batalha que não retira nenhum direito dos trabalhadores, mas que vai permitir que as empresas brasileiras possam reduzir a sua incapacidade produtiva, possam voltar a competir, possam voltar a ter especialidades.

Eu ouvi aqui absurdos ditos por companheiros da Oposição. Quiseram dizer que terceirização não especializa. Como, Deputado Simão, terceirização não especializa? Será que, se V.Exa. tiver uma terra de mil hectares e quiser plantar soja, V.Exa. vai ter que ter uma empresa de aviões ou um avião parado, para pulverizar a sua lavoura, vai ter que ter uma colheitadeira que funciona 1 mês por ano?



Ora companheiros, V.Exas. sabem, V.Exas. não têm dúvidas de que este projeto é bom para o Brasil, é bom para o trabalhador, é bom para o emprego.

(Manifestação nas galerias: Mentira! Mentira!)

O que V.Exas. estão querendo é ter uma oportunidade de levantar uma bandeira. Levantem a bandeira contra o desemprego. V.Exas. entregaram o Brasil com 13 milhões de desempregados. *(Manifestação nas galerias: Não, não, não à terceirização!)*

E agora estão aqui... *(Manifestação nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só um minutinho, Deputado.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peça para esvaziar as galerias. Já deu, não é? Peça para esvaziarem as galerias.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Peço para esvaziarem as galerias, por favor. *(Manifestação nas galerias.)*

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado José Carlos Aleluia está com a palavra.

O SR. ALEXANDRE LEITE - Muito bem, Sr. Presidente!

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Na hora em que o Deputado está falando, eles têm que ficar em silêncio, Deputada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Como esvaziar as galerias, Sr. Presidente?

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Isso é desrespeito! Se fosse com V.Exa., V.Exa. não iria gostar! Ele tem direito de falar, como V.Exa. tem direito de criticar.

O SR. PAULO PIMENTA - Deputado Rodrigo Maia, vamos combinar, então.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu estou pedindo aqui, há meia hora, para o pessoal ficar em silêncio.

O SR. PAULO PIMENTA - Vamos combinar, então.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nós abrimos a galeria para quê?

O SR. PAULO PIMENTA - V.Exa. dá licença de eu falar?

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, as galerias nem estão abertas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eles têm que respeitar o Deputado. Se o Deputado parou de falar, podem vaiar, podem aplaudir. Agora, quando o Deputado fala, vão ouvir, vão ouvir.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - As galerias nem estão abertas, Sr. Presidente. Elas nem estão abertas.

O SR. PAULO PIMENTA - Então, durante a fala, vamos ouvir. Durante a fala, não incomodem!

A SRA. ALICE PORTUGAL - O PCdoB quer orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu só peço que ouçam! Depois que o Deputado falar, se não gostaram, podem vaiar. Não tem problema, ninguém tem medo de vaia.

A SRA. ALICE PORTUGAL - O PCdoB pede a palavra para orientar.



O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Quero dizer que encontrei um Deputado do PT e perguntei: “*Você não vai reclamar do Governador da Bahia, que terceirizou atividade-fim num hospital?*”

Deputada Yeda, pergunto a V.Exa., que já foi Governadora: radiologia é ou não atividade-fim de um hospital público?

Por que eles ficam contra o que fazem? Nunca vi alguém ficar contra o que pratica. Se você não concorda com algo, não o pratique!

Nenhum Deputado veio à tribuna, nem mesmo aqueles da área de saúde, para dizer que o Governador da Bahia estava errado. Ele não está errado. Nesse ponto, foi uma das únicas coisas que ele fez de certo no Governo.



O SR. MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a bancada.

A SRA. ALICE PORTUGAL - O PCdoB quer orientar a bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, em nome da Minoria, quero me referir à seguinte questão: pode ser — até não creio — que, na decisão dessa matéria, sejamos minoria aqui dentro, mas tenho certeza absoluta de que a maioria do povo brasileiro, que estará sendo roubada nos seus direitos se essa matéria vier a ser aprovada, está totalmente contra esse projeto de lei das terceirizações.

O SR. NILSON LEITÃO - O direito perdido foi o desemprego.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Não se gerará um só emprego. É mentira de V.Exas. do Governo Temer quando dizem que se gerarão empregos. É mentira de V.Exas. quando dizem que se assegurarão direitos.

Portanto, em nome dos partidos que compõem a Minoria aqui dentro — mas que já são maioria contra o Temer lá fora —, quero dizer a vocês que essa matéria jamais deveria ter sido tirada do fundo de uma gaveta, para ser colocada em votação como agora está sendo.

Os partidos que se opõem ao Governo Temer sabem que a sintonia é fundamental para o Brasil se desenvolver e para gerar empregos é garantir direitos aos trabalhadores e trabalhadoras. Se a pessoa não tiver um salário digno, Deputada Erundina, se ela não tiver mais direitos, este País também vai parar.



Eles estão quebrando a Previdência, não pelas contas falsas que o Governo Temer faz como propaganda, mas pelo desemprego que este Governo está impondo ao diminuir e acabar com investimentos públicos no Brasil, por um modelo de Estado predatório e contra o povo. O Estado não pode ser contra o povo.

A Minoria...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. ALICE PORTUGAL - O PCdoB quer orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB, Deputada?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB está em obstrução, Sr. Presidente, porque, em primeiro lugar, as galerias não estão abertas. Há uma representação desesperada pelo inusitado, pela surpresa, pelo golpe de se trazer esse projeto hoje para apreciação da Casa.

Gás lacrimogêneo, gás de efeito moral foi o que os trabalhadores tomaram lá na rua.

A Espanha chegou a 34% de empregos temporários, precarizou e, lamentavelmente, diminuiu salários.

O Brasil quer aprovar um projeto anacrônico? Não, o Brasil não quer. Quem quer isso é o Governo Temer, submisso às corporações mundiais, submisso para vender o patrimônio nacional, submisso para cavalgar a galope, tirando um direito por dia dos trabalhadores brasileiros.

Estamos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Mauro Pereira.



O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de dizer que vamos votar o projeto de terceirização para regulamentar os 13 milhões de pessoas que já trabalham nessas empresas e, ao mesmo tempo, facilitar a geração de empregos — emprego justos, empregos com todos os direitos garantidos.

Precisamos ter um país competitivo, para que possa competir hoje com o Paraguai, que está levando as nossas indústrias.

Agora, uma coisa é certa: se aprovarmos a terceirização, talvez na próxima votação, a CUT não tenha mais dinheiro para vir aqui fazer bagunça, para fazer o que está fazendo agora em Brasília. Hoje a CUT está recebendo. Mas, com certeza, no futuro, só vai contribuir quem quiser. Aí, sim, vai ficar complicado para as centrais sindicais.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Apupos e manifestação nas galerias: Golpista! Golpista! Golpista!)*

O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. WELITON PRADO - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a bancada do PMDB.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o primeiro desafio que faço à base deste Governo ilegítimo é para que ela assuma o que defende ao microfone.



Se ela quer elogiar tanto este projeto que vai precarizar as condições de trabalho no Brasil, assumo que vai votar nominalmente.

Há uma manobra aqui no plenário, Sr. Presidente, porque eles são covardes e querem votar esta matéria sem colocar a digital.

Desafio o Líder deste Governo ilegítimo para que pelo menos tenha honradez e assumo o compromisso de que cada Deputado vai colocar a sua digital, que faremos uma votação nominal e que S.Exas. não serão covardes para se esconder, sem votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação.

O SR. WELITON PRADO - Sr. Presidente, o PMB não orientou.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PMB pode orientar a bancada.

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu tenho um compromisso público registrado em cartório: não voto contra o trabalhador, não voto contra o servidor público, não voto contra o aposentado, não voto o aumento de impostos para as pessoas mais pobres. Em 2015, no ajuste fiscal, eu votei desse jeito.

Há uma incoerência: aqueles que hoje estão contra a terceirização eram favoráveis a ela antes, aqueles que eram contra a reforma da Previdência são favoráveis a ela hoje, e vice-versa. Há uma incoerência total.

Eu mantenho a mesma linha: fui contra o ajuste fiscal, votei contra a terceirização, vou votar contra a reforma da Previdência e sou contra qualquer projeto que mexa nos direitos dos trabalhadores. O meu posicionamento vai ser o mesmo.



Por isso, o PMB vota “sim”, pelo adiamento da votação. Esse é o nosso posicionamento. O nosso posicionamento de antes e de agora é o mesmo: em defesa dos trabalhadores.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nas redes sociais, só se fala nisto aqui. O Congresso está sendo tratado como golpista em relação aos direitos dos trabalhadores. Não há nenhum debate. Isso é um absurdo.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 35;

NÃO: 231;

ABSTENÇÃO: 5;

TOTAL: 271.

REJEITADO O REQUERIMENTO DE ADIAMENTO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Estão prejudicados o requerimento de votação por grupo de artigos, o requerimento de votação de proposição artigo por artigo e o requerimento de votação artigo por artigo.



O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Silvio Costa votou com o partido.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, a Deputada Maria do Rosário votou com o partido.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, o Deputado Julio Lopes votou com o partido.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, V.Exa. pode responder a uma questão de ordem?



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento de votação em globo dos destaques simples:

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do artigo 162, inciso XIV, do Regimento Interno, a votação em globo dos destaques simples apresentados ao PL nº 4.302/1998 (sem exceção).

Sala das Sessões, 22/03/17.

Dep. Ságuas Moraes

Vice-Líder do PT



O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Zé Geraldo votou com o seu partido na votação anterior.

O SR. CÉSAR MESSIAS (PSB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado César Messias votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Ságuas Moraes, para falar contra o requerimento do PT, que S.Exa. assina.

Há alguma incoerência, Deputado Ságuas Moraes. V.Exa. vai falar contra um requerimento que assina.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, prejudique o requerimento, então.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não. É apenas uma incoerência.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu queria realmente que V.Exa. respondesse à minha questão de ordem.

A minha questão de ordem é no sentido de que, enquanto o Deputado Ságuas Moraes se dirige à tribuna, V.Exa. possa explicar o motivo da prejudicialidade dos requerimentos.

O SR. CAETANO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Caetano votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputada, o art. 190 só permite a votação em grupo de artigos através de parecer da Comissão, o que não foi feito. Por esse motivo, rejeitamos os requerimentos.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Dessa forma, Sr. Presidente, acatando a sua decisão, eu recorro respeitosamente à CCJ.



Creio que nós poderíamos ir mais devagar nesta sessão, para podermos acompanhar e ter consistência de parte do Plenário em relação àquilo que V.Exa. está encaminhando.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Vou começar pelo PT, que é o autor do requerimento. Apesar de não haver ninguém inscrito a favor, vou dar os 3 minutos ao Deputado Ságuas Moraes, para que faça a orientação e a defesa do requerimento.

O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na verdade, nós havíamos apresentado um requerimento de votação em globo e, depois, foi feito outro requerimento em cima dele, que, de certa forma, prejudicou o nosso requerimento.

De qualquer modo, estamos aqui para dizer que não concordamos com a votação desse Projeto de Lei nº 4.302, que trata da terceirização. Sem dúvida nenhuma, ele vai precarizar as relações de trabalho no Brasil. Nós já travamos um embate aqui na apreciação do PL 4.330, que tratava exclusivamente da terceirização.

O PL 4.302, que hoje está sendo votado, já havia sido apresentado em 1998 e votado em 2000. O Presidente Lula pediu a retirada dele em 2002. Agora ele foi ressuscitado, porque o Governo, de fato, não quer somente o PL 4.330, que trata da terceirização, como também tratar da contratação temporária, que é permitida por 90 dias. Neste projeto, a contratação temporária é de 180 dias, podendo ser prorrogada por até 90 dias.

Pergunto: quais garantias terá o trabalhador brasileiro? Com a aprovação desse projeto da terceirização, que vai precarizar a relação de trabalho, ainda mais



que ele poderá ser contratado temporariamente, não haverá garantia de férias, não haverá garantia ao 13º salário, não haverá direito à greve.

O trabalhador brasileiro estará à mercê das negociações com os patrões e também estará à mercê dos interesses das empresas terceirizadas que atuarão junto às grandes empresas deste País.

Hoje, não pode haver terceirização da atividade-fim. Eu duvido muito que nós teremos condições de melhorar as condições do trabalhador que trabalha na atividade-fim, porque as empresas terceirizadas terão de obter lucro, e o lucro será em cima do trabalhador. O trabalhador terá menos capacitação e será trocado a qualquer momento.

Com certeza, os produtos brasileiros perderão a qualidade, perderão os trabalhadores brasileiros que não terão suas garantias de contratos com as empresas que oferecem o serviço, e, sim, com a empresa terceirizada, que poderá vir à falência a qualquer instante.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Aguinaldo Ribeiro.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Hiran Gonçalves votou com o partido nas duas últimas votações.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - Sr. Presidente, eu vou usar o tempo da Liderança.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Alessandro Molon.



O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas manifestar o nosso repúdio a esta proposta, que vai agravar ainda mais a crise pela qual passam os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiras.

Quem nos assiste de casa não se engane! Esta proposta tem por objetivo permitir a contratação mais barata dos trabalhadores, precarizando e negando os seus direitos.

O próximo passo é obrigar o trabalhador e a trabalhadora a se transformarem em pessoas jurídicas, sendo contratados como se fossem empresas, perdendo direito a férias remuneradas, a 13º salário e a licença-maternidade, por exemplo.

Por isso, digamos "não" a este projeto nesta noite e rejeitemos a proposta de terceirização, em respeito aos direitos trabalhistas conquistados depois de décadas de lutas dos trabalhadores, das trabalhadoras, dos sindicatos, das centrais sindicais, dos movimentos de greve e de tantas outras formas de manifestação.

Digamos "não" à terceirização! Adiemos a votação, para fazermos este debate de forma mais transparente e ouvindo a sociedade brasileira.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Alberto Fraga votou com o partido nas votações anteriores.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Aguinaldo Ribeiro, que falará pela Liderança do PP.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu gostaria de iniciar a nossa fala com toda a tranquilidade e serenidade que devemos ter para os debates que virão.

É necessário que façamos uma reflexão de que vivemos numa crise política. Talvez nós próprios tenhamos sido contribuintes desta crise política, inclusive diante da imagem que a sociedade hoje tem da política.

Eu vim aqui nesta tarde para fazer a defesa do parecer do Deputado Laercio Oliveira. Nós podemos discordar de uma matéria como essa porque cada um tem uma compreensão. Só não podemos discordar de que o Brasil mudou, avançou, e que a nossa legislação é arcaica, a qual impede que o Brasil seja competitivo e não condiz com a realidade de um País que representa uma economia de oitavo mundo. Isso não quer dizer tirar emprego de quem quer que seja. Do contrário, quer apontar para o caminho da modernidade.

Temos a convicção de que este momento de crise que atinge a todos nós — a crise política não é do Governo, não é da Oposição, é da política — é um momento de responsabilidade e de resgate.

Por essa razão, de forma muito serena, a minha missão será a de promover o debate, não o ideológico, mas o debate feito com responsabilidade para decidir o que é melhor neste período de transição que estamos vivendo. Este importante momento pode retratar ainda mais a atual agudização da crise política, econômica e



social, ou pode apontar para um caminho de resgate que todos nós queremos para o nosso País.

Essa é a nossa primeira compreensão, com respeito ao contraditório, com respeito às opiniões, na defesa da democracia. Para tanto, é preciso que saibamos ouvir, respeitar as opiniões, os contraditórios. Que possamos discordar e, ainda assim, convivermos como Nação. Esse é o sentido democrático.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Parlamentares, diferentemente de outros entendimentos que ouvimos aqui, hoje é o momento em que haveremos de avançar, com a compreensão de que estamos fazendo o melhor para o País, ao colocar as nossas digitais, sem nenhum temor, nesta importante votação. E as colocaremos porque estamos convictos da importância de se aprovar esse projeto que vai gerar mais empregos.

A terceirização não vai tirar emprego de ninguém. Basta olhar os exemplos que aconteceram no mundo todo. Podemos até lembrar, por exemplo, a Revolução Industrial, quando chegaram as máquinas e muitos disseram que elas iriam roubar os empregos das pessoas. Do contrário, o mundo mudou, as pessoas se adaptaram, e novas oportunidades de trabalho foram geradas.

Já existe um estudo de ciência para o mundo de amanhã, numa universidade da Califórnia, nos Estados Unidos, apontando que 40 profissões, nos próximos anos, não existirão mais. Por quê? Porque as mudanças no mundo estão ocorrendo. Nós não tínhamos o Uber. Hoje nós temos *startups*. Precisamos modernizar a relação de trabalho, e é isso que nós estamos tentando fazer.

Queremos avançar numa relação que não tire emprego de ninguém, que preserve os empregos e que também não enfraqueça os sindicatos. Essa é a



compreensão neste instante. Os sindicatos também vão se modernizar, vão se adaptar à nova realidade em que vivemos. Por isso, tenho convicção de colocar a nossa digital a favor desse projeto, sem aceitar qualquer tipo de provocação.

Finalizando, Sr. Presidente, celebro a proposição aqui feita e a considero importante para reforçar a democracia. O Líder do PT, o Deputado Carlos Zarattini, e o Líder da Minoria, o Deputado José Guimarães, propuseram um entendimento, com o qual concordamos. Retiramos a obstrução e passamos à votação nominal do mérito da matéria principal, colocando as nossas posições, sem nenhum temor, com muita convicção, e votaremos os destaques de forma simbólica.

Essa foi a proposta acordada e celebrada por nós, dentro da relação que quero ter enquanto estiver nesta Liderança, com muito respeito, sabendo ouvir e discutir. Acho que é o respeito que fortalece a democracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. MARCOS MONTES - Sr. Presidente, V.Exa. me permite falar por 1 minuto?

Eu quero... *(Manifestação nas galerias: Não, não, não, não à escravidão!)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só 1 minuto, Deputado. Cadê o Deputado José Guimarães? *(Pausa.)*

O SR. MARCOS MONTES - Sr. Presidente, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só 1 minuto, Deputado. É que foi feito um...

O SR. MARCOS MONTES - Sr. Presidente, antes de o Deputado José Guimarães falar, eu só quero ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra V.Exa., Deputado Marcos Montes.

O SR. MARCOS MONTES (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Líder Aguinaldo Ribeiro e o Líder José Guimarães. Acho que estamos inaugurando uma nova fase de discussão dos projetos hoje, com cada um defendendo as suas convicções.

É claro que o PT e os partidos da Oposição defendem as suas convicções, mas o Líder Aguinaldo Ribeiro, também defendendo as suas convicções, veio à tribuna e propôs aceitar o acordo, para cada um colocar sua digital.

Quem sabe, Sr. Presidente, hoje, nós estejamos inaugurando uma nova fase de discussão de matérias importantes neste País.

Parabéns, Líder Aguinaldo Ribeiro!

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós conversamos com o Líder Aguinaldo Ribeiro, com V.Exa.;



consultamos o PT, o PCdoB, o PDT, o Deputado Alessandro Molon; e estamos conversando com o PSOL. É fundamental que a votação do mérito da matéria seja nominal.

O acordo, nos termos colocados pelo Líder do Governo, Deputado Aguinaldo Ribeiro, é que V.Exa., de ofício, determine a realização de votação nominal para o texto principal, e que nós debatamos os destaques, um a um, sem obstrução, sem votação nominal. Será feita votação nominal para o texto principal, que é o mais importante.

O SR. MARCOS MONTES - Muito bem, Líder José Guimarães! Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Por mim, tudo bem.

O SR. ALEXANDRE LEITE - Sr. Presidente, ontem, não queriam fazer acordo nenhum. Agora, querem acordo?!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está ótimo, Deputado Alexandre. Nós temos paciência...

O SR. ALEXANDRE LEITE - Quando o acordo é bom para eles, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É bom para os dois lados. É bom para todo mundo.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Quando não é de conteúdo...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o requerimento para votação em globo dos destaques simples.

A SRA. LUIZA ERUNDINA - E a orientação de bancada?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Calma! Não vou atropelar nada. Fique tranquila, Deputada Erundina.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Jandira Feghali, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, parece-me que não está muito compreendido por algumas pessoas a dimensão do que nós estamos fazendo hoje neste plenário. A situação, em minha opinião, é dramática. Nós não estamos discutindo algo secundário, mas algo que mexe com a maioria dos trabalhadores brasileiros.

O atropelo pode não estar na fala, mas a pauta é um atropelo, sim. Essa matéria tramitou em regime de urgência no ano 2000. Já se passaram três legislaturas, e nós nunca nos negamos a discutir a regulação dos 12 milhões de trabalhadores terceirizados. Essa sempre foi uma posição nossa — dos partidos que hoje compõem a Oposição. Regulamentar a atividade terceirizada que já é exercida por 12 milhões de pessoas sempre foi um desejo dos trabalhadores e nosso. No entanto, não é isso que estamos fazendo aqui.

Nós estamos aproveitando, neste plenário, Deputado Aguinaldo, que é Líder do Governo, uma situação de um projeto que já foi embora, pois nós já pautamos esta matéria aqui. Agora estamos votando outro projeto, que não voltará para o Senado, que agravou muito o texto do primeiro projeto votado por esta Câmara, o PL 4.330. Nós estamos votando outro projeto que simplesmente aniquila as relações de trabalho do povo trabalhador com o patronato.

V.Exa. disse que estamos na transição. Quem está na transição não toma medidas estruturantes dessa forma.

A economia brasileira está parada, está estagnada! Ontem consultei todos os dados oficiais: não há curva de crescimento na indústria, não há curva de



crescimento no comércio, não há curva de crescimento na área de serviços. A economia está andando para trás.

Vocês já têm 1 ano de Governo pós-*impeachment*! Este é um Governo que já perdeu oito Ministros por delação premiada, por corrupção, um Governo que não tem credibilidade, legitimidade e autoridade política para enfrentar uma pauta desta forma, uma pauta sem nenhum apoio da sociedade brasileira. Este Governo tem menos de 10% de popularidade!

É bom que a sociedade e os trabalhadores saibam que nós estamos aqui votando um projeto que amplia a terceirização de forma generalizada, inclusive para a atividade-fim, e não faz diferença entre setor privado e setor público.

O que é isso? Nós vamos agora contratar todos os profissionais da ponta do serviço público por terceirização? É assim que vocês querem fortalecer a previdência pública, sem ninguém mais contribuindo para o regime próprio dos servidores? Vocês querem terceirizar para a atividade-fim em todas as áreas de trabalho, de economia e de serviço público!

Agora, o mais grave ainda é que, na verdade, vocês vão contratar todo mundo por contrato temporário. Contrato temporário vira atividade complementar. Amplia-se o tempo de contrato de 3 para 9 meses. Se um mesmo empresário tiver duas empresas, ele fica jogando o trabalhador de uma empresa para outra, Deputado Vicentinho, sem férias, sem nenhuma rescisão, sem nenhuma verba indenizatória de rescisão e nem multa de Fundo de Garantia. Ele não tem nada!

Vocês estão hoje desmontando as conquistas do mundo do trabalho, conquistas de respeito a um trabalho decente que não querem mais. Quando digo vocês, refiro-me à base do Governo, ou pelo menos parte dela. Este Governo está



fazendo tudo para desmontar todos os direitos conquistados pelo povo durante os últimos 100 anos.

Nós já tivemos uma elite de casa grande e de senzala por muito tempo, mas ela permanece. A casa grande permanece nas relações de trabalho. Vocês querem voltar com o trabalho escravo! Ontem, a ONU condenou este Governo por suspender a divulgação da lista suja do trabalho escravo. Vocês querem que o trabalho escravo volte no Brasil, que se trabalhe por salário baixo, que se trabalhe sem direitos, que se trabalhe sem férias, que não tenha multa do FGTS na demissão e que não tenha nenhuma verba indenizatória na rescisão, e o trabalhador fique pulando, a cada 9 meses, de uma empresa para outra, sem direito nenhum.

Não é possível que em pleno século XXI, com uma economia estagnada, com dificuldade de emprego, no desespero, antiteticamente, vocês propõem aos trabalhadores que aceitem subemprego, que aceitem trabalho escravo, que aceitem submissão aos interesses de um patronato míope, aético, e que não tem nenhum respeito pelo trabalho no Brasil.

Não podemos aceitar tranquilamente uma situação como essa, porque não é aceitável. Estamos enfrentando hoje duas grandes reformas: trabalhista e previdenciária. Nenhuma delas se sustenta nos argumentos do Governo, nenhuma! Nenhuma delas, porque o problema não está na Previdência, está na economia.

A reforma trabalhista quer desmontar a força do movimento sindical nas relações com o patrão. É o negociado sobre o legislado. Acaba a Consolidação das Leis do Trabalho. Vocês acham que estão em mundo? Em que mundo os Deputados aqui acham que estão? Em que situação? Nós não estamos no século



XIX, nem no início do século XX. As relações de trabalho foram construídas com muita luta neste País!

Não é possível admitir que a essa altura do campeonato um Governo ilegítimo e uma base parlamentar que não se preocupa em representar os trabalhadores brasileiros estabeleçam essas regras, de contrato temporário, de terceirização para todas as atividades-meio e atividades-fim, na atividade privada e na atividade pública, e, simplesmente, saiam sorrindo pelas ruas, achando que não haverá reação, mas haverá.

As manifestações de rua estão crescendo, estão crescendo contra a reforma da Previdência e contra todo o ataque dos direitos construídos com muito suor, luta, lágrima e sangue neste País. Não é possível que em uma penada, numa única votação, a gente destrua 100 anos, 50 anos, 30 anos de luta, em particular, o pacto constitucional de 1988.

Sr. Presidente, neste momento, como representante da Minoria, quero deixar claro que vamos resistir sempre, toda a vez que este Governo e sua base atentarem contra o direito do povo trabalhador, particularmente o de menor renda, particularmente aquele que acaba se submetendo a esse tipo de relação de trabalho.

Nós vamos resistir, nós vamos obstruir, nós vamos denunciar, nós vamos nos mobilizar, até que essa Minoria vire maioria e consigamos impedir o desastre, o ataque, as agressões e a violação dos direitos neste País.

Trago aqui não apenas a posição do PCdoB, mas a dos partidos que compõem a Minoria e de vários outros que compõem a Oposição, que não aceitam compactuar ou serem coniventes com um processo como esse.



Sr. Presidente — V.Exa. que agora dirige os trabalhos —, é fundamental que se garanta, sim, a votação nominal no mérito. Quem tem coragem de propor aos trabalhadores 9 meses de contrato temporário, sem nada, deve, sim, colocar a sua digital aqui. Coloquem a sua digital, e respondam ao povo lá fora pela agressão, maldade e crueldade que se comete dentro deste Parlamento.

De fato, a República está muito feia, com aquele Planalto grotesco, com Alexandre de Moraes hoje no Supremo e um Parlamento que, por maioria, quer tirar direitos dos trabalhadores no Brasil. Nós não aceitamos isso! Vamos resistir! Quem tem que pagar o pato não é o trabalhador, e sim aqueles que mais ganham, o patronato brasileiro, que tem milhões de desonerações, e não contribui para a economia brasileira.

Muito obrigada.

O Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Beto Mansur, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP? (*Manifestação nas galerias: Não, não, não, não à escravidão!*)

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco do PP/PTN/PHS/PTdoB, para corroborar com a prática da renovação da legislação orienta o voto “sim” e pede para toda a base seguir a orientação “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Como vota o PT?

O SR. CAETANO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT entende que, cada vez mais, o Governo Temer quer subtrair os direitos dos trabalhadores, com a desculpa de que isso vai aquecer e melhorar a economia brasileira, gerar emprego e renda. Não é verdade! Gera-se emprego e renda investindo na produção, criando crédito para a sociedade, para a micro e a pequena empresa.

Não é dessa forma! O Governo Temer parece que está no fim da jornada. Parece fim de feira, querendo liquidar tudo a preço de banana, querendo que os trabalhadores paguem esse pato! Os trabalhadores não vão pagar esse pato!

O PT vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Como vota o PDT?

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós iremos demarcar, mais uma vez, o nosso espaço neste momento difícil que o Brasil está vivendo. Esta Casa poderia — ainda tem a oportunidade de pedir — que o Senado Federal nos respeite e mande para cá o texto que nós enviamos, em abril de 2015, sobre a terceirização. Depois de 18 anos, resgatar um



texto para votá-lo, sem que tenha havido uma profunda discussão é, no mínimo, absurdo.

Nós vamos não só votar “não”, como vamos continuar em processo de obstrução. Esse passo que está sendo dado está equivocado, é um passo que está sendo dado para trás. Achar que o emprego volte a ser gerado e o Brasil volte a crescer simplesmente retirando direitos é um absurdo!

Nós do PDT encaminhamos contra.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Como vota o PCdoB?

A SRA. LUCIANA SANTOS (PCdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos diante de um retrocesso civilizacional. Este País garantiu uma conquista importante aos trabalhadores, ainda na década de 30, quando aprovou os direitos básicos para os trabalhadores terem o mínimo de condições de trabalho. Nós estamos retrocedendo à Idade Média, quando não havia nenhum direito básico garantido ao trabalhador. Ele não tinha direito à Previdência, nem a férias, nem àquilo que sempre foi o mínimo de garantia de qualidade do emprego.

Além de precarizar o trabalho, este projeto cria uma “pejotização”, na medida em que o trabalhador é forçado a se tornar pessoa jurídica.

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Deputada Luiza Erundina, como vota o PSOL?

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, esse projeto é mais uma crueldade do Governo golpista contra os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiras.



A maldade é de tal ordem que, além de uma generalização da privatização, ele atenta contra o direito de greve, que autoriza que empregados em greve possam ser substituídos por trabalhadores temporários.

Sr. Presidente, a Câmara não pode ser conivente com tanto golpe contra os trabalhadores e as trabalhadoras. O PSOL vai entrar em obstrução e exigir que esta Casa ouça as vozes da rua, escute o que o povo está dizendo. O povo não quer essas mudanças que o Governo vem impondo, de forma autoritária, perversa e contrária às conquistas do povo brasileiro!

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. AUREO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Como vota a Rede? *(Pausa.)*

O SR. AUREO (SD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que libere a bancada do Solidariedade. A nossa orientação é para liberar a bancada. *(Manifestação nas galerias: Não, não, não, não à escravidão!)*

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Como vota a Rede? *(Pausa.)*

Como vota o PMB?

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMB vota "não".

Não votamos de acordo com a onda, não votamos de acordo com a conveniência, não votamos de acordo com quem está no Governo. Este foi o nosso posicionamento, em 2015, em relação ao ajuste fiscal.

Votamos contra a terceirização, votamos contra o ajuste fiscal, contra o fator previdenciário, e inclusive fui muito perseguido.



Agora terei o mesmo posicionamento. Votarei contra a terceirização e contra a reforma da Previdência. Não podemos admitir tanta incoerência: quem era contra agora vota a favor; quem era a favor agora vota contra.

Sr. Presidente, o nosso posicionamento é o mesmo: votar em defesa dos trabalhadores. Deixo este registro e assumo esse compromisso com os trabalhadores. Vamos continuar nessa mesma linha. Chega de incoerência!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Como vota a Liderança da Minoria?

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, está ficando claro para as trabalhadoras e para os trabalhadores brasileiros o preço e a fatura do golpe, porque toda a pauta em curso nesta Casa é contra os trabalhadores.

A reforma da Previdência é para restringir direitos. A flexibilização da CLT é para restringir direitos. A terceirização retira direitos e desorganiza o movimento sindical.

É profundamente lamentável que a pauta aqui na Câmara dos Deputados seja única e exclusivamente para retirar direitos dos trabalhadores. Essa pauta é uma maldade contra os trabalhadores brasileiros.

Fica cada vez mais claro que o golpe tinha preço, e esse preço quem está pagando são os trabalhadores brasileiros!

Essa pauta é uma vergonha para aqueles que foram às ruas e agora estão assistindo isso de camarote.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos votar.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Aqueles que forem favoráveis ao requerimento de votação em globo do destaque simples permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O Sr. Beto Mansur, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o requerimento de admissibilidade em globo dos destaques simples.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação.

Como vota a base? (*Pausa.*)

Como vota o Bloco do PP? (*Pausa.*)

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, “não” ao requerimento e toda a base toda “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT? (*Pausa.*)

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores encaminha o voto “sim”, por entender que os trabalhadores estão sendo afetados duramente por mais esse golpe contra a classe trabalhadora.

O Partido dos Trabalhadores diz “não” a essa terceirização geral e irrestrita que atinge não só as atividades-meio, mas também as atividades-fim. “Não” a essa terceirização que atinge inclusive o serviço público e pode atingir fortemente as pessoas que querem fazer concurso! Nós sabemos que o discurso de que ela vai gerar mais empregos é uma verdadeira falácia.

Na verdade, o que nós vemos hoje é, de fato, que os empresários serão os grandes vencedores nessa história.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT? (*Pausa.*)

O SR. AUREO (SD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Solidariedade libera a bancada.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O voto do PT é “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - PT, “não”.

O PDT é “sim”, Deputado?



O SR. JULIÃO AMIN (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT é contra sacrificar o trabalhador brasileiro votando a favor da terceirização. De maneira nenhuma — um partido que é protagonista do direito dos trabalhadores —, podemos permitir agora que esse massacre seja feito contra a classe trabalhadora. Nós não permitimos isso e, de modo algum, concordamos com essa proposta.

Por isso, o nosso partido continua em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

O SR. ORLANDO SILVA - O PCdoB pode encaminhar, Presidente? Recupere o meu tempo de 1 minuto, que é valioso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - V.Exa. estava sumido. Dou 2 minutos para V.Exa., se quiser.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, este momento é muito importante, e a Câmara dos Deputados deve estar atenta ao que se passa.

Em 2015 este Plenário votou a regulamentação do trabalho terceirizado. Nós denunciemos os abusos, conquistamos poucas vitórias — entre elas, a garantia da responsabilidade solidária das empresas que contratam a terceirização.

Neste momento, ao votar essa matéria, a Câmara dos Deputados está autorizando o Poder Executivo a decidir qual será a regra da terceirização. Ele vai pegar o que há de pior no PL 4.330 e consolidar uma norma da terceirização que vai precarizar enormemente a realidade do mundo do trabalho.

Por isso, Sr. Presidente, eu faço um apelo aos nossos colegas: digamos “não” à terceirização! “Não” à retirada dos direitos dos trabalhadores! Certamente, os



trabalhadores e trabalhadoras do Brasil não vão se esquecer daqueles que golpearem os seus direitos aprovando esse Projeto de Lei nº 4.302.

“Não” à terceirização!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA - Sras. e Srs. Deputados...

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, nós estamos sendo induzidos ao erro, porque o painel apresentava outro tipo de votação.

Agora, neste painel está a admissibilidade do destaque simples, à qual o PT vota “sim”.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PCdoB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL, Deputado Glauber Braga?

O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, eu peço que seja recomposto o meu tempo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Será recomposto. Fique tranquilo, Deputado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sras. e Srs. Deputados, esta Casa está brincando com fogo.

Há demonstração clara de que os brasileiros não aceitarão que votemos uma reforma como a da Previdência, e V.Exas. já entenderam isso, mas esta proposta que está em votação no dia de hoje é tão prejudicial quanto a reforma da Previdência, porque aqui não estamos tratando de garantir direitos de quem já é terceirizado.



Trata-se de terceirizar toda e qualquer atividade do mundo do trabalho, precarizando as relações de trabalho, diminuindo rendimento, retirando direitos dos trabalhadores. E isso nós não podemos aceitar.

Quem votar a favor desse projeto com certeza vai ser cobrado nas ruas.

O PSOL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PSOL está em obstrução.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para ficar claro para o Plenário, quero registrar que o acordo proposto nós aceitamos.

O Líder José Guimarães há pouco estava conosco. Fomos até aí para deixar claro que nós vamos votar o mérito de forma nominal. Nós vamos ter duas votações nominais em razão de termos a aprovação do substitutivo e a rejeição às emendas do texto principal do mérito. Então, nós vamos ter duas votações nominais e, posteriormente, os 7 destaques serão votados simbolicamente, sem obstrução.

Então, só para ficar claro...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente...

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMB vota contra a terceirização. Vamos votar contra a reforma da Previdência.

O nosso posicionamento é o mesmo, independentemente de quem esteja no poder, de quem esteja no Governo. Não agimos de acordo com a onda, não. Em 2015 o nosso posicionamento foi esse e, inclusive, fui muito perseguido no meu



partido, e votei de acordo com os trabalhadores. Agora vou votar do mesmo jeito, da mesma maneira.

O que muito nos estranha é a incoerência total. Aqueles que votavam a favor, porque estavam no Governo, hoje votam contra; aqueles que eram contra hoje estão no Governo e votam a favor. Isso é incoerência total!

A nossa linha é a mesma: em defesa dos trabalhadores, em defesa dos servidores, contra a terceirização e a precarização dos serviços.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, 1 minuto, por favor.

Sr. Presidente, eu já vi de tudo nesta Casa, mas hoje estou presenciando aqui a ditadura da base do Governo.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar! Vamos votar!

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente, o que estamos votando ali é a admissibilidade dos destaques, ou seja, é o direito de a Oposição apresentar emenda.

Eles nem sequer querem nos dar esse direito. Querem atropelar. Observem que os únicos partidos que votaram "sim" ali foram o PT e o PMB; os demais, obstrução. E o Governo, para atropelar, quer nos proibir de colocar emendas.

É verdade! É verdade!

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar! Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, V.Exa. é muito inteligente para fazer esse tipo de questionamento.

Nós estamos votando a admissibilidade dos destaques simples.



O SR. SILVIO COSTA - Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Os destaques de bancada serão votados, Deputado. Sempre foi assim.

O SR. SILVIO COSTA - Sim. Não.

V.Exa. também é muito inteligente e quer usar o rolo compressor.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Deputado Silvio, vamos votar!

O SR. SILVIO COSTA - V.Exa. está tirando o direito legítimo.

O Parlamentar tem o direito de apresentar emenda, e V.Exas. querem tirar. Esta é a verdade. É o rolo compressor.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Brasileiros e brasileiras, esta votação de hoje é uma marca profunda do que está significando para o nosso País o golpe parlamentar organizado para levar Temer ao Governo. Nós estamos aqui presenciando o maior ataque das últimas décadas contra a Consolidação das Leis do Trabalho — CLT.

Essa terceirização é a precarização que quer colocar milhões de trabalhadores que hoje têm um emprego direto nas empresas, com todas as garantias legais, na disputa por um emprego terceirizado, precário e com perda de direitos.

Nós vamos resistir. O voto da Minoria é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria? “Não” ou “sim”, Deputado?

O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, a este requerimento, votamos “sim” e votamos “não” ao projeto que precariza e rasga parte da Consolidação das Leis Trabalhistas do Brasil.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Estão inadmitidos todos os destaques simples.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Mérito.

Em votação os dispositivos do Substitutivo do Senado Federal, com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.

Supressão do § 2º do art. 9º da Lei nº 6.019, de 1974, constante do art. 2º do texto da Câmara dos Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco do PP vota “sim” e pede também que a bancada do Governo oriente seus Deputados a votarem “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB, Deputado Rogério Marinho?

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós votamos “sim” e queremos dizer que não aguentamos mais escutar as pessoas mentindo em relação à perda de direitos, prestando um desserviço à sociedade.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar! Vamos votar!

O SR. ROGÉRIO MARINHO - Os direitos estão no art. 7º da Constituição.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Chega de chiar e vamos votar!

O SR. ROGÉRIO MARINHO - Essa é uma lei ordinária!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vamos entender a votação.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nós estamos votando o parecer pela rejeição.

Em votação os dispositivos do Substitutivo do Senado Federal, com parecer pela rejeição.

O SR. ROGÉRIO MARINHO - “Sim”, pela rejeição, Sr. Presidente. “Sim”, pela rejeição.



O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, trata-se das mudanças que o Relator fez em relação ao projeto que veio do Senado, certo?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É isso. Está certo.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Ele está aceitando... Aliás, ele está rejeitando...
(Pausa.)

Sr. Presidente! É uma dúvida. Ele está rejeitando uma parte do texto que veio do Senado e mantendo o da Câmara. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Ele está fazendo a supressão do § 2º do art. 9º da Lei nº 6.019, de 1974, constante do art. 2º do texto da Câmara.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos votando “sim” pela rejeição?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Quem votar “sim” fará manter a supressão; quem votar “não” fará retornar ao texto da Câmara.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem. Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem. A orientação não está correta.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quem votar “sim” acompanhará o Relator.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Este é o problema da confusão. Não sabe nem o que está votando.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A base do Governo deve votar “não”, e não “sim”. A base do Governo deve votar “não”.



O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Quem vota “sim” está acompanhando o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não.

O SR. NILSON LEITÃO - Então, nós votamos “não”.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Houve uma alteração no encaminhamento do painel, Sr. Presidente. Então, a
orientação, em vez de “sim”, neste caso, é “não”.

O Bloco do PP vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Carlos
Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, parece-me que o que estamos votando é a questão da anistia às
multas dos empresários por terem terceirizado irregularmente, por terem feito
trabalho temporário irregularmente. Parece-me que o Relator propôs a retirada
desse dispositivo que foi acrescentado pelo Senado.

Então, eu gostaria do esclarecimento do Relator, porque nós não vamos votar
a favor de anistia a quem prejudicou o trabalhador brasileiro! (*Manifestação no
plenário.*)

O SR. NILSON LEITÃO - V.Exas. não vão votar nada! V.Exas. não vão votar
nada!

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar! Vamos votar!

O SR. NILSON LEITÃO - V.Exas. não vão votar nada! A onda de V.Exas.
aqui, hoje, é fazer a festa, dizendo que estão com o trabalhador. V.Exas. não vão
votar nada! Nós é que vamos votar.



O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar! Vamos votar!

A SRA. ALICE PORTUGAL - Não sabe o que está votando! Não sabe o que está votando!

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar! Encaminhe a votação!

A SRA. ALICE PORTUGAL - Estão prejudicando os trabalhadores brasileiros. V.Exas. querem conceder anistia aos débitos trabalhistas! Isso é um absurdo!

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar!

O SR. NILSON LEITÃO - Hoje é dia de V.Exas. voltarem ao *habitat* natural do PT: o caos.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Quem votar “não” votará com o Relator e fará voltar o texto da Câmara.

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco do PP vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Bloco do PP vota “não”.

Como vota o PMDB?

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota “não”, por entender que esta matéria já está amadurecida. O Relator retirou a parte ruim que foi construída pelo Senado. Não haverá anistia.

E agora, sim, vamos acabar com a precarização que existe hoje no País. Agora, finalmente, os terceirizados vão ter uma legislação, que está sendo construída aqui na Câmara no dia de hoje.



Por isso o PMDB vota “não”.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A base vota “não”.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Fale, Deputado Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como eu disse aqui, nós somos totalmente contrários a essa anistia a quem prejudicou o trabalhador, a quem utilizou...

O SR. ARTHUR LIRA - Não há anistia. Não há anistia.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - A base vota “não”. A base todinha vota “não”.

O SR. CARLOS ZARATTINI - ... de quem utilizou esse subterfúgio para prejudicar o trabalhador.

Por isso nós vamos concordar com o Relator. Não obstante isso, como nós rejeitamos esse projeto como um todo, nós vamos marcar “obstrução”.

O SR. ARTHUR LIRA - Se votasse “sim”, estava votando pela anistia, Deputado Zarattini.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vai marcar “obstrução” e registra novamente neste plenário o atentado que está sendo feito aqui contra o trabalhador brasileiro.

É um desrespeito total, Sr. Presidente. É um desrespeito total à base do Governo, a este Plenário e a esta própria Legislatura.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar, Sr. Presidente!



O SR. WEVERTON ROCHA - Como é que está instalada uma Comissão para tratar da reforma trabalhista aqui dentro da Casa, e aí vem, de uma hora para outra, açodadamente, um texto para cá, para se aprovar não apenas uma terceirização, e sim uma reforma trabalhista?

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Não tem que enrolar. Vamos votar!

O SR. WEVERTON ROCHA - O que está aí no texto vai simplesmente atropelar de vez os nossos trabalhadores brasileiros.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Chega de enrolar! Vamos votar!

O SR. WEVERTON ROCHA - É um absurdo a forma como está sendo tocada essa votação. Temos que aqui resistir e dizer: lamentável!

Nós não olhamos mais o pato instalado lá na porta da FIESP, e muito menos na porta do Congresso. Sabem por quê? Porque o pato agora foi para a casa do trabalhador. É ele quem vai pagar a conta.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar! Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, tem um problema regimental aqui.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Tem não! Vamos votar!

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro é necessário dizer que a base do Governo está perdida. Não sabe o que está votando, nem o grau de prejuízo que está impondo com este projeto ao mundo do trabalho no Brasil. Ela está indo na contramão do mundo inteiro. A Espanha, em 2002, voltou a privilegiar o emprego fixo em contrapartida ao temporário.



Nós somos contra a anistia aos devedores de débitos trabalhistas. Nós somos contra o projeto. Por isso vamos obstruir, porque é o ruim contra o péssimo. Vamos obstruir.

O PCdoB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, é muito importante acompanhar o que está acontecendo na Câmara dos Deputados neste momento. O Governo e a turma de Temer quiseram colocar goela abaixo da população brasileira uma reforma da Previdência. Sentiram que não iriam conseguir, e agora estão tentando aprovar um projeto que é tão danoso quanto a reforma da Previdência, aproveitando-se de que a maioria dos brasileiros ainda não teve acesso a este texto.

É a precarização das relações de trabalho. É terceirizar, é quarteirizar. É terceirizar tudo aquilo que seja possível.

O PSOL continua em obstrução, porque não quer votar esta matéria.

Obstrução!

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente, peço a palavra pela Minoria!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria?

O SR. ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é bom que o povo brasileiro fique atento...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sr. Deputado, vamos na ordem aqui.

Como vota a Minoria?



O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de a Minoria declarar o voto, quero dizer que este é um momento histórico.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA - Eu me lembro de que, no episódio em que derrubaram a Presidente Dilma, aquele pato de São Paulo, o Skaf, Presidente da FIESP, que é um ditador, que mudou o regimento da FIESP para favorecer o seu poder, pagou jornais do Brasil inteiro para ameaçar Deputados que eram contra o *impeachment*.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Chega, Deputado Silvio Costa! Vamos votar!

O SR. SILVIO COSTA - Agora ele está na lista da Odebrecht. Ele recebeu propina da Odebrecht. Ele era paladino da ética. Esse Skaf agora vai ter que mostrar ao Brasil quem pagou aqueles anúncios contra os Deputados.

Paulo Skaf, explique-se. Você não tinha moral para agredir a Presidente Dilma.

A Minoria opta pela obstrução.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB entra em obstrução. Nosso posicionamento é totalmente claro. Nós somos contra a terceirização e a precarização do trabalho.

Já está mais do que comprovado que grande parte das mortes — vou dar o exemplo da CEMIG, em Minas Gerais — é de trabalhadores terceirizados.



Esse projeto é nocivo ao conjunto dos trabalhadores brasileiros. Da mesma forma, a reforma da Previdência.

O nosso posicionamento é único. Nós tivemos esse mesmo posicionamento em 2015 e, independentemente de Governo, estamos mantendo a coerência agora. O Plenário mudou: quem era contra hoje é a favor; quem era a favor é contra. Isso é falta de coerência. O nosso posicionamento é o mesmo: contra a terceirização e contra a reforma da Previdência.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.



O SR. JOÃO DERLY (Rede-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Rede está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Rede, em obstrução.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT está em obstrução, Sr. Presidente, porque não aceita votar esse projeto que retira direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Esse projeto, Sr. Presidente, já estava morto. Esse projeto jamais poderia ter sido ressuscitado, é um projeto que tira direitos de trabalhadores e de trabalhadoras. Nós temos uma reforma trabalhista sendo debatida nesta Casa, e, durante a discussão da reforma trabalhista, surge um projeto que já nem existia mais. É colocado na pauta esse projeto de 1998, da época do Governo Fernando Henrique, que pretende precarizar as relações de trabalho, que prejudica a classe trabalhadora e que tira trabalhadores e trabalhadoras dos seus empregos.

É por isto que nós estamos aqui: para derrotar este projeto e para derrotar este Governo golpista de Michel Temer.

O SR. NILSON LEITÃO - Peço tempo de Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Prorrogo a sessão por 1 hora.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, só para esclarecer, porque há dúvidas na Internet: esse não é o pato da FIESP e do *impeachment*, aquele pato grande, que, pelo visto, não se alimentava de milho, mas de dinheiro espúrio. Esses patinhos simpáticos aqui são um símbolo antipático, na verdade. Patos antipáticos, porque não devoram milho, mas direitos. A política também se move por esses símbolos que precisam ser explicados.



O SR. CABO DACIOLO (Bloco/PTdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Cabo Daciolo em obstrução, Sr. Presidente, contra a terceirização.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está com a palavra o Deputado Nilson Leitão, pela Liderança do PSDB.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, fico um pouco preocupado, mas, ao mesmo tempo, feliz. Fico preocupado porque continua o mesmo discurso atrasado, do retrocesso, que levara o Brasil ao caos em que se encontrou há pouco tempo.

Fico feliz de ver a alegria dos meus colegas petistas que puderam voltar aos seus *status quo*, puderam voltar ao seu início, ao seu começo. Nos piquetes, criaram sindicatos, falaram que defendiam o trabalhador. Ficaram 13 anos no mandato, mas o que deram ao trabalhador no final? Deram milhões de desempregos. Não foram 1 nem 2 milhões, foram mais de 15 milhões de desempregados. Este foi o presente que o PT, que diz que defende o trabalhador, deu em seu mandato.

Deu também ao trabalhador uma inflação de dois dígitos, mais de 10%, comendo o dinheiro do trabalhador todo o dia, todo o mês, toda a hora. Se alguém enganou o trabalhador brasileiro neste País foi justamente o Partido dos Trabalhadores.

Olhem só o que este Partido fez com o nosso País e com a classe trabalhadora. Agora se sente novamente com brilho nos olhos, com sangue nos olhos e diz: *“Vamos agora gritar contra essa lei”*.

Vamos gritar contra essa lei? A Lei da Terceirização? A Lei da Terceirização é ruim mesmo, é ruim para a Venezuela, é ruim para a Bolívia, mas a Colômbia tem, o Peru tem, a Alemanha tem, a Bulgária tem, a Romênia tem. Os países que ajudam a



bancar muitas ONGs que sustentam a fala dos trabalhadores que estão aqui, que são deste partido, têm a terceirização.

Vocês usam dinheiro de muitos países dentro das ONGs que vocês também ocupam. Aí, serve para vocês.

A terceirização não está diminuindo a qualidade do trabalhador. Está dando alternativa ao emprego de um país. Há mais de 10 milhões de empregados na área rural trabalhando na informalidade, porque não existe uma lei brasileira que consiga encaixá-los naquele perfil, principalmente aqueles sazonais, aqueles que trabalham por um período. E isso afeta também a Previdência, porque eles também não recolhem imposto, porque eles estão na informalidade. Trabalham 4 meses em uma propriedade, 3 meses em outra propriedade, 2 meses em outra propriedade.

O que é importante esta noite é separar o joio do trigo, é perceber que o que o Partido dos Trabalhadores está fazendo aqui hoje é novamente um grande palanque, como fez quando era Oposição, como continuou fazendo quando era Governo. Mas não fez a modernização de que o Brasil precisava.

Nós vamos enfrentar, sim, esse palanque fajuto, barato, que vai servir, sim, para uma coisa, para ressuscitar vários Deputados que estavam encerrando suas carreiras, graças ao *impeachment*, que estavam afundando junto com a história do PT e que estão ressuscitando para poderem falar ao público que usaram como escada para chegarem aonde chegaram, mas, depois, deram uma banana a esses trabalhadores durante todo esse tempo.

A única coisa que mantiveram foram alguns currais, como estão aí, alguns que recebem dinheiro público ou recebem dinheiro de trabalhadores, para se



manterem fazendo piquete. Mas não melhorou a vida deles, não melhorou a vida deles.

Acabaram de usar a palavra covarde contra nós que estamos votando a favor da terceirização. Covardes são aqueles que enganaram o pequeno, a minoria e tornaram sua vida muito pior quando tiveram a oportunidade de governar este País.

A maior covardia é o desemprego. E eles no Governo conseguiram bater o recorde de desemprego da história do Brasil. Bateram o recorde da inflação e dos juros na nossa história recente. Faliram o País. E agora querem aqui apontar o dedo para quem?

A terceirização é benéfica, é necessária. Ela é uma alternativa para empregar, para qualificar, acima de tudo, para incluir. É mais do que um projeto, é uma inclusão social no momento que o Brasil atravessa de crise de desemprego.

Não continuem mentindo para a população brasileira. Eu sempre digo que, se fosse separar em itens, o maior problema do PT no Governo pode ter sido a corrupção, que perde para a mentira. Mentiram, mentiram, mentiram. E agora estão do outro lado do balcão, mentindo para a sociedade brasileira. Mas ela já não acredita mais. Estão falando para eles mesmos. O máximo que estão alcançando é um público já convertido. Não enganam mais a sociedade brasileira, que acreditou neles no passado. Essa não enganam mais. A terceirização é uma necessidade, e eles sabem disso.

Muitos Ministros que estavam no Governo Dilma eram a favor da terceirização. Mas eles não querem discutir o projeto. Não querem fazer palanque para tentar se salvar, em 2018, do naufrágio no qual afundaram em 2016.
(Manifestação nas galerias.)



O SR. PAULO HENRIQUE LUSTOSA (Bloco/PP-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Paulo Henrique Lustosa votou com o PT na votação passada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Todos votaram? *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Damião Feliciano.

O SR. DAMIÃO FELICIANO (PDT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria afirmar que o direito do trabalhador não pode ser manchado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, questão de ordem!

O SR. DAMIÃO FELICIANO - O direito do trabalhador é uma conquista de muito tempo, de muitos anos.

O SR. NILSON LEITÃO - Só quero lembrar que essa boiazinha aí é para salvar o PT do naufrágio em 2018! *(Manifestação nas galerias: Golpista! Golpista! Golpista!)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Nilson, o Deputado está falando.

Está com a palavra o Deputado Damião Feliciano.

O SR. DAMIÃO FELICIANO - Nós não podemos, Sr. Presidente, neste plenário, deixar que as conquistas do trabalhador, de tanto tempo, possam ser hoje retiradas.

Nós do PDT somos favoráveis a que o trabalhador continue com os direitos que foram adquiridos. Nós devemos sim trabalhar para que este Parlamento possa dar uma resposta direta ao trabalhador brasileiro.



Nós somos contra qualquer coisa que massacre o trabalhador. Nós somos contra aquilo que tira direito do trabalhador brasileiro. Nós sabemos que isso é uma conquista. Tantas coisas que foram...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, peço um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Peço que conclua, Deputado Damião.

O SR. DAMIÃO FELICIANO - Por isso, nós do PDT votamos a favor do trabalhador, contra a reforma que aí está.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria uma orientação. É emenda supressiva ao texto do Senado?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não, é emenda supressiva ao texto da Câmara. O Senado suprimiu o texto da Câmara. O Relator quer devolver o texto da Câmara ao projeto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, é “sim” ao texto?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Quem votar “não” vota “não” à supressão do Senado...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - E vota “sim” ao texto da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - ...e vota “sim” ao texto da Câmara.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - É a volta do texto da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É a volta do texto da Câmara.



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem votar “não” vai trazer de volta o texto da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, é emenda supressiva ao texto do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - O.k.

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pois não, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acabei de ficar numa situação regimental inusitada. No meu partido não cabe obstrução, e eu faço oposição a este Governo. Se eu registrar “não”, eu estarei concordando com este Governo, com o qual não vou concordar nunca; se eu registrar “sim”, eu estarei concordando com a anistia. Situação inusitada!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não, não, este texto não tem nada a ver com anistia.

O SR. SILVIO COSTA - O texto passado tem. É o passado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não, não, não, este texto trata do § 2º...

O SR. SILVIO COSTA - É o texto passado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não, não, não. Diz o texto que “o contrato de trabalho temporário pode versar sobre o desenvolvimento de atividades-



meio e atividades-fim a serem executadas na empresa tomadora de serviços". Esse é o texto da Câmara.

O SR. SILVIO COSTA - Qual é o texto que fala da anistia?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O texto que fala da anistia vai ser o próximo, certamente.

O SR. SILVIO COSTA - Então, a assessoria aqui cometeu um gol contra...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Desculpe-me, a anistia foi declarada inconstitucional pelo Relator.

O SR. SILVIO COSTA - Ah! Muito bem. O.k.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o que volta, então, para o texto?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - *"O contrato de trabalho temporário pode versar sobre o desenvolvimento de atividades-meio e atividades-fim a serem executadas na empresa tomadora de serviços"*.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Como eu não posso me declarar em obstrução, vou registrar "abstenção".

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, por um erro, eu acabei registrando o voto "sim", e é impossível passar do "sim" para "obstrução".

Então, eu gostaria que ficasse registrado na ata que estou em obstrução, junto com o meu partido, apesar do equívoco que cometi no momento de digitar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Ficará registrado que a Deputada Maria do Rosário está em obstrução.

(Pausa prolongada.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira, que falará pela Liderança do PMDB. *(Pausa.)*

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Presidente Rodrigo, posso usar a palavra por 1 minuto? V.Exa. vai encerrar já ou não?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado Mauro Pereira vai falar como Líder.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, colegas Deputados e Deputadas, a verdade é uma só. Em nosso País, estamos vivendo um momento em que os nossos concorrentes são, sem sombra de dúvida, os melhores do mundo. Hoje, é normal os nossos empresários estarem debatendo, discutindo e disputando o mercado com a China, com a Alemanha, com os Estados Unidos e com outros países. Tudo isso é uma realidade. Os nossos empresários, os nossos empreendedores estão vivendo este momento difícil da economia porque o Governo Michel Temer, nós assumimos o País em plena recessão, infelizmente, que ainda continua, com mais de 12 milhões de desempregados. Além disso, a legislação não facilita em nada o dia a dia do trabalhador e muito menos o do empregador.

Nós, como Deputados, temos a responsabilidade de fazer com que esses 13 milhões de desempregados tenham uma esperança. É lógico que nós precisamos sim votar com consciência. Precisamos votar pelo bem do nosso País, para fazer com que o Brasil gere empregos. Para gerar empregos, nós teremos que dar segurança jurídica aos empreendedores.

A Justiça do Trabalho está abarrotada de processos. Ela não dá conta de julgar tantos processos. Por que existem tantos processos? Porque a legislação é



falha no que se refere à terceirização. Hoje, quando a empresa terceirizada não paga os direitos dos trabalhadores, é normal que a empresa que contratou essa terceirizada lave as mãos.

O que nós vamos fazer aqui é dar àquele que entrar para trabalhar numa empresa terceirizada a tranquilidade, a certeza de que ele vai receber o seu salário, vai receber os seus direitos. Por que ele vai ter essa certeza? Porque o empreendedor, o contratante, caso haja algum problema com essa terceirizada, vai ser sim solidário em relação a esses problemas.

Há diversas pessoas que trabalham durante a semana e, no final de semana, trabalham também especialmente na área de bares, restaurantes, comércio e serviços. Vão poder fazer seu trabalho com dignidade.

Se nós formos observar um edifício que está sendo construído, se formos observar o que acontece nesse prédio até ele ficar pronto, vamos ver que tudo é praticamente terceirizado. Isso acontece na hora da colocação do concreto, na hora da colocação das barras de ferro, na hora da instalação das janelas, na hora da instalação hidráulica, na hora da instalação elétrica, na hora da colocação do reboco, na hora da realização da pintura. Em relação a tudo isso existe terceirização.

O que nós vamos fazer aqui é regulamentar, vamos dar segurança aos os trabalhadores e tranquilidade a quem quer gerar emprego.

Nós temos hoje um inimigo, no bom sentido. É o Paraguai. Na minha cidade de Caxias do Sul, por exemplo, no interior do Estado, paraguaios estão oferecendo terrenos em seu país, estão oferecendo legislação boa, para levar as indústrias para



o Paraguai. Nós estamos perdendo milhares de empregos. Estão indo para o Paraguai. Não podemos deixar que isso aconteça.

O Governo Michel Temer, um governo de coalizão, um governo de diversos partidos, um governo democrático, já começou sim a recuperar a economia. Em 8 meses de governo, nós deixamos de ser um País desacreditado. Estava sem crédito nenhum. Hoje, já observamos redução da inflação, redução dos juros, e os empreendedores estão de olho no nosso País.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que amanhã, depois que aprovamos essa terceirização, os números da Bolsa de Valores vão subir. (*Manifestações nas galerias.*) Sim, os investidores precisam ter segurança jurídica. É isso que nós vamos fazer, é isso que nós estamos oferecendo para o mundo.

Nós estamos oferecendo para o mundo um País para frente, com uma legislação boa, que vai facilitar a geração de empregos. Nós temos que achar a solução para os 13 milhões de desempregados deixados aí pelo Governo Dilma e pelos partidos que o apoiaram, e a solução está na legislação. É isso que nós Deputados comprometidos com o País, que querem o melhor para o seu povo, que querem que as coisas realmente aconteçam, estamos fazendo aqui hoje.

Nós vamos votar “sim”, vamos aprovar o projeto, porque nós somos brasileiros e queremos o melhor para o nosso povo.

Nós queremos empregos. Temos que empregar as pessoas que estão desempregadas. Temos que consertar aquilo que o PT estragou. O PT acabou com as finanças públicas deste País, acabou com nosso sonho. Agora nós estamos retomando o crescimento. Vamos retomá-lo porque contamos sim Deputados e Deputadas comprometidos com o nosso País. (*Manifestação nas galerias.*)



Eu quero, Sr. Presidente, por fim, parabenizar os servidores do Ministério da Agricultura, o Presidente Michel Temer, V.Exa., todo o grupo. Por quê? Porque nós estamos numa missão muito importante. O Ministro Blairo Maggi quer recuperar a imagem que foi, infelizmente, arranhada por esse problema que ocorreu com a carne. *(Manifestação nas galerias.)*

Nós temos que valorizar os nossos Ministros, o Ministro Blairo Maggi, o Ministro Osmar Serraglio. Por quê? Porque, no Brasil, o setor do agronegócio gera 6 milhões de empregos. De domingo para cá, houve um momento muito triste. E nós temos que dizer aos nossos Ministros e aos mais de 11 mil fiscais sanitários do Ministério da Agricultura que continuem fazendo o trabalho deles.

Juntamente com o Ministério Público e com a Polícia Federal, nós vamos sim recuperar a imagem do nosso País e fazer com que as exportações sejam retomadas, para gerar os empregos nos Estados exportadores.

Parabéns a todos os Deputados e Deputadas que gostam do povo brasileiro!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. *(Manifestação nas galerias: Golpista! Golpista!)*



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Maria do Rosário.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só um esclarecimento: esse texto prevê anistia a multas ou não?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não. A anistia foi declarada inconstitucional, Deputado.

O SR. ARNALDO JORDY - Está bem.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero deixar registrado que, na nossa perspectiva, nenhum novo emprego será gerado, nenhum novo posto de trabalho será gerado com a aprovação desse projeto.

O que ocorre é que aquele trabalhador que está, neste momento, empregado na indústria, no comércio, na construção civil, que luta para manter o seu emprego, provavelmente, vai perdê-lo e, talvez, vir a ser recontratado com menos ou com nenhum direito trabalhista.

Um colega me perguntou por que ou como esse projeto acaba com o 13º. Trata-se, de um lado, da terceirização na atividade-fim e, de outro, Deputados, da “pejotização”. A pessoa jurídica, que agora será contratada como tal, não terá 13º. Deixa de haver uma relação trabalhista nos marcos da legislação trabalhista. A regulação passa a ser feita por uma legislação civil de contratos. Não haverá férias ou 13º; não haverá proteção ao trabalho insalubre ou ao trabalho noturno. Tudo isso deixa de existir para um profissional contratado como pessoa jurídica. O terceirizado estará sendo massacrado.

Por isso, não embarque nessa canoa. Isso não gera emprego.



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, enquanto V.Exa. não encerra, posso fazer um registro?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode, é claro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Eu queria deixar registrada aqui a nossa preocupação com o que foi formalizado ontem em relação à reforma da Previdência. Na verdade, não houve nenhum documento oficial do Governo no sentido de que será retirada parte da reforma da Previdência, apenas uma informação do Presidente da Comissão, Carlos Marun, dizendo que, nessa reforma da Previdência, não estarão mais os servidores estaduais e os servidores municipais. Não houve a formalização dessa condição.

Portanto, no momento em que estamos fazendo essa grande discussão, nós queremos também definir qual texto será efetivamente suprimido para que nós possamos, durante o processo de votação, encontrar as alternativas a essa alteração feita em razão de uma alteração que foi informada à Casa, mas não foi formalizada até agora.

Eu acho, Sr. Presidente, que, regimentalmente, há a necessidade de uma comunicação à Casa da alteração da proposta original, porque o art. 40 engloba todo o funcionalismo (federal, estadual e municipal), de modo que não se pode seccioná-lo a não ser que venha uma proposta estabelecendo essa condição. Se nós que éramos contra a reforma temos dificuldades de entender, imaginem aqueles que eram da base e que certamente ficaram muito mais confusos ainda com essa modificação.



Queremos também reclamar que não está alterado aquilo que diz respeito ao BPC — Benefício de Prestação Continuada, que poderá ser, segundo a proposta, menor do que um salário mínimo; ao trabalhador rural, que vai para 65 anos; e à mulher, que continua com o mesmo tempo de idade do que o homem, uma situação totalmente desvantajosa para a mulher, que tem a chamada dupla jornada de trabalho, que trabalha fora, trabalha em casa, cuida dos filhos, e, portanto, tem que ter um tratamento diferenciado. Esta proposta suprime essa condição.

Além disso, Sr. Presidente, faz-se a maior injustiça com as professoras, que tinham uma fórmula diferente de cálculo e perdem essa fórmula. Em um país que precisa de educação, desprestigiar as professoras é uma coisa totalmente ilógica.

Além disso, também há o prejuízo das aposentadorias de atividades com insalubridade, penosidade e periculosidade, que não são devidamente tratadas nesta PEC.

Portanto, nós queremos saber qual é a proposta oficial ou apresentada pelo Executivo no sentido de mudar essa proposta, para que possamos fazer as devidas correções, as devidas atualizações.

Sem dúvida nenhuma, essa é uma grande preocupação dos trabalhadores brasileiros, porque, mantida a fórmula original, sem as regras de transição, terão que trabalhar 49 anos.

Obrigado, Presidente.

O SR. RONALDO FONSECA (Bloco/PROS-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero apenas justificar o meu voto. Eu estou votando “abstenção”, porque entendo que, se eu votar “não”, estarei rejeitando o que veio do Senado. Mas nós vamos ter a oportunidade de votar novamente quando discutirmos



o voto do Relator. De qualquer forma, votando “não” agora ou também votando “não” depois, no parecer do Relator, nós estamos voltando com o texto que foi aprovado aqui. E não é o texto do PL 4.330. O PL 4.330, no art. 2º, diz que as disposições da lei não se aplicam aos contratos de terceirização no âmbito da administração pública. É isso o que eu quero, por isso votei o PL 4.330.

Por não ter essa opção, eu quero justificar o meu voto e vou votar pela abstenção, porque, aí sim, eu não vou prejudicar os concursos públicos, não vou prejudicar a terceirização no concurso público.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Marcos Reategui.

O SR. MARCOS REATEGUI (PSD-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero nesta oportunidade anunciar para o Norte — para a Amazônia e, em especial, para o meu Amapá — que nos próximos dias será lançado um satélite que tirará do isolamento o povo da minha região e, em especial, do Amapá. Nós teremos um grande avanço nesse aspecto, tanto do ponto de vista da ciência e tecnologia, como do das comunicações.

Aquele espaço imenso é preenchido por brasileiros que garantem a soberania e a autoridade do Brasil e que terão a facilidade de contatar, de forma direta, os seus parentes, tanto de um ponto do Amapá para o outro, como também para outros Estados, para o resto do Brasil e para o mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu considero fundamental o esclarecimento do Relator quanto à redação final, porque, até do ponto de vista da técnica legislativa, o resultante dessa



alteração — de que V.Exa. inclusive disse a respeito, e ele considera — é a multa. E é bom que este parágrafo que o Relator está resgatando, que diz respeito a assumir a possibilidade da atividade-fim, desconstruir inteiramente toda a estrutura produtiva, se relacione ao item que se refere à multa contratual. V.Exa. diz que ele não acatou isso e considerou inconstitucional.

Então, eu acho que nós estamos cometendo um crime contra os direitos dos trabalhadores, desorganizando a técnica de produção, e, sobretudo, criando uma confusão legal que, graças a Deus, levaremos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é importante informar àqueles que estão assistindo a esta votação que foram ditas aqui várias coisas que não tem nenhum respaldo na legalidade. Eu fiz em vários momentos aqui um questionamento ao Plenário, e àqueles que são contrários a essa lei: em que país há essa distinção entre atividade-fim e atividade-meio?

Quando se fala em voltar ao passado e voltar a uma era tenebrosa, na verdade, nós, hoje, estamos dando um passo na direção contrária, na direção da luz, na direção da civilização, na direção de termos finalmente condições ideais para termos produtividade e crescimento econômico. Então, é importante dizer que aqueles que estão querendo desinformar com mentiras reiteradas precisam entender que a verdade é esta.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Jordy, V.Exa. tem a palavra primeiro.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação de 2015, ficou muito nítido aqui o debate. Nós aprovamos, no § 2º do art. 1º, a vedação da lei aos contratos de terceirização no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O Senado retirou isso e, portanto, permitiu que essa terceirização seja feita em relação àquilo que nós tínhamos votado contra nesta Casa. Portanto, votar nesse texto significa revogar o que nós tínhamos aprovado aqui. O nosso posicionamento é contrário.

Então, nesta votação, o PPS libera a bancada e orienta a obstrução, porque há voto divergente na bancada. Abstenção.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Molon, tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero justificar meu voto pela obstrução.

A medida que se quer aprovar aqui na Casa, de liberar a terceirização, ao contrário do que foi dito há pouco por um colega, não é moderna. Essa é uma medida que vai fazer com que as pessoas trabalhem em condições que, felizmente, nós superamos há décadas no Brasil. O próximo passo, depois da terceirização, é obrigar as pessoas a se transformarem em empresas, em pessoas jurídicas. É a chamada “pejotização”, que não dá direito a férias, a 13º salário, a licença-maternidade, entre outras coisas.



Portanto, não é uma medida que leva o Brasil para o futuro. Ao contrário, é uma medida que leva o Brasil para o passado, porque vai retirar de nós direitos duramente conquistados, depois de décadas de lutas.

Por isso, obstruo agora e vou votar contra o texto principal.

“Não” à terceirização, Sr. Presidente. *(Manifestação nas galerias: Não, não, não, não à terceirização! Não, não, não, não à terceirização!)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado José Airton Cirilo.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria também manifestar a posição da bancada do Partido dos Trabalhadores contra esta matéria.

Esta matéria, com a importância que tem para os trabalhadores, para o setor público, para o setor privado, necessariamente tinha que ter um debate muito mais profundo, mais qualificado, envolvendo todos os segmentos da sociedade para se construir uma proposta de consenso, uma proposta que tivesse o conteúdo que ela exige.

Nós discordamos que esta matéria seja aprovada hoje, porque, da forma que está apresentada, é extremamente prejudicial aos trabalhadores, mesmo aos trabalhadores do setor público. Esta matéria não define inclusive o papel dos trabalhadores nas atividades-fins. Precisamos regulamentá-la, porque, caso contrário, tudo pode ser feito da forma como a matéria está sendo votada.

Por isso, nós vamos ser contra e acompanhar a bancada do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero informar aos colegas Deputados que a terceirização na agricultura já é uma realidade. Na região do Centro-Oeste, do Mato Grosso, ninguém compra uma máquina de 1 milhão de reais para colher em 50, 100 hectares, contratam os serviços. Isso é regra geral na agricultura.

Em Santa Catarina também, os pequenos agricultores não compram um trator para trabalhar em 10, 12 hectares, eles terceirizam para preparar o feno, para plantar, para colher. Isso já é uma realidade.

Não vamos tirar das pessoas essa possibilidade de trabalhar, de gerar emprego e de resolver um problema, porque na safra muitas vezes é necessário contratar pessoas sem condições de atender às regras trabalhistas, já que vão trabalhar apenas por uma ou duas semanas, nas colheitas da maçã, de batata, de alho, de cebola, de uva. Há falta de trabalhadores, inclusive, na vinicultura.

Esses dias eu falava com os agricultores em Pinheiro Preto e perguntei aos vinicultores qual era o problema que eles tinham. Eles me diziam: *“Falta mão de obra, não há gente para trabalhar. E aqui, a cada semana, você resolve a colheita de um agricultor. Como é que se vai assinar a carteira dessas pessoas?”*

Então a terceirização na agricultura já é uma realidade e precisa ser implantada definitivamente.

Não é verdade que não se preservam os direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores que vão ser contratados pelas empresas. Inclusive, o tomador do serviço tem um compromisso. Se o trabalhador não receber



e se não forem atendidas as questões trabalhistas e previdenciárias, quem toma o serviço é solidário e vai ter que pagar também.

Então, a área da agricultura já deu um passo à frente, e os agricultores já estão trabalhando. É preciso que os Parlamentares percebam a realidade do Brasil e aprovelem esse projeto, para que o nosso País possa andar e ter a opção de...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não é verdade — queremos repetir isso aqui mais uma vez — que esse projeto gera qualquer emprego em nosso País. Essa informação é absolutamente mentirosa.

O que vai acontecer, com a aprovação desse projeto, é não se acrescentar absolutamente nenhuma garantia para os 12 milhões de trabalhadores, que já são terceirizados e são vítimas de perda de direitos permanentemente. Nada acontecerá, em termos de vantagem, para esses que já são terceirizados, e ainda se vai estender a terceirização para trinta e poucos milhões que hoje têm emprego formal. Vão levar esses para o ambiente da precarização, da terceirização, da perda de direitos, da perda de remuneração, de se submeter a condições degradantes, de acidentes de trabalho, o que tem sido, Sr. Presidente, a prática dessas empresas de terceirização.

Além disso, o projeto acrescenta o trabalho temporário. Ninguém está contra o trabalho temporário. Ele já existe. Está previsto na CLT. Mas o trabalho temporário é apenas para preencher atividades eventuais, trabalhos eventuais. O que o projeto



pretende é estender esse conceito, alterar esse conceito para complementar atividades. Aí ninguém mais vai contratar pessoas não seja por trabalho temporário. Além do mais, o projeto estende esse tempo, que seria eventual, para 9 meses.

Gente, isso é uma crueldade! Ficam aqui falando que isso é modernização. Isso é retrocesso, é pré-Constituição, é pré-CLT, é voltar ao século XIX.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu fico impressionado! Não existe responsabilidade ao falar. Foi dito aqui que os direitos vão acabar com a terceirização. Nós vamos consertar a precarização que existe.

Eu tenho aqui dados do IBGE 2003 a 2012 que demonstram...

Sr. Presidente, eles podem interromper assim? (*Manifestação nas galerias: Não, não, não à terceirização! Não, não, não à escravidão!*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a votação.

Alguém ainda não votou?

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, permita-me 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Um momento, por favor.

O SR. ARTHUR LIRA - Sr. Presidente, vamos encerrar.

O SR. AFONSO FLORENCE - Usarei só 1 minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Votaram?

Posso encerrar a votação?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Pode. Vamos lá!

(*Pausa prolongada.*)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Todos votaram?

Já votou, Deputada Mara?



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 28;

NÃO: 275;

ABSTENÇÃO: 46.

A SUPRESSÃO FOI REJEITADA.

Fica restabelecido o § 2º do art. 9º da Lei nº 6.019, de 1974, constante do art. 2º do texto da Câmara dos Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, com parecer pela aprovação, exceto a supressão, que já foi votada, do § 2º do art. 9º da Lei nº 6.019, de 1974, constante do art. 2º do texto da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP? (*Pausa.*)

O SR. CHICO ALENCAR - Peço a palavra para orientar.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a base vota “sim”, para acelerar o processo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A base vota “sim”.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco do PP vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que assiste a esta sessão, nós estamos vivendo um momento muito grave na política brasileira, em que o Governo e a base que o sustenta não têm legitimidade.

A terceirização vai propiciar a precarização do trabalho e a queda na qualidade dos serviços públicos e privados.

Imaginem o paciente voltar ao hospital, e o médico não ser do hospital, ser de uma empresa terceirizada! O pai e a mãe de uma criança ou um estudante universitário vão à escola, e o professor não é da escola, é de uma empresa terceirizada!

Esse projeto, resgatado de FHC, só podia vir de um Governo golpista e da base que o sustenta, que estão dando um golpe no povo brasileiro.

O PT vota “não”!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?



O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aonde vamos parar? É golpe em cima de golpe, com a retirada de direitos dos trabalhadores. Enquanto isso não se discute nada da dívida pública brasileira. Só quem paga a conta é o trabalhador, o aposentado e, acima de tudo, o mais humilde.

Esta Casa, que representa o povo brasileiro, ao votar, na sua grande maioria, contra a CLT e a favor da precarização dos direitos dos trabalhadores, está traindo o povo que elegeu a cada um de nós.

Nós do PDT temos nossas convicções, até porque é da era Vargas, é do trabalhismo a Consolidação das Leis do Trabalho.

Não temos dúvida: somos contra este projeto, que é da época de Fernando Henrique Cardoso e vai macular esta Legislatura.

O PDT vota “não”.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - A Minoria, Sr. Presidente.

O SR. ZÉ SILVA (SD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade libera a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria vai votar “não”.

É importante registrar que é clara a maldade e a crueldade com que alguns Parlamentares estão votando aqui esta matéria. É muito cruel o trabalhador brasileiro assistir a alguns Deputados que dizem que este projeto vai ajudar a legalizar os trabalhadores que têm serviço terceirizado. Pelo contrário: a terceirização vai ser ampla, geral e irrestrita. Ela restringe aquilo que é fundamental,



que é o direito do trabalhador ao 13º salário, àquela carteirinha profissional. Eu me lembro do meu primeiro emprego com a carteirinha profissional: foi a maior coisa que tive na vida. E este projeto vai aniquilar, vai tirar o simbolismo disso.

É por isso que votamos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, para concluir, quero dizer que isso é importante para aqueles que estão nos assistindo neste momento.

O Governo sabe que não tem voto para aprovar a perversidade da reforma da Previdência. E esta votação agora é para entregar alguma coisa, porque a reforma da Previdência já está derrotada — não há os 308 votos.

O crime que está sendo cometido hoje, inclusive esse pato do Paulo Skaf, lá de São Paulo, que foi o patrocinador do golpe, nós vamos devolver com a rejeição da reforma da Previdência.

Não à terceirização, Sr. Presidente!

O SR. CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, peço a palavra para a orientação do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o que este projeto faz é facilitar a contratação de forma temporária, através da terceirização. O que o projeto faz é facilitar a quarteirização e a pejetização.

No mundo do faz de conta dos discursos da base governista, eles vão querer convencer o povo de que o salário do trabalhador vai aumentar com a terceirização.



É óbvio que o servidor contratado terceirizado ou temporariamente tem menos direito e uma menor remuneração. Portanto, é prejudicial ao trabalhador.

Essa é a porta que irá levar os trabalhadores formais para a informalidade, para os contratos precários. E o texto do Senado é bem pior do que o texto aprovado na Câmara.

Por isso, o PCdoB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL, Deputado Chico Alencar?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL pede muita atenção para esse painel dos Deputados da Câmara do Brasil, neste momento. Nós vamos ver inscritos ali, com seus votos, aqueles que ainda têm saudade do tempo não muito distante da escravidão, onde o trabalhador era chamado de “peça de ébano” ou de “fôlego vivo”, máquina.

Quem aprova essa ampliação generalizada da terceirização está exatamente coisificando o trabalhador.

O Deputado Henrique Fontana questiona, com muita razão, se o terceirizado daqui, da própria Câmara, está contente com a situação dele. Nenhum! Isso significa insegurança jurídica, direitos a menos, sofrimento, superexploração.

Portanto, o nosso voto, com muita convicção, é “não”.

O SR. ARNALDO JORDY - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado João Derly. *(Pausa.) (Manifestação nas galerias: Não! Não! Não a essa escravidão!)*

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SD-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de mudar o voto do Solidariedade para “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Solidariedade vota “sim”.

Concedo a palavra ao Deputado João Derly, para uma Comunicação de Liderança, como Representante da Rede. *(Pausa.)*

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS libera a bancada, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO DERLY - Sr. Presidente, adicione o meu tempo de Líder.

Sr. Presidente, pode aumentar o som do microfone? Eu estou com o tom de voz baixo.

O SR. ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, o PPS libera a bancada.

A orientação do PPS no painel é para liberar a bancada, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado João Derly, para uma Comunicação de Liderança, como Representante da Rede.

O SR. JOÃO DERLY (Rede-RS. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, trago a nota técnica da Rede Sustentabilidade referente à regulamentação da terceirização.

A nota diz que a regulamentação da terceirização é uma necessidade frente ao número elevado de disputas judiciais que prejudica trabalhadores e empresários, mas é preciso assegurar o equilíbrio entre os objetivos de ganhos de eficiência nas empresas e a proteção ao trabalho, para que a terceirização não seja usada como forma de precarização das condições de trabalho e meio de se afastar das obrigações trabalhistas.

A legislação trabalhista hoje não oferece esse equilíbrio. Ela é tão complexa quanto a nossa sociedade. Conglomerados econômicos que competem no mercado internacional convivem com pequenos e microempresários que possuem baixa produtividade e uma grande informalidade nas relações de trabalho.

Trabalhadores treinados e capacitados estão lado a lado. Há uma maioria que sofre com as consequências das desigualdades sociais e do sistema educacional fracassado.

Há um limite entre a necessidade de especialização das empresas e o desejo de se desobrigar de suas responsabilidades com o trabalhador na terceirização da atividade-fim.

O texto aprovado pelo Senado ultrapassa este limite e abrange grandes brechas, para que a terceirização seja utilizada como forma permanente de substituição de pessoal, não de maneira transitória ou para suprir demanda



complementar de serviço, como propõe o projeto, mas como estratégia para driblar a intrincada legislação trabalhista.

O DIEESE apresentou um estudo em que um trabalhador terceirizado trabalha 3 horas a mais por semana e ganha 27% a menos do que um trabalhador direto. Além disso, possui alta rotatividade e é mais vulnerável a acidentes de trabalho.

O trabalho terceirizado na área rural é ainda mais precário, sendo frequentemente alvo de denúncias de condições similares ao trabalho escravo.

O projeto antes concedia anistia a multas por descumprimento da lei vigente, o que foi retirado pelo Relator.

A terceirização também não é a garantia de aumento de emprego, já que as empresas terceirizadas não têm atividade própria. E o projeto prevê um aumento do prazo de contrato temporário, de 90 dias para 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias.

A terceirização irrestrita vai prejudicar os trabalhadores e aprofundar a insegurança jurídica sobre o tema.

Nós da Rede dizemos não à terceirização, não à reforma da Previdência. Antes de discutir essa reforma proposta pelo Governo Temer, deveríamos discutir, por exemplo, a Desvinculação de Receitas da União — DRU, que aumentamos de 20% para 30% em 2017, o que causou prejuízo, um abocanhamento enorme, desde 2013, em torno de 63 bilhões de reais. Além disso, há as desonerações fiscais, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a dívida ativa da Previdência, a dívida ativa da União, as receitas não consideradas. O Governo ainda infla as despesas da Seguridade Social, e o desemprego recorde contribui para a queda da arrecadação.



Diante de todos esses ataques aos trabalhadores e a todas as pessoas necessitadas, nós seremos contra a terceirização e contra a reforma da Previdência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. WELITON PRADO - O PMB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB é contra a terceirização e é contra a reforma da Previdência.

A terceirização precariza a relação de trabalho. Podem ver que a maioria dos acidentes de trabalho ocorre com os terceirizados, e a jornada de trabalho deles é maior. Com isso, diminui-se o emprego. Mas, pelo contrário, neste momento de crise, o que nós temos que fazer é aquecer a economia, gerar emprego, gerar renda.

Eu queria parabenizar de forma especial o Dr. Paulo Veloso e o Dr. Eliaquim, do Ministério Público do Trabalho, em Uberlândia, que representam bem o servidor público, pelo trabalho prestado. O próprio nome servidor público já diz que serve bem ao público.

Eu tenho certeza de que, se este projeto passar, infelizmente, vai ferir de morte o conjunto dos trabalhadores brasileiros.

O SR. NILSON LEITÃO - Vamos abrir o painel, Sr. Presidente!

O SR. WELITON PRADO - Por isso, o PMB tem um posicionamento objetivo: é contra a terceirização, é contra a precarização e é a favor dos trabalhadores.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.



O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a votação é a do projeto como um todo. Esta votação, pelo que eu estou entendendo, e isso é importante que os Deputados saibam, significa a votação principal deste projeto.

Quem votar “sim”, votará favoravelmente à terceirização indiscriminada e ao trabalho temporário de 9 meses. É importante destacarmos isso, porque esta é a principal votação da noite. Depois teremos os destaques.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Liderança convoca todos os Deputados que estão nas Comissões e nos seus gabinetes para votarem este projeto.

Este projeto é extraordinário. Ele será um instrumento poderoso para aumentar o emprego já neste ano. Ele dá segurança ao trabalhador e ao empresário.

Esta vai ser a primeira votação decisiva para continuar a recuperação econômica do País, porque a Oposição arrebitou com a economia, principalmente nos últimos 3 anos.

Venham, Deputados! Vamos demonstrar ao Brasil que nós queremos enfrentar com coragem o desemprego.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço um apelo aos colegas Deputados que neste momento fazem a votação da terceirização para que ponham a mão na consciência. Nós não podemos admitir a retirada de direito dos trabalhadores.



O trabalho temporário prevê menos direitos, sim. É um crime que se faz contra os trabalhadores do Brasil ao se generalizar o trabalho temporário. Aquilo que deveria ser eventual não pode virar regra para todos os trabalhadores do Brasil.

Um Deputado vir até aqui dizer que isso vai gerar emprego é muita cara de pau! É falta de respeito com os trabalhadores brasileiros, que já enfrentam o desemprego e agora vão enfrentar a precarização.

Por isso eu alerto cada Deputado, cada Deputada: pelo seu voto neste momento, V.Exas. serão cobrados nas ruas e nas urnas.

A partir de agora a mobilização vai aumentar, e uma grande greve vai derrotar isso.

O SR. NELSON PELLEGRINO - Eu queria fazer um esclarecimento ao Plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Nilson Leitão.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tem que se explicar ao Plenário que os Deputados que foram Governo até há pouco tempo, muitos aqui, não entendem direito de trabalho mesmo, se elegeram usando os trabalhadores. Eles entendem muito de “terceirização”, porque terceirizam o seu trabalho exatamente usando os trabalhadores como escada. É por isso que não entendem a terceirização. Se tivessem essa sensibilidade, perceberiam que muitos trabalhadores estão na informalidade por falta dessa nova regra.

É normal ver o grito da CUT e de outros, porque a própria CUT é terceirizada do PT. *(Manifestação no plenário: Saia, ô fascista! Golpista!)*



O SR. NELSON PELLEGRINO - Quero dar um esclarecimento ao Plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Assis, cuidado com o tom das palavras. V.Exa. falou uma palavra que não deveria, falou um palavrão.

Com a palavra o Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, queria esclarecer ao Plenário uma coisa muito importante, com todo o respeito.

O Deputado Mauro Lopes foi à tribuna — eu já falei com ele também — dizendo que esse projeto, no texto original, contempla o princípio da solidariedade. Não é verdade! Eu acabei de conversar com o Relator. O Relator não acatou o princípio da solidariedade. O projeto modifica, inclusive, projeto aprovado nesta Casa. Esta Casa aprovou o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, com o princípio da solidariedade. O que significa isso? O trabalhador, se a empresa não pagar, pode reclamar contra aquele que tomou o serviço dele e contra o tomador principal. O Relator não acata isso. O princípio da subsidiariedade significa que o empregado tem que reclamar primeiro contra aquele que o contratou. Se aquele que o contratou não tiver dinheiro, ele vai atrás do outro, quando a prescrição já aconteceu. Então, é muito importante restabelecer neste Plenário o princípio da solidariedade.

Esse projeto vai criar muito emprego precário no Brasil.

O SR. MARCON - Sr. Presidente, para mim, esse projeto...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Rogério Marinho... Desculpe, tem a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira. É um de cada lado.



O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria entender uma coisa. Há 11 gatos-pingados aqui fazendo barulho. Os caras não trabalham, são cupins do Estado. Saquearam os cofres públicos, estão sem cargo agora, e têm que arrumar cargo no Senado para eles. As Lideranças do PT vêm aqui atrapalhar o nosso trabalho. Um bando de desocupado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nesta noite está sendo paga mais uma fatura do golpe, a fatura do pato da FIESP. Para apoiar o golpe, a FIESP exigia que o direito dos trabalhadores e das trabalhadoras fosse atingido. É um escândalo! O projeto é de 1998. Durante 15 anos esteve adormecido nas gavetas. No momento em que esta Casa discute uma reforma trabalhista e em que a base do Governo está perdendo o debate, esse projeto surge do nada.

A FIESP, o pato exigiu, e os golpistas estão pagando a fatura!

Nós vamos continuar na luta até derrotar esse golpe e tudo que ele representa, Presidente Rodrigo Maia.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado.



Vejam, é importante que a população que está nos ouvindo agora saiba que este grupo que hoje faz oposição ao projeto foi o mesmo que usou e abusou da terceirização. É uma hipocrisia sem limites.

Na PETROBRAS, a cada quatro funcionários, três são terceirizados. Na Caixa Econômica Federal também. Vários órgãos estatais, vários órgãos do Governo utilizaram-se da terceirização. O problema é que eles o fazem de maneira malfeita e envergonhada, porque se utilizam de uma estrutura que o próprio capitalismo impõe, a necessidade de especialização. Não sabem fazer, fazem malfeito; geram uma distorção na economia; conseguem confundir a cabeça das pessoas; e agora ficam esperneando de maneira absolutamente aleatória, quando, na verdade, estamos preservando...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não estou conseguindo votar eletronicamente, em razão de uma licença.

Eu gostaria de registrar o voto "sim". Eu fui informado de que eu devia fazê-lo ao microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Vicentinho.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de saudar a delegação da Central Única dos Trabalhadores que está aqui, corajosos companheiros, e de dizer que, diante deste crime que estão cometendo hoje contra a classe trabalhadora, é muito importante que a votação nominal chegue a cada brasileiro. As pessoas precisam saber quem



votou a favor do projeto, porque, quando chega a época das eleições, todo mundo diz que adora os trabalhadores, mas depois, quando já estão aqui dentro, traem a classe trabalhadora pelos interesses econômicos.

E são interesses econômicos mesmo: o Deputado Laercio Oliveira é um grande empresário, é uma figura simpática, mas o danado é interesseiro. O que ele está fazendo aqui é atendendo aos seus interesses e aos interesses de seus grupos econômicos. Sabem muito bem que prejudicar os trabalhadores é prejudicar a economia.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Roberto de Lucena.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, eu quero registrar o meu voto e expor a minha posição. Respeito a orientação do meu partido, o Partido Verde, mas voto “não” ao relatório apresentado esta noite. Sou contra o projeto de terceirização tal como está sendo votado, por compreender que ele precariza o direito dos trabalhadores.

Sr. Presidente, eu tenho percorrido o País e o exterior. Em muitos lugares, no exterior, eu tenho visto o que nós veremos futuramente no Brasil, se aprovado o projeto que esta Casa vota no momento.

Mais uma vez, declaro o voto que já dei e que é contrário à aprovação da terceirização, tal como está colocada nesta noite.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Assis Melo.



O SR. ASSIS MELO (PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só quero mais uma vez chamar a atenção dos trabalhadores e das trabalhadoras para o fato de que estão aprovando, ou tentando aprovar, o que, no meu entendimento, será um dos maiores crimes já cometidos contra os eles.

Mas os trabalhadores não vão baixar a cabeça. Sr. Presidente. Eles vão levantar a cabeça e irão às ruas, não só para resgatar e garantir os seus direitos, mas também para acabar com esse Governo golpista e ilegítimo, o Governo Temer. *(Manifestação nas galerias.)*

Nós do PCdoB votamos “não”, chamando os trabalhadores a se manterem unidos, junto às centrais sindicais, para barrarmos essa ofensiva conservadora contra os trabalhadores e as trabalhadoras e contra a Nação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Afonso Hamm.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sempre me posicionei pelos avanços na relação entre capital e trabalho que aumentassem a capacidade competitiva. No entanto, eu quero deixar bem claro que não concordo com a terceirização da atividade-fim.

Na votação do projeto antigo que enviamos ao Senado eu votei “não”, porque não concordo que a atividade-fim seja posicionada, trazendo prejuízo às empresas e à relação entre capital e trabalho.

Portanto, meu voto é distinto do pensamento de muitos, mas reflete a minha posição, que gostaria que ficasse registrada.

Muito obrigado.



O SR. ALIEL MACHADO (Rede-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, também eu gostaria de registrar o meu voto “não” a esta matéria, por entender que seu objetivo principal é precarizar o trabalho, é dar oportunidade de se retirarem direitos conquistados.

Nós, preocupados com isso, já sabíamos que estava sendo organizado, pelo grupo que defende o Governo, todo e qualquer tipo de reforma para se retirarem direitos: a reforma trabalhista, a reforma previdenciária, a terceirização, todas essas medidas retiram direitos. Basta olharmos os corredores da Casa para vermos que os funcionários da Casa que são terceirizados são discriminados.

Esta proposta traz a terceirização no serviço-fim. Ela é contra o trabalhador. Não podemos aceitar isso. Lembro que a digital de cada Deputado ficará registrada na votação desta noite.

Eu deixo declarado aqui o meu voto “não”.

O SR. LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, não é verdade que a terceirização vai gerar um único emprego.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Marco Maia.

O SR. MARCO MAIA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria expressar a minha posição contrária a esse projeto, que traz a terceirização na atividade-fim e, ao mesmo tempo, cria a figura do PJ, da pessoa jurídica. Na prática, isso significa, para milhões de trabalhadores, o fim do décimo terceiro, das férias, do descanso semanal remunerado, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Por muito tempo eu combati aquela postagem na Internet que dizia que a Câmara dos Deputados, em algum momento da sua história, votou contra os direitos



dos trabalhadores, contra o Fundo de Garantia, contra o 13º salário, contra as férias dos trabalhadores.

Agora, se esse projeto for votado desta forma, se nós votarmos a reforma da Previdência, se nós votarmos a reforma trabalhista, aquilo que, no passado, era uma mentira vai se transformar em realidade.

O meu voto é contra este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. CAIO NARCIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o que precariza o trabalho e o trabalhador é o desemprego. Hoje, há 15 milhões de desempregados no País. O que esta Casa tem a fazer é ajudar a empregar essas pessoas, e não ficar com um discurso que não resolve o problema do desemprego. O que precariza é a demagogia! (*Manifestação nas galerias: Golpista! Golpista! Golpista!*)

A necessidade que nós temos é a de fazer o Brasil se desenvolver, e fazê-lo se desenvolver é facilitar que as pessoas sejam empregadas, e não dificultar que elas sejam empregadas. O que estão defendendo aqui, Sr. Presidente, dificulta que a população volte a ter emprego. Ora, se não há emprego, não há a precarização do emprego. Repito: há 15 milhões de desempregados no País!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, eu peço 1 minuto de seu tempo para fazer um apelo aos partidos de oposição: quando o próximo Deputado da base falar, se as galerias voltarem a se manifestar, na próxima matéria relevante a ser votada no plenário, eu não vou autorizar a abertura das galerias



Podem vaiar depois, podem vaiar antes, mas não durante a fala do Parlamentar. *(Manifestação nas galerias: Golpista! Golpista! Golpista!)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Muito bem. Não haverá a abertura das galerias na próxima votação. Podem vaiar à vontade agora.

Continue, por favor, Deputado Caio Narcio. Eu o interrompi.

O SR. CAIO NARCIO - Sr. Presidente, concluo dizendo que nosso dever principal nesta Casa é conseguir que haja emprego para as pessoas que estão precisando. Repito: quem precariza o emprego é o desemprego, que é o que nós temos que enfrentar. Esse é o nosso dever de casa, isso é o que esta Casa tem que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Marcon.

O SR. MARCON (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sou contra esse projeto de lei, porque sua aprovação vai gerar mais desemprego. Esse Governo golpista sem voto já tem 12 milhões de brasileiros desempregados.

Qualquer empresário inteligente, esperto quer um trabalhador qualificado. Esse projeto é um golpe contra os trabalhadores que se prepararam para trabalhar.

Muitos dos Deputados que hoje estão aqui — a maioria deles é a favor do projeto — tiveram suas campanhas financiadas por empresários. Esse projeto de lei é contra os direitos dos trabalhadores, é um crime contra o povo brasileiro. O povo vai nos cobrar nas ruas. Nós precisamos...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Alceu Moreira.

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu muito ouvi Deputados dizerem que são contra os empregadores, os empresários, mas vamos dar uma olhadinha na prestação de contas das campanhas desses Parlamentares e ver quem afinal financiou sua campanha.

O financiamento mais polpudo veio de onde? Ou será que o rapaz da Odebrecht que dava carona para o Lula é um trabalhador? Será que ele, o “Lularápio”, que andava por aí com os grandes empresários, é representante dos trabalhadores?

Nós queremos uma economia moderna, dinâmica. Nós queremos que as pessoas tenham direito ao trabalho e ao emprego. O PT deixou 12 milhões de desempregados. São 12 milhões de pessoas que não têm dignidade e que não têm como colocar na mesa pão para seus filhos — não há café nem pão para seus filhos.

Nós queremos um País moderno. Por isso, votamos “sim”, votamos contra o atraso. Nós não queremos o Brasil transformado numa Cuba, numa Venezuela. Nós somos um Brasil para frente. *(Manifestação nas galerias: Não, não, não à terceirização!)*

O SR. NILSON LEITÃO - Ficaram desempregados os próprios Lula e Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não é verdade que esse projeto de lei vá criar um único emprego no



Brasil. É verdade que o desemprego precariza a relação do trabalho, mas é também verdade que essa terceirização vai precarizar ainda mais a relação de trabalho.

Esse projeto é uma pauta daqueles que financiaram o golpe no Brasil e que estão impondo uma reforma da Previdência que restringe e retira direitos. Estão impondo a flexibilização da CLT, o que vai comprometer direitos históricos conquistados pelos trabalhadores.

Hoje, está em questão esse projeto da terceirização, na verdade uma porteira aberta, o início da exclusão de direitos históricos dos trabalhadores, como férias, 13º salário, final de semana remunerado.

É profundamente lamentável que esta Casa...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Givaldo Vieira.

O SR. GIVALDO VIEIRA (PT-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu falo ao brasileiro que hoje trabalha em uma empresa terceirizada e que sabe que ganha menos do que aquele que trabalha para a empresa que contrata o serviço. Ele sabe que o seu trabalho é precário, que as condições são piores e que há rotatividade e desemprego constante.

Dirijo-me agora ao trabalhador que está empregado numa empresa que contrata terceirizados e que vê os trabalhadores das terceirizadas que trabalham para sua empresa. Eles ganham menos, e é para a mesma situação que você vai ser empurrado: você vai ganhar menos, vai ser demitido constantemente e não vai mais fazer carreira na iniciativa privada.



Agora há pouco o Deputado Alceu Moreira criticou o Lula. Lula deu ao trabalhador emprego e dignidade. Este Governo e sua turma estão querendo tirar os direitos dos trabalhadores.

Meu voto é “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vamos encerrar a votação. *(Pausa.)*

Posso encerrar a votação?

A SRA. ALICE PORTUGAL - Não, Sr. Presidente, nós queremos falar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Calma, Deputada.

Alguém ainda não votou? *(Pausa.)*



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 231;

NÃO: 188;

ABSTENÇÃO: 8.

Somando o voto do Deputado Carlos Sampaio, são 232 votos “sim”.

O SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL FOI APROVADO.

(Manifestação no plenário: Muito bem! Viva o Brasil! Palmas.)



PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. ANTONIO BULHÕES (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sem sombra de dúvida, o alto nível de desemprego comparece como o efeito mais cruel da crise econômica brasileira. Mais cruel e mais rápido, pois, se considerarmos que, ao final de 2014, vivíamos uma situação de quase pleno emprego e, hoje, chegamos ao inacreditável patamar de 12,3 milhões de pessoas desempregadas, verificamos como a crise se volta mais duramente contra o mercado de trabalho e o trabalhador.

Consequência primeira da recessão, as demissões na indústria, comércio e construção civil, sobretudo, levaram a 2 novos milhões de desempregados apenas em 2016. Se há perspectivas de melhora para a segunda metade de 2017, parece certo, segundo analistas econômicos, que o desemprego continuará a subir, antes de começar a cair. E a previsão é de perda de mais de 1 milhão de postos de trabalho em 2017: segundo especialistas do Bradesco, até o fim do primeiro semestre, serão 13,7 milhões de desempregados.

Já na metade do ano passado, atingia-se o pior nível da série do PNAD/IBGE, que teve início no primeiro semestre de 2012: 11,8%. De junho a agosto de 2016, havia 12 milhões de desocupados no Brasil, de acordo com o IBGE. O índice representou uma alta de 5,1% sobre o trimestre de março a maio de 2016 e de 36,6% diante do mesmo período em 2015.

De todo modo, este é o pior momento do mercado de trabalho brasileiro desde 1991, com a maior taxa de desemprego. É importante observar que, já em 2014, mesmo com a taxa ainda estável, a geração de emprego com carteira assinada começou a diminuir — até porque, como bem sinalizam pesquisadores do



próprio IBGE, o setor de empregos formais é o primeiro a sinalizar a mudança no mercado. Não obstante, no semestre passado, até mesmo o trabalho autônomo, centrado nos pequenos negócios, e o próprio trabalho informal vieram perdendo força em face da violência da crise.

Não podemos deixar de mencionar ainda, Sr. Presidente, que os números mencionados, relativos à quantidade de desempregados, dizem respeito somente àqueles que estejam procurando emprego por um período não inferior a 30 dias, isto é, somente nessa condição serão oficialmente incluídos nos cálculos do IBGE. Se considerarmos um cálculo mais abrangente, que inclua, de um lado, o número de pessoas que simplesmente desistiram da busca e, de outro, o total de trabalhadores ditos subutilizados — aqueles que por falta de opção ocupam vagas incompatíveis com suas qualificações —, chegaremos à conclusão de que o número de postos de trabalho faltantes no País é de mais de 23 milhões até o momento.

Sr. Presidente, isto posto, não hesitamos em afirmar que vivemos um quadro dramático. Não obstante seja um fenômeno contemporâneo em nível mundial, verificável também em sociedades desenvolvidas, é certo que, entre nós, o desemprego configura uma das mais graves contingências do quadro recessivo. Atingindo em cheio as famílias, é devastador tanto do ponto de vista individual quanto do ponto de vista social, uma vez que provoca endividamento, instabilidade e redução no consumo mesmo em itens essenciais.

De todo modo, parece consenso entre especialistas que, a partir da metade deste ano, o mercado de trabalho vai se ampliar. A expectativa é de que o País saia da recessão e, nessa medida, o número de contratações supere o de demissões. O ano de 2017, entretanto, deve ser mais de estabilização do que de recuperação



propriamente — com a geração de empregos ainda insuficiente para derrubar a taxa de desemprego. Segundo previsão do Ministério do Trabalho, haverá 150 mil vagas novas já neste ano, o que nem de longe compensa as mais de 3 milhões de vagas perdidas só no último biênio. As esperanças mais concretas ficarão, portanto, para 2018, a reboque da tão esperada retomada da economia.

Finalizando, Sr. Presidente, gostaríamos de enfatizar a necessidade de políticas públicas voltadas ao pleno emprego no contexto das medidas econômicas a que se propõe o atual Governo. O fortalecimento do mercado de trabalho, correlato ao desenvolvimento econômico, é sem dúvida essencial à promoção do desenvolvimento social, com combate consistente e efetivo à desigualdade e à concentração de riqueza em nosso País.

Era o que tínhamos para o momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



A SRA. IRACEMA PORTELLA (Bloco/PP-PI. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Mundial da Água é celebrado sempre em 22 de março. A data foi estabelecida pela Organização das Nações Unidas — ONU em 1992 e, desde então, é destinada à discussão sobre os diversos assuntos relacionados a esse imprescindível bem natural, recurso essencial à sobrevivência de todos os seres vivos.

A data comemorativa é uma oportunidade para que governos e sociedades promovam debates sobre a problemática da água, sobretudo nos dias atuais, quando o planeta está gravemente ameaçado pelas mudanças climáticas.

É fundamental, portanto, aprofundar as discussões sobre o uso racional da água num cenário de escassez cada vez maior de recursos naturais.

Além da escassez, ainda enfrentamos o problema da baixa qualidade. Fatores como a poluição provocada pelas atividades humanas faz com que boa parte da água disponível não esteja apropriada para o consumo.

Estima-se que 20% da população mundial não tenha acesso à água limpa. Segundo dados do UNICEF, em média, em todo o mundo, aproximadamente 2 mil crianças com menos de 5 anos morrem diariamente devido a doenças diarreicas e cerca de 1.800 dessas mortes estão ligadas à água, ao saneamento e à higiene.

Além de criar o Dia Mundial da Água em 1992, a ONU instituiu a Declaração Universal dos Direitos da Água, que é ordenada em dez artigos. Entre os pontos principais, estão os seguintes: a água faz parte do patrimônio do planeta; os recursos naturais de transformação da água em potável são lentos, frágeis e muito limitados; o equilíbrio e o futuro de nosso planeta dependem da preservação da água e de seus ciclos; a água não é uma doação gratuita da natureza, ela tem um



valor econômico; precisa-se saber que ela é, algumas vezes, rara e dispendiosa e que pode muito bem escassear em qualquer região do mundo; a água não deve ser desperdiçada nem poluída, nem envenenada; a gestão da água impõe um equilíbrio entre os imperativos de sua proteção e as necessidades de ordem econômica, sanitária e social.

A cada ano, as Nações Unidas escolhem um tema diferente para marcar o Dia Mundial da Água. Em 2017, as discussões serão em torno das águas residuais, aquelas que tiveram suas características naturais alteradas após o uso doméstico, comercial ou industrial.

O retorno dessa água ao meio ambiente deve necessariamente sofrer tratamento de modo que ela volte a apresentar qualidade e limpeza adequadas para que seja lançada em rio, lago ou mar sem causar danos à saúde das pessoas e ao ecossistema.

No Brasil, a coleta e o tratamento das águas residuais são ainda um enorme desafio para o saneamento ambiental. Segundo o Instituto Trata Brasil, apenas 48,6% da população tem acesso à coleta de esgoto, sendo que desse volume somente 40% passa por algum tipo de tratamento antes de ser descartado na natureza.

As desigualdades sociais ficam evidentes quando o tema é o saneamento básico. A Região Norte, por exemplo, é a que apresenta as médias mais baixas de tratamento de esgoto (14,36%), enquanto o Centro-Sul brasileiro tem os melhores índices, acima da média nacional.

De acordo com o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos de 2017, mais de 80% das águas residuais



do mundo são despejadas no meio ambiente sem tratamento.

Isso precisa mudar urgentemente. Segundo a ONU, limitar o despejo na natureza de águas residuais não tratadas salva vidas, fortalece ecossistemas saudáveis e contribui para o desenvolvimento sustentável.

É fundamental garantir a todas as pessoas o acesso à água potável e aos serviços de saneamento. Melhorar a gestão dos recursos hídricos no Brasil e em todo o mundo é uma de nossas principais missões para assegurar o sucesso da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável até 2030.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.



O SR. LUCIANO DUCCI (PSB-PR. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna para destacar os 60 anos de fundação da Santa Casa de Paranaíba, no noroeste do Paraná, transcorridos no último dia 9 de março. A data será comemorada nesta sexta-feira com um jantar, ocasião em que também serão arrecadados fundos para a construção de uma nova Unidade de Terapia Intensiva — UTI.

Nossos parabéns ao Presidente do hospital, Renato Augusto Platz Guimarães, e ao Diretor-Geral, Héracles Alencar Arrais, além de todo o quadro de funcionários.

A Santa Casa de Paranaíba atende 28 Municípios num total de 280 mil pacientes; possui 173 leitos, sendo 10 na UTI adulta e 12 na UTI neonatal e pediátrica. No fim de 2016, foi concluída a primeira fase das obras da nova unidade do hospital, com a construção dos setores de administração, UTI, centro cirúrgico, refeitórios, cozinha, lavanderias e parte das alas de internação. Dos 7 blocos previstos, 4 deles já estão com toda a estrutura completa, desde as instalações elétricas até o revestimento dos pisos.

O investimento total na construção é de 9,5 milhões de reais, feito pelo Governo do Paraná, por meio de convênio da Secretaria de Estado da Saúde, e 500 mil reais de contrapartida da Santa Casa.

O processo de licitação para a próxima etapa prevê uma série de serviços. Entre eles, destaco as obras de novas alas de internação, salas de diagnóstico e todo o paisagismo da Santa Casa. Também será construído um estacionamento com capacidade de aproximadamente 200 veículos, vagas exclusivas para motos e bicicletários. A previsão é de que essas obras sejam executadas até o fim deste ano.



Como Parlamentar, destinei 3 milhões, 806 mil e 68 reais para a instituição, somados 500 mil reais já repassados em emendas entre 2015 e 2016. O volume de recursos representa praticamente 10% do montante destinado ao Paraná pela bancada federal para a área de saúde.

Vale ressaltar ainda que a Santa Casa representa um dos maiores campos de estágio para estudantes de Paranavaí, nas áreas de Enfermagem, Técnico em Enfermagem, Técnico em Radiologia, Farmácia e Serviço Social, recebendo alunos de diversas instituições de ensino, como UNESPAR, UNIPAR, SENAC, Unidade Polo e 14ª Regional de Saúde.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos canais de comunicação desta Casa.



O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o papel de uma agência reguladora é fazer a fiscalização, regulamentação e controle dos produtos e serviços de interesse público. Entre suas principais funções encontra-se a defesa dos direitos do consumidor e a garantia da participação dos consumidores nas decisões pertinentes ao setor regulado.

No entanto, nem sempre é isso o que acontece. Vejam, por exemplo, a injustiça que será imposta aos consumidores de energia elétrica em todo o País. Por decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), serão eles os responsáveis por pagar uma dívida contraída pelo Governo Federal 5 anos atrás.

Os brasileiros já sabem que estão pagando — e caro! — pelas irresponsabilidades do Governo Dilma, mas essa decisão da ANEEL é a oficialização de uma iniquidade que deveria ser amenizada, e não aprofundada por um órgão de regulação.

A situação, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é a seguinte: em 2012, o Governo publicou a Medida Provisória nº 579, para antecipar a renovação das concessões de energia, sendo que, para isso, as empresas interessadas deveriam diminuir em 20% o custo da tarifa para os consumidores. Disso todos se lembram, pois foi intensa a propaganda do Governo junto à população. O que pouco se comentou à época foi que, para aceitar a redução de tarifas, as empresas exigiram receber indenizações pelos investimentos feitos e que ainda não tinham sido amortizados. O Governo aceitou a condição, mas jamais pagou a conta.

Após as eleições, em 2014, as consequências desastrosas dessa irresponsabilidade começaram a aparecer. O Tesouro Nacional admitiu que não



poderia mais bancar a redução das tarifas, e quem se deu mal foram os consumidores, com os tarifaços que chegaram a aumentar a conta de luz em 50% em 2015.

Cinco anos depois daquela medida provisória tão alardeada pelo Governo, as tais indenizações devidas às operadoras já alcançaram o montante de R\$ 62,2 bilhões.

Para resolver esse problema, a ANEEL, que deveria pesar todos os interesses e chegar a uma solução equilibrada, decidiu pelo de sempre: quem paga o preço é o consumidor. A Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (ABRACE) apresentou vários pleitos à agência reguladora, mas quase nada foi aceito. Agora, as indenizações serão cobradas nas contas de luz, e os consumidores, que não devem nada disso, serão obrigados a pagar mais caro pela energia até 2025. Na data do reajuste tarifário, a parte da conta correspondente à transmissão de energia aumentará, em média, 7,17%, dependendo da distribuidora.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, custa acreditar que um órgão que deveria defender os direitos do consumidor acabe fazendo exatamente o contrário. Por isso, registro minha inconformidade com essa decisão da ANEEL. Não é difícil constatar que é errado jogar sobre os ombros do consumidor a responsabilidade por uma dívida que não foi ele quem contraiu.

Num momento em que a população sofre com a recessão, e o Governo tenta corrigir os rumos do País, esse certamente não é o caminho correto.

Muito obrigado.



O SR. JOSÉ NUNES (PSD-BA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 22 de março, comemoramos o Dia Mundial da Água, marco inaugurado e instituído no ano de 1992 por iniciativa da Organização das Nações Unidas — ONU, quando foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos da Água.

Segundo dados da ONU, hoje cerca de 1 bilhão de pessoas em todo o mundo não têm acesso a água, ou seja, 1 bilhão de pessoas não tem a sua disposição pelo menos 20 litros diários de água para consumo a uma distância de até 1 quilômetro.

Não temos muito a comemorar, mas precisamos encarar a triste realidade que nos rodeia, para que tomemos uma atitude ativa que vá ao encontro do uso consciente desse recurso natural indispensável para a vida humana.

A previsão para os próximos anos não é a melhor. Segundo projeções, até o ano de 2030, a escassez de água no planeta aumentará numa ordem de 50%. Em 2017, somente nestes três primeiros meses, com a crise de água causada pela seca e estiagem, 872 Municípios brasileiros já tiveram reconhecido pelo Governo Federal o estado de emergência, sendo que, destes, 94 Municípios estão somente no Estado da Bahia. No caso dos Municípios baianos, esse número certamente crescerá, uma vez que no âmbito do Governo Estadual já são 224 Municípios com estado de emergência reconhecido.

Neste ano a ONU chama a atenção para o desperdício e o mau uso da água, enfocando no reaproveitamento máximo das águas residuais, constituídas por recursos hídricos utilizados pela população mundial que se tornam impróprios para o consumo, mas que podem ser utilizadas para outros fins, tais como irrigação, limpeza, etc.



Aqui na Câmara dos Deputados não poderia ser diferente a reflexão acerca da utilização da água. Apenas para citar um exemplo, poderíamos dar andamento à análise da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2007, que deseja incluir a água entre os direitos sociais protegidos pela Constituição, proposta que já está há 10 anos em trâmite nesta Casa e que até o momento não recebeu a devida atenção dos nobres colegas Parlamentares. Desde o ano de 2015 essa proposta está aguardando o trabalho da Comissão Especial criada para a análise da proposição.

Em 1988, os Constituintes não acharam necessária a inclusão do direito à água como um direito social, apesar da crônica situação de falta de água no Nordeste. Antigamente achávamos que o Brasil teria eterna abundância hídrica, seja por causa de seus rios, seja por causa dos aquíferos subterrâneos, e tentávamos não ver os problemas que já naquela época afligiam as cidades menores do sertão nordestino há séculos.

Passados todos esses anos, agora nos deparamos com as consequências desse descaso: a estiagem hoje não afeta somente o interior, mas já chegou aos grandes centros urbanos, que hoje sofrem com o racionamento de água.

O direito à água potável e de boa qualidade está intimamente relacionado ao direito à vida, além de ser indispensável a qualquer atividade econômica. Ao aprovarmos uma medida como a PEC 39/07, tornaremos explícita a responsabilidade do Estado no provimento desse bem para toda a população.

A água deve ser considerada um direito inalienável, um bem de interesse social, garantido a todos os cidadãos, independentemente da renda, em quantidade suficiente para suas necessidades básicas. Essa quantidade, segundo diversos estudos internacionais, seria de pelo menos 50 litros de água potável por dia.



Outra iniciativa que entendo ser mais um passo no enfrentamento da questão hídrica está no Projeto de Lei nº 1.419, de 2015, de minha autoria, que dispõe sobre a instituição obrigatória, nos serviços de abastecimento de água potável, da tarifa social da água, estabelecendo que as companhias prestadoras de fornecimento de água adotem procedimentos transparentes para a instituição de tarifas à parcela mais pobre da população, que é impactada pelos constantes aumentos de valores e cortes de subsídios, como também o acesso da comunidade carente ao serviço de água e esgoto.

A nosso ver, obrigando-se as companhias a adotarem a tarifa social da água, será ampliado o acesso de grande parte da população aos serviços de água e saneamento básico, com a promoção da saúde e da qualidade de vida dos brasileiros marginalizados.

O período de seca já começou e passa da hora de nos dedicarmos, juntamente com o Poder Executivo Federal e seus equivalentes estaduais e municipais, a cuidar das urgências, mas principalmente a elaborar estratégias de longo prazo e implantar políticas públicas preventivas contra essa situação de escassez, que tende a ser cada vez mais grave, no Brasil e no mundo.

Tornar a água um direito fundamental consolida a responsabilidade pública pelo provimento desse bem.

Era o que tinha a dizer.



O SR. ROBERTO ALVES (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, senhoras e senhores que nos acompanham pela *TV Câmara* ou pela *Rádio Câmara*, hoje celebramos o Dia Mundial da Água. Neste momento, devemos refletir sobre que exemplo nós, brasileiros, estamos dando para o mundo acerca da economia de água potável e do saneamento básico. Somos um país de contrastes. O Brasil, embora obtenha 12% de toda a água doce do planeta, é uma das nações que mais desperdiça água no mundo. E, apesar do vigor da Lei do Saneamento Básico, aprovada nesta Casa, metade da população brasileira ainda vive sem ter acesso à rede de esgoto.

O Brasil é a maior potência hídrica do século XXI. Esse papel deveria nos impor responsabilidade no que diz respeito à gestão das políticas públicas que visem o manejo dos recursos hídricos e a adoção de medidas educativas junto a nossa sociedade, que busquem o respeito ao meio ambiente e a melhor utilização da água potável.

Não temos nada a celebrar no Dia Mundial da Água, Sr. Presidente. Pelo contrário, este dia nos serve de alerta. Segundo levantamento feito pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, 485 milhões de metros cúbicos são jogados fora, todos os anos, pelas ocupações habitacionais irregulares, nas 27 Capitais brasileiras. É um desperdício em larga escala. Essa quantidade seria suficiente para abastecer quase 3 milhões de pessoas, o equivalente a toda a população de João Pessoa, Teresina e Natal juntas, capitais que atualmente sofrem com a seca histórica no Nordeste brasileiro.

Dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento — SNIS



apontam que apenas 50,3% dos brasileiros têm acesso a coleta de esgoto, o que significa que mais de 100 milhões de pessoas recorrerem a medidas alternativas para lidar com águas servidas e dejetos, seja utilizando fossas, seja jogando o esgoto diretamente em rios, igarapés ou ribeirões, de onde tiramos o nosso sustento e retiramos a nossa água. Em 2007, quando a Lei do Saneamento Básico foi sancionada, 42% da população era atendida por redes de esgoto. Em 2015, registrou-se um aumento de 8,3 pontos percentuais, o que corresponde a menos de 1% ao ano.

Quanto ao abastecimento de água, a evolução foi ainda mais lenta: passou de 80,9% em 2007 para 83,3% em 2015, um aumento de apenas 2,4 pontos percentuais, conforme dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. O índice de esgoto tratado passou de 32,5% para 42,7%. Por conta desses resultados, a estimativa é de que, até 2023, o Brasil vivencie uma aguda crise hídrica. Hoje, o que vimos em São Paulo e estamos testemunhando em Brasília é uma demonstração do que vamos viver no futuro bem próximo.

Escassez de água, nobres Deputados, resulta da soma de fenômenos geográficos e meteorológicos com má gestão pública dos recursos hídricos. E quem sofre com isso, principalmente, são as nossas crianças. Dados do Sistema Único de Saúde — SUS apontam que cerca de 5 mil crianças são internadas diariamente por conta de doenças causadas pelo consumo de água de má qualidade ou impróprias para o consumo humano. Aproximadamente 2 milhões de pessoas morrem por ano no Brasil por doenças como a cólera, transmitida por água e alimentos contaminados. Expressiva parcela da população, incluindo crianças na faixa etária de 0 a 4 anos, vive em áreas em que o esgoto corre a céu aberto.



Investir em saneamento básico e água tratada contribui para a conservação das nossas riquezas naturais, impulsiona a economia e proporciona uma vida mais digna a todos os brasileiros. Não podemos mais ignorar a necessidade de políticas consistentes para o manejo da água no Brasil. É imperioso reforçar os mecanismos públicos e privados para a condução desse setor, melhorar a articulação entre as diversas esferas da administração pública, ampliar o debate no Congresso Nacional. Não podemos nos conformar com que apenas 6% das águas do Brasil estejam em boas condições de uso, como revela um estudo feito pela Agência Nacional de Águas — ANA, ou com que brasileiros residentes nas regiões menos favorecidas ainda convivam com esgotos a céu aberto e falta de água para beber, tomar banho, entre outras atividades importantes para a sobrevivência.

Sr. Presidente, precisamos mudar este cenário. A escassez de água é um problema mundial e o Brasil deveria dar exemplo de gestão desse recurso. Para garantir o uso sustentável dos recursos hídricos, é preciso implementar políticas eficazes de saneamento e de reúso da água. As águas residuais podem ser reaproveitadas na indústria, em setores que não precisam utilizar a água potável como insumo. Garantir a eficiência é economizar dinheiro público, promover melhor qualidade de vida aos cidadãos brasileiros e, sobretudo, contribuir para a sobrevivência do nosso planeta.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. FLAVIANO MELO (PMDB-AC. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, num país onde o crescimento vegetativo ainda é considerável (1,24%, segundo dados do IBGE/2010), toda iniciativa em favor da criança brasileira é louvável. É o caso do Programa Criança Feliz. Lançado em outubro do ano passado, o Programa promove o aumento do acompanhamento para famílias beneficiadas pelo Bolsa Família que possuem bebês ou crianças de até 3 anos de idade.

Por meio de assistentes sociais do Governo Federal, o Programa assegura orientações de como criar estas crianças em melhores condições, promovendo um desenvolvimento mais saudável da sociedade. Vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e proposto por Marcela Temer (Primeira-Dama), o Criança Feliz pretende ajudar milhões de famílias, fazendo com que suas crianças tenham um desenvolvimento integral, principalmente relacionado à alimentação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no Criança Feliz é dada orientação a famílias carentes no tratamento dos filhos, sobretudo em relação à amamentação e nutrição infantil. O Objetivo é garantir que as crianças-alvo tenham um crescimento mais adequado, tornando o desenvolvimento infantil de melhor qualidade.

A ação se dá através do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância. Tudo isto por meio de visitas periódicas de profissionais de saúde e da Vara da Infância à casa dessa população mais carente. O Programa tem ainda foco em crianças cujo pai e mãe têm que trabalhar fora, além de crianças com deficiência — da faixa etária de 0 a 6 anos — que recebem o Benefício da Prestação Continuada.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Criança Feliz tem também o propósito de aumentar a fiscalização e combater as fraudes do Bolsa Família, o que será possível através do melhor acompanhamento e orientação das famílias assistidas, assegurando um desenvolvimento humano mais acelerado. O Programa possui ainda uma preocupação especial com o Norte do País, onde a mortalidade infantil e a desnutrição ainda figuram como grande problema de saúde pública.

Quando fui Governador do Estado do Acre, aliás, implantei um programa voltado à infância e ao combate à desnutrição. Chamado de Meu Irmãozinho, o programa possibilitava aos alunos das escolas públicas levar seus irmãos menores para desfrutar da merenda escolar. Uma iniciativa que garantiu a muita criança alimento saudável e em quantidade bastante razoável, muitas vezes a única alimentação digna que a criança tinha acesso durante um dia inteiro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com o Criança Feliz, o Governo Federal quer reverter o quadro ainda precário de boa parte da infância brasileira. O Programa é, na realidade, um reforço à rede de proteção social nos primeiros mil dias de vida das crianças. Como bem disse o Presidente Michel Temer: *“Cuidar das crianças de hoje é cuidar dos homens e mulheres do amanhã. Afinal, a infância marca nosso destino”*.

Muito obrigado!



O SR. FÁBIO RAMALHO (PMDB-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o momento pede cuidado: cuidado para com o trabalhador, cuidado para com o empregador. Enfim, todos unidos no propósito de retomar de forma consistente o crescimento do nosso País.

Novas profissões, novas atividades, novos serviços demandam formas mais complexas de manejo das relações de trabalho, e é nesse contexto que o Governo apresenta esta proposta.

Não podemos esquecer o grave quadro de recessão pelo qual o País passou, deixando uma herança de mais de 12 milhões de desempregados.

Além disso, é preciso considerar as alterações do cenário produtivo mundial com o qual é imprescindível dialogar. E, para isso, é urgente atualizar a legislação trabalhista, que data de 1943.

Precisamos estar engajados, tomar decisões que possam ajudar a população a se reestruturar dentro dessa nova realidade.

É pensando nisto, nessas medidas que possibilitarão a permanência no mercado de trabalho de tantas pessoas, que apoio a reforma trabalhista, que será apreciada hoje aqui na Câmara, mesmo reconhecendo que algumas questões merecem maior debate para o amadurecimento e aperfeiçoamento da proposta.

Boa parte das inovações apresentadas se volta para o reconhecimento do trabalhador temporário, concedendo a eles os mesmos direitos percebidos pelos empregados que trabalham na mesma função ou cargo na tomadora. Assim, passarão a ser beneficiados com:

- Condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores;
- estende ao trabalhador da empresa de trabalho temporário o mesmo



atendimento médico, ambulatorial e de refeição, destinado aos seus empregados.

- assegura ao trabalhador temporário salário equivalente ao percebido pelos empregados que trabalham na mesma função ou cargo;

- equivale a jornada de trabalho à dos empregados que trabalham na mesma função ou cargo;

- prevê a possibilidade de pagamento direto das parcelas relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, das férias proporcionais e do 13º salário proporcional aos empregados contratados temporariamente por até 30 dias;

- garante também proteção previdenciária e contra acidentes do trabalho a cargo do Instituto Nacional do Seguro Social — INSS;

- e garante que a contratante responderá subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas referentes ao período em que ocorrer o trabalho temporário.

Muitas dessas questões ainda não estão previstas na legislação em vigor.

Algumas delas, inclusive, são fruto de reivindicações dos próprios trabalhadores.

É com este intuito, de colaborar para a reconstrução de nosso País, que apoio essa medida, para que possamos, juntos, retomar a geração de empregos e do crescimento econômico do nosso País.



O SR. ALFREDO NASCIMENTO (PR-AM. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sabemos que a água é um recurso essencial para a sobrevivência de todos os seres vivos. Ela atua mantendo nosso corpo hidratado, ajuda no transporte de substâncias, funciona como solvente, regula a nossa temperatura, participa de reações químicas, entre várias outras funções. Por isso, em 22 de março, Dia Mundial da Água, é importante mostrar o quanto dependemos deste bem tão precioso.

No meu Estado, o Amazonas, a abundância de água é grande, mas também temos problemas, principalmente o de poluição a nascentes. As nascentes do Igarapé do Mindu e suas margens, por exemplo, estão sob risco. Após os limites da unidade, o curso d'água começa a sofrer com a ação do homem.

Precisamos sensibilizar a sociedade a respeito da conservação dos cursos d'água. O Mindu é o maior igarapé da cidade e sofre com os resíduos lançados aos montes e que são trazidos pelas chuvas oriundos de vários outros bairros.

O problema não é só este. Infelizmente, nossa água, muitas vezes, é contaminada com esgoto oriundo de fossas, pois mais de 80% de nossa população, em especial a ribeirinha, não dispõe de esgotamento sanitário. É preciso mudar esta realidade.

Estima-se que 20% da população mundial não tenha acesso à água limpa, e, segundo a UNICEF, cerca de 1400 crianças menores que 5 anos de idade morrem todos os dias em decorrência da falta de água potável, saneamento básico e higiene.

Apesar de o nosso planeta ser repleto de água, estima-se que apenas 0,77% estejam disponíveis para o consumo humano em lagos, rios e reservatórios



subterrâneos. Vale destacar, no entanto, que essa quantidade não está distribuída igualmente por todo o território, conseqüentemente, existem locais onde esse recurso é considerado bastante valioso. Em virtude dessa desigualdade de distribuição, em várias regiões ocorrem verdadeiros conflitos por água.

Como toda a população necessita da água para a sua sobrevivência, em julho de 2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou, através da Resolução A/RES/64/292, que a água limpa e segura e o saneamento básico são direitos humanos. Sendo assim, a água de qualidade e o saneamento básico passaram a ser um direito garantido por lei.

O uso racional e sua preservação são fundamentais para garantir qualidade de vida para a nossa geração e para as futuras. Faça uso consciente da água!

Era o que tinha a dizer!



O SR. STEFANO AGUIAR (PSD-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a crescente violência que ameaça a vida, a paz e o patrimônio dos brasileiros é tema que me preocupa e me mobiliza, até porque sei que o seu combate requer um esforço conjunto e continuado por parte de todos nós, legisladores. Não é a primeira vez que ocupo esta tribuna para tratar do assunto, e pretendo voltar a fazê-lo até encontrarmos formas efetivas de proteger nossos cidadãos, que pagam seus impostos e estão reféns de uma criminalidade cada vez mais ousada e cruel.

A taxa brasileira de homicídios, de 29,1 assassinatos por 100 mil habitantes, é um índice considerado epidêmico pela Organização das Nações Unidas, e superior até ao de muitos países envolvidos em conflitos armados. O Brasil tem o maior número absoluto de homicídios do mundo, segundo o Atlas da Violência 2016 — uma em cada dez vítimas de violência letal no planeta reside no Brasil.

Mas não é só a violência deliberada, intencional, que ameaça os brasileiros cotidianamente. O nosso trânsito, extremamente selvagem, é responsável por mais de 35 mil mortes a cada ano no País. Infelizmente, as ruas e rodovias brasileiras estão tomadas por motoristas que, se não têm a intenção de matar, assumem este risco ao dirigirem alcoolizados e com total desrespeito às mais elementares noções de segurança.

Senhoras e senhores, no início deste ano o Brasil acompanhou, estarrecido, a crise do sistema carcerário brasileiro, que se tornou palco de cenas do pior tipo de filme de terror. Quem acompanha de perto a situação dos nossos presídios, no entanto, não se surpreendeu, porque esta era uma tragédia anunciada.

Temos a quarta maior população encarcerada do mundo. São mais de 600



mil presos submetidos a condições de vida degradantes, em cadeias superlotadas e dominadas pelo crime organizado. Nelas, convivem criminosos de diferentes graus de periculosidade, e todos, tão logo se veem atrás das grades, são instados a aderir a alguma das facções criminosas que controlam as prisões.

Foi a luta entre estas facções que resultou nas cenas macabras de selvageria, transmitidas para o Brasil inteiro, que deixaram os brasileiros perplexos e acentuaram a sensação de que a violência está fora de controle no País.

Não é fácil eliminar as causas estruturais que estão por trás da violência no Brasil, como o aumento do desemprego e as desigualdades sociais. Mas, quanto à superlotação nos presídios, é possível, sim, atenuar muito o problema, com algumas providências de implementação rápida e relativamente simples.

Uma delas é buscar a drástica redução do número de presos provisórios, ou seja, aqueles que, embora tenham sido acusados, ainda não foram julgados. Hoje, cerca de 40% dos presos no Brasil encontram-se nesta situação. Grande parte deles cometeram crimes sem gravidade e poderiam aguardar o julgamento fora da prisão, sem que isso representasse qualquer dano ou ameaça à sociedade.

O que acontece, no entanto, é que esses presos têm acesso precário à Justiça. Infelizmente, é muito comum, entre nós, que pessoas detidas em flagrante fiquem presas por meses sem que tenham sequer a oportunidade de conversar com um juiz, seja para falar sobre a possibilidade de responder ao processo em liberdade, seja para relatar eventuais abusos que possam ter sofrido.

O resultado é que, em milhares de casos, quando a pena finalmente sai, ela é inferior ao tempo em que o preso esperou pelo julgamento. Milhares de outros detidos acabam tendo provada sua inocência, depois de meses, às vezes anos,



presos indevidamente.

Outra medida que poderia ser tomada para diminuir a lotação dos nossos presídios é o aumento da aplicação de penas alternativas ao encarceramento. Hoje, elas são previstas somente para penas de até 4 anos e raramente são aplicadas nos casos envolvendo tráfico de drogas.

Bastaria esta providência para evitar que se continue a jogar uma imensa quantidade de criminosos de baixa periculosidade num ambiente com uma cultura criminosa própria, dominado por facções criminosas que exigem lealdade e muitas vezes cooptam o preso para o resto da vida.

Completam o quadro a violência policial as práticas repressivas em detrimento das ações preventivas e de investigação, e as falhas na legislação, que resultam em altíssimas taxas de impunidade — apenas 8% dos homicídios no Brasil dão origem a processo criminal.

Sr. Presidente, nobres colegas, nós, legisladores, temos o dever de empreender uma luta sem tréguas para combater a violência, uma das maiores mazelas nacionais, uma tragédia cotidiana que abrevia a vida de milhares de brasileiros e de brasileiras de forma covarde e inexorável.

Conclamo, pois, os senhores e as senhoras a nos unirmos para discutir, propor, apreciar e aprovar matérias que efetivamente contribuam para reduzir o poder do crime organizado, sanear nossos presídios e proteger os cidadãos, sobretudo aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social.

Da minha parte, continuarei atento e atuante para promover e apoiar todas as iniciativas neste sentido, dentro e fora do Parlamento. Esta é minha bandeira, minha luta, minha resposta ao justo anseio do povo brasileiro.



Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa Legislativa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.



O SR. FÁBIO FARIA (PSD-RN. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, Dia Mundial da Água, é inevitável que todas as notícias e atenções se voltem para uma realidade de emergência e calamidade pública no País: a seca. A quantidade de Municípios brasileiros que decretaram esse tipo de situação, em decorrência da crise hídrica, só cresceu ao longo dos últimos 13 anos. O aumento foi de 199%, segundo a Agência Nacional de Águas, a ANA. A seca na minha Região Nordeste, então, é a pior desde 1961. Esse dado foi revelado pela *Folha*, no domingo, dia 19. De acordo com o Ministério da Integração Nacional, são 835 Municípios nordestinos em estado de emergência devido à seca. No meu Estado, o Rio Grande do Norte, 153 cidades estão em situação de emergência, e 94 tiveram o abastecimento cortado ou adotaram sistemas de rodízio para economizar água.

Sabemos, Sr. Presidente e Sras. e Srs. Deputados, que existem ações emergenciais, como o auxílio garantido pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, que mês passado, por exemplo, destinou 12 milhões e 700 mil reais à Operação Carro-Pipa do Governo do Rio Grande do Norte. Mas também sabemos que é preciso bem mais que isso para amenizar de vez essa seca e o sofrimento da população: precisamos de agilidade no processo de transposição de águas do Rio São Francisco. Necessitamos de fato nos unir para que as obras, paralisadas no final do ano passado, possam ser retomadas o mais rápido possível.

Faço aqui então meu apelo ao Governo Federal para que acelere as obras no Eixo Norte do projeto, que é por onde águas do São Francisco chegarão até a nossa Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, maior reservatório do Rio Grande do Norte, atualmente só com 17% da sua capacidade total. A água entrará no território



potiguar através de dois pontos: pela Bacia do Rio Piranhas-Açu, por onde seguirá o curso natural do afluente pelo Rio Apodi, levando água para Municípios do Alto Oeste Potiguar; e pela Bacia do Rio Piranhas, na Paraíba, que desembocará na Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, Seridó potiguar. Essas obras, somadas a outras ações de combate à estiagem, vão proporcionar aos Municípios mais segurança hídrica para enfrentar outros anos difíceis de seca.

Diante disso, reforço aqui a necessidade de trabalharmos juntos até que as obras sejam retomadas e devidamente concluídas. Peço todo o apoio da bancada federal a esta luta. Vi que ontem Senadores do Rio Grande do Norte, do Ceará e da Paraíba estiveram com o Ministro Helder Barbalho, externando a preocupação com mais atrasos. O Ministro garantiu que vai manter o cronograma de complementação das obras de transposição, afirmando que as obras ficarão prontas até o final do ano. Assim esperamos que seja, e para isso manteremos constante a cobrança, não apenas pelo nosso Estado, o Rio Grande do Norte, mas por todo o Nordeste e pelo País.

Muito obrigado.



O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dada como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, esta matéria de autoria da Marciele Brum, com adaptações.

MATÉRIA A QUE SE REFERE O ORADOR

PCdoB completa 95 anos de embates pela democracia

Nesta quarta-feira (22) o partido realizou um ato político no Auditório Nereu Ramos em Brasília. O papel imprescindível da legenda para o regime democrático foi destacado no evento que teve a presença de Parlamentares, personalidades e políticos.

Quase um século depois da fundação, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) mantém-se onde sempre esteve: na linha de frente em defesa da democracia. Em 2016, teve protagonismo na luta contra o impeachment ilegal da presidenta Dilma Rousseff. Agora, chega aos 95 anos de existência com o desafio de enfrentar o desmonte do Estado brasileiro, promovido pelo Presidente ilegítimo Michel Temer.

A história comunista é tema de duas exposições na Câmara e no Senado que se iniciarão a partir da próxima semana. *“Temos muito orgulho da história do PCdoB. Este é um momento de festa, mais militância e ao mesmo tempo de reflexão. Na luta pelo aprofundamento e ampliação da democracia no Brasil, em defesa e reforço da soberania nacional pelos direitos dos trabalhadores e do povo, pelo progresso social, a solidariedade internacional. PCdoB é um partido que sempre lutou pela democracia brasileira, homens e mulheres que nos orgulham e nos inspiram a seguir avante”*. Rubens Júnior (PCdoB/MA).

À frente da Presidência Nacional do PCdoB, a Deputada Luciana Santos (PE) destaca que a legenda é portadora de ideias para o futuro. *“Temos um programa que tem como peça principal a defesa de um novo projeto nacional de desenvolvimento. O Brasil tem solução que é o socialismo”*, relata.



Essencial para a democracia, a legenda tem o Congresso como um dos principais espaços de resistência à ofensiva neoliberal impulsionada pela ruptura democrática do ano passado. Líder do PCdoB na Câmara, a Deputada Alice Portugal (BA) lembra que o partido tem a digital impressa nas principais lutas do povo. *“Temos hoje uma imposição política que não passa pelo voto. A volta da legalidade democrática e a preservação da soberania nacional são prioridades nossas. Lutaremos por eleições diretas para legitimar o poder central”*, enfatiza.

Um dos grandes desafios este ano é resistir à ofensiva de conservadores que querem excluir do Parlamento a mais longeva legenda em atuação no país. A Proposta de Emenda à Constituição da Reforma Política (PEC 36/2016) foi aprovada pelo Plenário do Senado, no final de 2016, e será analisada pela Câmara neste primeiro semestre. O texto divide os partidos políticos em dois grupos, com o estabelecimento da cláusula de barreira. As legendas que obtiverem o mínimo de 2% dos votos nas eleições de 2018 e 3% em 2022 poderão acessar o fundo partidário e terão tempo de rádio e televisão. Já os que não superarem o número mínimo de votos têm garantido o mandato de seus eleitos, mas perdem os benefícios.

Para os comunistas, essas medidas não resolvem a crise de representação do Parlamento. Pelo contrário, agravam o problema, enfraquecendo o debate no Legislativo e o sistema democrático. É preciso respeitar a pluralidade política assegurada pela Constituição e aumentar a participação popular.

História do Brasil é marcada por atuação comunista

O partido surgiu, em 25 de março de 1922, assumindo os ideais de construção nacional após as proclamações da Independência, da Abolição e da República, e lutando contra entraves oligárquicos. Desde então, tem papel importante no desenvolvimento do Brasil. Foi alvo de perseguições e pagou um alto preço, por sua coerência e persistência ideológica, com mortes, prisões, torturas, exílios e longos períodos de clandestinidade, ilegalidade e semilegalidade. Destacou-se no combate à Ditadura Militar. Com o início do ciclo progressista dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, participou pela primeira vez de um governo da República. Historicamente, a sigla defende as causas dos trabalhadores no campo e na cidade. Estimula a cultura brasileira por ser fator



estratégico no projeto de nação. Entre seus filiados, já estiveram expoentes culturais, como Graciliano Ramos, Jorge Amado, Cândido Portinari, Oscar Niemeyer e Di Cavalcanti.

Obrigado.



VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 043.3.55.O
Data: 22/03/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 043.3.55.O
Data: 22/03/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5199

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, convocando 3ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, quarta-feira, dia 22 de março, às 20h46min, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 4.302, de 1998. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 043.3.55.O

Data: 22/03/2017

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

(Encerra-se a sessão às 20 horas e 45 minutos.)